

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE ARTES, CIÊNCIAS E HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO

TICIANA PEREIRA DE OLIVEIRA

**Políticas públicas de lazer para idosos em Manaus: percepções e práticas no Parque
Municipal do Idoso**

São Paulo
2016

TICIANA PEREIRA DE OLIVEIRA

**Políticas públicas de lazer para idosos em Manaus: percepções e práticas no Parque
Municipal do Idoso**

Versão original

Dissertação apresentada à Escola de Artes,
Ciências e Humanidades da Universidade de
São Paulo como parte dos requisitos para
obtenção do título de Mestre em Ciências pelo
Programa de Pós-graduação em Turismo.

Área de Concentração: Desenvolvimento do
turismo

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Panosso Netto

São Paulo
2016

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

CATALOGAÇÃO-NA-PUBLICAÇÃO

(Universidade de São Paulo. Escola de Artes, Ciências e Humanidades. Biblioteca)

Oliveira, Ticiania Pereira de

Políticas públicas de lazer para idosos em Manaus : percepções e práticas no Parque Municipal do Idoso / Ticiania Pereira de Oliveira ; orientador, Alexandre Panosso Netto. – São Paulo, 2016
115 f.

Dissertação (Mestrado em Ciências) - Programa de Pós-Graduação em Turismo, Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo
Versão original

1. Lazer - Aspectos sociais. 2. Idosos - Aspectos sociais.
3. Parques - Manaus (AM). 4. Políticas públicas - Manaus (AM). 5. Parque Nacional do Idoso - Manaus (AM). I. Netto Panosso, Alexandre, orient. II. Título.

CDD 22.ed. – 306.4812

Dissertação de autoria de Ticiana Pereira de Oliveira, sob o título **“Políticas públicas de lazer para idosos em Manaus: percepções e práticas no Parque Municipal do Idoso”**, apresentada à Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências pelo Programa de Pós-Graduação em Turismo, na área de concentração Desenvolvimento do Turismo, aprovada em _____ de _____ de _____ pela comissão julgadora constituída pelos doutores:

Prof. Dr. Alexandre Panosso Netto

Presidente

Universidade de São Paulo – USP

Prof. Dr. Edmur Antonio Stoppa

Instituição: Universidade de São Paulo – USP

Prof. Dr. Mário Beni

Instituição: Universidade de Brasília – UNB

Prof. Dra. Meire Cachioni

Instituição: Universidade de São Paulo – USP

DEDICATÓRIA

Para Benedita Maria Duarte Bentes, a melhor avó que alguém poderia ter! – In memoriam

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, Fora Temer. Quero agradecer a Deus pela vida, família, saúde e oportunidade de realizar este trabalho. Agradeço aos meus pais pelo investimento moral, ético e educacional, principalmente à minha mãe que me inspira a cada dia buscar ser alguém melhor. Agradeço às minhas irmãs Tatiana, Thays e Dyana. Um obrigada muito especial à Isabel Bentes, Carolina Costa e Paula Dantas, vocês foram maravilhosas meninas. Agradeço ao meu orientador Dr. Alexandre Panosso Netto pela paciência, apoio e parceria que foram de fundamental importância para a conclusão desta pesquisa. Gratidão à professora e amiga, principal incentivadora deste projeto, Dra. Maria Adriana Teixeira, você é mais que maravilhosa. Agradeço também à Olivia Robba, Aniel Lima, Juliana Ferreira, Carlos Frederico Vasconcelos, André Vinicius, André James e Alessandra Garcia e família, por serem minha família longe de casa. Gratidão eterna aos amigos de Manaus, em especial a Neuza e Danilo Nardi, meus segundos pais e todos os que estão sob sua cobertura. Agradeço às queridíssimas Guaracy Dias e Marly Siqueira. Gratidão à Salime Mustafa e Dã Tavares. Obrigada a minha querida amiga Mirela Gribov que me acolheu em sua casa e em seu coração, assim como todos os amigos de Itajaí/Balneário Camboriu – SC. Agradeço também à Luciana Patrícia, amiga e irmã que sempre esteve de portas e coração aberto pra mim em Curitiba – PR. Minha eterna gratidão à Hilda e Paulo Silingardi por me hospedarem durante o processo seletivo pro mestrado. Um agradecimento especial aos professores do programa, em especial a Edegar Tomazzoni e Cynthia Watanabe por serem mais que mestres, verdadeiros amigos. Agradeço aos colegas de mestrado, Wallace Farias pela ajuda e amizade e em especial ao Lucas Goulart e família por me hospedarem sem ao menos me conhecer, Deus lhes abençoe. Ao Governo do Estado do Amazonas, à Secretaria de Estado da Cultura na pessoa do Dr. Robério dos Santos Pereira Braga por ter acreditado no meu potencial e investido minha mão de obra nessa pesquisa. Agradeço também à Luciana de RH da SEC. À Fundação de Amparo à Pesquisa do Amazonas – FAPEAM pela concessão da bolsa de mestrado. Obrigada pelo apoio Rosinha Amaral e toda a equipe do Parque Municipal do Idoso e gestão da Fundação Dr. Thomas, em especial à D. Maria da Luz. À Universidade de São Paulo, à Escola de Artes Ciências e Humanidades – EACH e ao Programa de Pós-Graduação em Turismo pela oportunidade de desenvolver essa empreitada científica. Minha eterna gratidão a todos que torceram por mim e me apoiaram.

RESUMO

OLIVEIRA, Ticiania Pereira. **Políticas públicas de lazer para idosos em Manaus: percepções e práticas no Parque Municipal do Idoso**. 2016. 115 p. Dissertação (Mestre em Ciências) – Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. Versão original.

O estudo tem como objetivo principal identificar a percepção dos frequentadores do Parque Municipal do Idoso em Manaus, Estado do Amazonas, a respeito da preocupação governamental em garantir e viabilizar seu acesso às atividades de lazer. Os objetivos específicos são sistematização do conhecimento acadêmico científico relacionado ao lazer e ao envelhecimento; a análise teórica e documental da legislação existente que contempla o cidadão idoso para a garantia de seus direitos fundamentais e sociais e, as percepções do público idoso de Manaus a respeito da tradução das políticas de lazer que a eles se direcionam em ações concretas por parte do poder público municipal. A pesquisa justifica-se pela discreta produção científica identificada cuja temática do lazer, envelhecimento e políticas públicas estejam interligadas, colaborando inclusive para revisão e elaboração de tais políticas. Trata-se de uma pesquisa interpretativa, quali quantitativa, de caráter exploratório. Os instrumentos de coleta de dados propostos consistem em levantamento bibliográfico e documental, visitas *in loco* com registro fotográfico, observação, conversas informais e entrevistas com questionário semiestruturados. A proposta metodológica visa coletar dados afim de colaborar na interpretação das percepções do público idoso em questões acerca das políticas públicas de lazer materializadas nas ações práticas de atividades desenvolvidas no âmbito municipal. A pesquisa atingiu seus objetivos uma vez que os idosos frequentadores do Parque Municipal do Idoso que participaram das entrevistas, quase que em sua totalidade, demonstraram-se atendidos pelo poder público municipal em seu direito de acesso ao lazer, inclusive foi possível conhecer o perfil e percepções a respeito das instalações e das atividades em geral.

Palavras-chave: Idosos. Lazer. Políticas públicas. Manaus.

ABSTRACT

OLIVEIRA, Ticiana Pereira. **Public policies of leisure for elderlies in Manaus:** perceptions and practices in the Municipal Elderly Park. 2016. 115 p. Dissertation (Master of Science) – School of Arts, Sciences and Humanities, University of São Paulo, São Paulo, 2016. Original version.

The study aims to identify the perception of the patrons of the Municipal Senior Park in Manaus, Amazonas State, regarding the government's concern to ensure and facilitate their access to leisure activities. The specific objectives of this paper are to organize the academic knowledge related to leisure and aging; to analyze the existing legislation which guarantees the fundamental and social rights of senior citizens; and to determine the perception of the elderly population of Manaus in relation to the policies by the municipal government concerning leisure. This study is relevant based on the limited amount of scientific production where the themes of leisure, aging and public policy are interconnected and by its potential to collaborate to the review and preparation of these policies. This research is interpretive, quantitative, qualitative and exploratory in nature. The proposed data collection instruments consist of bibliographic and documentary analysis, on-site visits with observation, informal conversations and interviews utilizing semi-structured questionnaires. The methodology aims to collect data in order to facilitate the interpretation of the perception of the elderly public in relation to public policies concerning leisure that have been materialized into operations at the municipal level. The study achieved its objectives since almost all the elderly patrons of the Municipal Elderly Park who participated in the interviews, showed satisfaction by the municipal government in terms of their right to the access to leisure. Furthermore, it was possible to identify the profile and perception of the patrons in respect to the park's facilities and activities in general.

Keywords: Elderly. Leisure. Public policies. Manaus.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1 CONCEITOS: CONHECENDO OS ATORES	10
1.1 Envelhecimento	14
1.2 Lazer	24
1.3 Lazer na terceira idade.....	42
2 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O ENVELHECIMENTO	46
2.1 Políticas internacionais para o envelhecimento.....	50
2.2 Políticas públicas para idosos no Brasil.....	62
2.3 Política Municipal para Idosos em Manaus	69
2.3.1 Fundação Dr. Thomas.....	72
2.3.2 Parque Municipal do Idoso.....	75
3 METODOLOGIA E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	79
3.1 Dados obtidos e análise de resultados	84
3.1.1 Idade.....	84
3.1.2 Sexo.....	86
3.1.3 Origem.....	88
3.1.4 Estado civil.....	89
3.1.5 Ocupação.....	90
3.1.6 Instrução.....	91
3.1.7 Moradia.....	93
3.1.8 Renda mensal.....	95
3.1.9 Frequência.....	96
3.1.10 Atividades realizadas, pergunta e conceito do PMI.....	97
3.1.11 Críticas, sugestões e comentários.....	99
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	100
REFERÊNCIAS	104
APÊNDICE A -	108
APÊNDICE B -	109
APÊNDICE C -	110
APÊNDICE D -	114
APÊNDICE E -	115

Introdução

A configuração demográfica mundial tem passado por notórias modificações nos últimos anos, dentre as quais destaca-se o aumento da população de idosos e o fenômeno da longevidade. Esse último considerado como importante conquista social (CAMARANO e PASSINATO, 2004; CAMARANO e KANSO, 2013; MESQUITA, COSTA e CARVALHO, 2013). O aumento da expectativa de vida, a diminuição das taxas de fecundidade e mortalidade, os avanços da ciência e tecnologia voltados à cura e prevenção de várias doenças, podem ser elencados como fundamentais nesse processo e têm merecido atenção especial dos estudiosos (CAMARANO e KANSO, 2013; CAMARANO e PASSINATO, 2004).

Assim como preconiza o Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2003) e a Organização Mundial de Saúde (OMS), é considerada idosa a pessoa cuja idade seja igual ou superior a 60 anos.

Não são poucas as leis que visam garantir direitos à população idosa. Neste contexto o lazer aparece como uma proposta de promoção da saúde física e mental (SANTOS, FORONI e CHAVES, 2009; DIAS e SCHWRTZ, 2003).

Mediante o paradigma do envelhecimento populacional mundial, essa pesquisa surge no contexto da relevância de estudos relacionados à essa temática com o intuito de agregar conhecimentos e saberes que colaborem direta ou indiretamente para tão expressivo segmento populacional.

No Brasil, o segmento populacional de idosos se destaca pelos crescentes índices da taxa de fecundidade no passado comparada à atual, aliada à diminuição da mortalidade de indivíduos com idade mais avançada. Esse fenômeno é resultado do aumento absoluto e relativo da população idosa, do tempo por eles vivido assim como do envelhecimento de determinados grupos populacionais destacando-se a População Economicamente Ativa, de mudanças nos arranjos familiares como também do aumento de famílias que possuam ao menos um membro idoso (CAMARANO, 2005).

É desse eixo norteador que emana o objetivo geral deste estudo: Investigar se os idosos, frequentadores do Parque Municipal do Idoso, na cidade de Manaus, Estado do Amazonas, se sentem atendidos pelo poder público municipal no seu acesso às atividades de lazer.

De maneira mais específica, os objetivos consistem em:

- 1) Conhecer as políticas e ações de lazer direcionadas aos idosos residentes em Manaus;
- 2) Traçar o perfil dos idosos que frequentam o Parque Municipal e que são praticantes de atividades de lazer e,
- 3) Identificar as percepções de tais idosos a respeito da oferta de lazer que a administração municipal oferece a tal grupo social.

Busca-se assim, responder a seguinte questão: Os idosos frequentadores do Parque Municipal do Idoso na cidade de Manaus, Amazonas, se sentem atendidos pelo poder público municipal no seu acesso às atividades de lazer?

O resultado desta discussão não tem a pretensão de esgotar o conhecimento teórico acerca dos elementos que se dispõe a analisar, mas colaborar para a ampliação dos saberes inerentes aos temas estudados.

Na perspectiva da linha de pesquisa “Turismo: conhecimentos e tendências” do Mestrado em Turismo da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo, a pesquisa proposta contribui teoricamente ao relacionar aspectos do lazer e do envelhecimento, enquanto tendência emergente no setor da prestação de serviços turísticos.

A pesquisa foi desenvolvida tendo como objeto o Parque Municipal do Idoso, na cidade de Manaus, capital do Amazonas. Trata-se de uma opção metodológica, pois outro objeto de investigação é a Política Municipal de atenção aos idosos. Desta forma, acredita-se que poderão se evidenciar melhores resultados advindos da observação *in loco* e das entrevistas desenvolvidas com os participantes.

Neste sentido, as técnicas de pesquisa que foram utilizadas são o levantamento bibliográfico e análise documental, visitas *in loco* com tomadas de fotografias, observação, conversas informais e entrevistas com questionário semiestruturados (apêndice A), apresentados no Capítulo 3.

Além do exposto, o conhecimento dos diversos temas relacionados ao envelhecimento constitui relevante colaboração no sentido que as políticas públicas e ações governamentais expressam a legalidade da necessidade das pesquisas e estudos relacionados a estas temáticas, uma vez que se trata de um fenômeno crescente, tal como apontado.

A intenção em ampliar e adquirir conhecimentos referentes ao envelhecimento, às atividades de lazer e as ações do poder público enquanto provedor da prática do lazer aos idosos da cidade de Manaus, surge em meio à nossa experiência de pouco mais de cinco anos atuando no serviço público de saúde da capital amazonense. Por pouco mais de um ano,

atuando no Centro de Atenção Integral à Melhor Idade em atividades diversas como, por exemplo, o agendamento de consultas, nos saltou aos olhos a inegável disposição e lucidez dos idosos praticantes de atividades de lazer em relação aos não adeptos de tais práticas. Identificamos assim, o lazer como um ponto importante no dia a dia dos idosos, uma vez que os que apresentavam melhores condições de saúde e locomoção se mostravam muito ativos e eram adeptos de várias atividades culturais, de esporte e de lazer. A relação de cuidado e atenção aos idosos de nossa família também constituem aspectos subjetivos que contribuem para a escolha da temática estudada.

A produção acadêmica e científica a respeito das questões relativas ao envelhecimento humano contempla diversas áreas do conhecimento, assim como as pesquisas referentes ao lazer e às políticas públicas, porém, à medida que esses conteúdos se interrelacionam, fica mais escassa a colaboração nesse sentido (DIAS e SCHWRTZ, 2003; FERRARI, 2007; DI RENZO, 2009). Trabalhos relacionando lazer e idosos constituem discretas, porém crescente produção científica (DIAS e SCHWRTZ, 2003; RODRIGUES, 2003; FERRARI, 2007; DI RENZO, 2009). Já a relação entre políticas públicas, lazer e envelhecimento é ainda menor; é dentro da perspectiva sociocultural das atividades de lazer que esse trabalho pretende colaborar cientificamente, ampliando tais discussões e conhecimentos dos atores envolvidos.

Elaborar políticas públicas que atendam as demandas sociais específicas de cada nicho populacional de maneira satisfatória e eficaz configura um grande desafio ao poder público (CAMARANO e PASSINATO, 2004; CAMARANO e KANSO, 2013). Dentro dessa perspectiva, busca-se através da interação com os idosos colaborar, mediante suas percepções, propondo, caso necessário, melhorias, ampliação, diversificação e/ou sugestões de ações que auxiliem o poder público municipal na oferta de atividades de lazer para os idosos, a fim de cumprir com sua função de garantia desse direito social.

1. Conceitos: conhecendo os atores

Acredita-se que para o sucesso de uma empreitada científica se faz imprescindível, inicialmente, entender as peculiaridades teóricas que envolvem as temáticas estudadas. Para tanto, doravante poderemos verificar o trabalho de revisão bibliográfica que contemplaram os campos de estudos do envelhecimento humano e do lazer, assim como a reflexão e análise dos diferentes dispositivos legais que visam atender as demandas específicas que emanam da população de idosos.

1.1 Envelhecimento

Para a Organização Mundial de Saúde (OMS), idoso é o indivíduo com idade cronológica superior a sessenta anos em países em desenvolvimento¹ e sessenta e cinco anos em países desenvolvidos.

O envelhecimento corresponde a um processo, a velhice à uma fase da vida e o idoso ao produto final de um conglomerado cujos componentes estão conectados entre si (PAPALÉO NETTO, 2013).

Dentro do paradigma da biogerontologia, conceitua Papaléo Netto (2013):

O envelhecimento é conceituado como um processo dinâmico e progressivo, no qual há modificações morfológicas, funcionais, bioquímicas e psicológicas, que determinam perda da capacidade de adaptação do indivíduo ao meio ambiente, ocasionando maior vulnerabilidade e maior incidência de processos patológicos que terminam por leva-lo à morte (PAPALÉO NETTO, 2013, p. 10)

¹ Temos consciência que o termo “em desenvolvimento” pode gerar muitas críticas e dúvidas teóricas, uma vez que é visto como um conceito eurocentrista que visa à manutenção do *status quo* das sociedades dominantes. O antropólogo Jack Goody propõe uma reflexão a respeito das questões eurocentristas em sua obra *O roubo da história: como os ocidentais se apropriaram das ideias e invenções do Oriente*. São Paulo, SP: Contexto, 2008.

A característica processual do envelhecimento é citada por Neri (2014) quando informa que, dentro do âmbito biológico, a transformação orgânica se dá após a maturação sexual e corrobora com a redução gradativa da capacidade de sobrevivência. Tratam-se de processos que interagem entre si e iniciam-se em distintos períodos e velocidades resultando de maneira diferente nas funções orgânicas e seus componentes. A mesma autora também destaca o envelhecimento enquanto um processo sociológico, uma vez que as sociedades definem idades para considerar o indivíduo idoso e a mudança de status assim como papel social (NERI, 2014).

Ainda que não oficialmente e sob a ótica biológica, o termo envelhecimento, segundo Cunha (2013):

[...] é frequentemente empregado para descrever as mudanças de forma e função ao longo da vida, que ocorrem nos organismos após a maturação sexual e que progressivamente comprometem a capacidade de resposta dos indivíduos ao estresse ambiental e à manutenção da homeostasia (estado de equilíbrio de funções químicas do organismo) (CUNHA, 2013, p.15)

Seguindo nessa perspectiva, envelhecimento trata-se de um processo individual que ocorre de maneira diferenciada e não há uma idade exata para que se inicie. Pode ocorrer precoce ou tardiamente em cada pessoa, conforme aponta Zimerman (2000):

Envelhecer pressupõe alterações físicas, psicológicas e sociais no indivíduo, tais alterações são naturais e gradativas. É importante salientar que essas transformações são gerais, podendo se verificar em idade mais precoce ou mais avançada e em maior ou em menor grau, de acordo com as características genéticas de cada indivíduo e, principalmente, com o modo de vida de cada um (ZIMERMANN, 200, p. 21).

Embora existam diversas definições para o envelhecimento e seus aspectos, categorizar a velhice não configura tarefa simples, uma vez que esta não representa um estado estático, mas sim dinâmico, constante e inacabado processo de subjetivação, não existindo na maior parte do tempo um 'ser velho', mas sim um 'ser envelhecendo' (GOLDFARB, 1998). A esse respeito, Monteiro (2005) defende que a continuidade e constância do processo de

envelhecimento no organismo humano independente de sua faixa etária. Para este autor, o ser humano é um organismo em envelhecimento constante, assim envelhecem os velhos e também os jovens e, portanto, “envelhecer é sinônimo de viver” (MONTEIRO, 2005, p. 28).

Papaléo Netto (2007) categoriza o processo de envelhecimento como sendo de ordem biológica, social, intelectual, econômica, funcional e cronológica. Magalhães (1987) acrescenta, propondo a multiplicidade de dimensões de ordem demográfica, cultural, psicológica, ideológica e política ao processo de envelhecimento.

No aspecto biológico, o envelhecimento é um processo contínuo e inevitável. Socialmente, o ser idoso com características próprias dependerá do meio cultural em que vive e poderá ou não sofrer diferenciações por ser idoso; intelectualmente podem ocorrer esquecimentos e dificuldades na aprendizagem; no aspecto econômico existe o impacto de deixar de fazer parte da população economicamente ativa (ainda que na atualidade essa situação esteja em mudança); funcionalmente pode ter maior dependência de ajuda, frente à diminuição de sua capacidade motora e mental e; cronologicamente é difícil apontar uma idade exata para se apontar alguém como idoso, pois isso dependerá de fatores externos de cada cultura e sociedade bem como de fatores subjetivos do indivíduo (PAPALÉO NETTO, 2007).

Dentro do entendimento que o ciclo vital se inicia na concepção e termina com a morte, a velhice é então a fase que mais se aproxima do fim da vida pois, “se o envelhecimento é o tempo da idade que avança, a velhice é o da idade avançada, entenda-se, em direção à morte” (MESSY, 1993, p. 33). Em consonância com esse raciocínio, “se o limite da vida humana é a morte, a velhice é a fase da existência que está mais próxima desse horizonte” (GOLDFARB, 1998, p. 29). O envelhecimento apresenta vários aspectos e é um fato heterogêneo, pois a “chegada da maturidade e a vivência da velhice podem significar realidades amplamente diferenciadas, da plenitude à decadência, da gratificação ao abandono,

sobretudo em presença de extremas disparidades sociais e regionais como as que caracterizam o Brasil contemporâneo (ASSIS, 2004, p. 11).

Não devem ser negligenciados os aspectos negativos do processo de envelhecimento dadas as peculiaridades que dele emanam. Gradativamente essa fase da vida deixa de ser considerada um período de perdas e restrições e passa a ser vista como mais uma das etapas do desenvolvimento humano, não restrito à perspectiva cronológica. Ferrari (1999, p. 198) está de acordo com esta posição e afirma que “a velhice não pode ser definida pela simples cronologia e sim pelas condições físicas, funcionais, psicológicas e sociais das pessoas idosas”. Para esta autora, o envelhecimento, como já dito, é um processo “muito pessoal” e se define e caracteriza por “condições objetivas externas e subjetivas”. As potencialidades do envelhecer seriam únicas e distintas: “serenidade, experiência, maturidade e perspectiva de vida pessoal e social. Portanto, a velhice é hoje considerada uma fase de desenvolvimento humano e não mais um período de perdas e incapacidades” (FERRARI, 1999, p. 198).

O envelhecimento, segundo Neri (2014), pode ser categorizado em primário (senescência), secundário (senilidade) e terciário ou terminal.

Envelhecimento primário ou normal, também conhecido como a fase da senescência, corresponde ao processo normal e natural do envelhecimento humano, período em que é observada a redução na agilidade, capacidade de mobilidade e cognição, culminando com a diminuição na capacidade de adaptação. Dentre algumas características podemos destacar a atenção seletiva e dividida, diminuição da fluência verbal, omissão de informações irrelevantes, o déficit de memória etc. O aparecimento ou aumento de cabelos brancos, flacidez dos músculos, e perdas sensoriais também caracterizam esse processo, assim como modificações no metabolismo, respiração e circulação, ou seja, diminuição das capacidades funcionais energéticas. As capacidades biomecânicas também sofrem alterações (diminuição de força, mobilidade e resistência), comprometendo a capacidade de adaptação do indivíduo

como às mudanças climáticas, por exemplo, diminuindo sua tolerância ao estresse físico e mental (NERI, 2014, p. 136).

Já o envelhecimento secundário ou patológico, também denominado como fase da senilidade, é caracterizado por alterações decorrentes de patologias associadas ao próprio processo de envelhecimento, embora não devam ser confundidas com as mudanças típicas do processo (NERI, 2014, p. 136).

Por fim, o envelhecimento terciário ou terminal, corresponde a um período relativamente curto e marcado pelo declínio terminal de perdas cognitivas e físicas convergindo para a morte. É caracterizado pela somatória dos efeitos do envelhecimento às doenças a ele relacionadas assim como a perdas irreversíveis no aprendizado e na cognição tais como a depressão, solidão, perda de identidade, de autonomia e graves perdas cognitivas. (NERI, 2014, p. 137).

Dentro desse paradigma podemos entender as diferentes fases do processo de envelhecimento e quão subjetivo e heterogêneo ele é, pois diversos fatores o influenciam, tais como: alimentação (dieta), prática (ou não) de atividades físicas, estilo de vida, exposição a eventos estressantes, posição social e exercício de papéis etc. (NERI, 2014, p. 136).

Assim, verificam-se as diferentes perspectivas da velhice e do envelhecimento em si, considerando a heterogeneidade aliada à subjetividade do processo, sendo ele de ordem biológica e caracterizado por uma das etapas da vida.

Dentro do universo conceitual do envelhecimento, busca-se enfatizar o aspecto sociológico, uma vez que debaixo do entendimento que o ser humano é um ser social, o processo de envelhecimento, bem como as demais fases da vida, implica na relação do indivíduo com o meio social no qual está inserido. Assim, a idade psicológica corresponde à relação da idade cronológica com as capacidades de percepção, aprendizado e memória, por

exemplo, que definem o futuro potencial de funcionamento do indivíduo (PAPALÉO NETTO, 2013).

Já a chamada idade social relaciona-se à “avaliação da capacidade de adequação de um indivíduo ao desempenho de papéis e comportamentos esperados para as pessoas de sua idade” (PAPALÉO NETTO, 2013, p. 10) tratando-se assim, de uma construção social. É importante mencionar que existe um contexto histórico, político, social e cultural que determina essas construções e variam em cada sociedade.

O processo de envelhecimento visto sob a ótica psicossocial pode ser melhor entendido com o aporte teórico expresso por três teorias que fundamentam seu estudo: os paradigmas dos ciclos de vida; do curso de vida e; do desenvolvimento ao longo de toda a vida (*life span*).

Sob forte influência evolucionista, o paradigma dos ciclos de vida surge no início do século 1920 precedendo e fundamentando os demais paradigmas já mencionados. Neri (2014) assim o define:

Em Biologia e em Psicologia, o termo ciclo de vida é usado com o sentido de sucessão de estágios, fases ou idades do desenvolvimento individual. Em Sociologia, é utilizado principalmente com o significado de repetição das experiências de desenvolvimento de gerações sucessivas, de estágios da vida e coortes, de estágios da vida familiar e da coordenação entre o desenvolvimento individual e a história das instituições sociais. Na Demografia, fala-se em ciclos para descrever padrões de mudança de populações (NERI, 2014, p. 246).

Esse raciocínio consiste fundamentalmente em dividir a vida em estágios pontuais considerando principalmente os eventos de ordem biológica aliados a fatores cronológicos sob uma perspectiva mais individualizada.

A respeito do que vem a ser as coortes, a mesma autora fala em “unidades de análise maiores do que o indivíduo e menores que as gerações”, e assim as explica:

As coortes eram unidades táticas da infantaria romana, grupos de soldados que se movimentavam juntos em direção a um objetivo. Na pesquisa psicológica e sociológica, o termo é usado metaforicamente para designar um conjunto de indivíduos cujas trajetórias de vida são baseadas numa agenda comum de experiências socioculturais, pelo fato de terem nascido num mesmo período histórico. Na pesquisa epidemiológica, o emprego é igualmente metafórico e diz respeito a um coletivo de indivíduos nascidos na mesma época, expostos aos mesmos fatores de risco para doenças ao longo de sua trajetória (NERI, 2014, p. 119).

Esse esclarecimento se faz oportuno uma vez que a conceituação acerca dos paradigmas em questão menciona as coortes justificando assim a importância do seu entendimento.

A construção teórica sobre cada um dos três paradigmas teve a contribuição de vários teóricos e a somatória destes saberes culminaram nas definições que aqui são apresentadas de forma resumida.

O paradigma do ciclo de vida evolui para o do curso de vida e posteriormente para o do desenvolvimento ao longo de toda a vida (*life span*) porém, nenhum deles é considerado inferior ao outro, uma vez que interagem e se complementam. Para fins dessa pesquisa, veremos mais atentamente o paradigma do curso de vida dada sua inerente característica sociológica e de interação entre o organismo e a cultura.

Segundo Neri (2014):

O conceito de curso de vida diz respeito à trajetória de longo prazo das mudanças evolutivas que caracterizam indivíduos e coortes, as quais são determinadas pela interação entre o organismo e a cultura, pelos mecanismos de interação social, pela estrutura social que cria agendas temporais, estabelecendo quais as trajetórias esperadas, por normas, políticas e práticas sociais com relação a gênero, idade, etnia e classe social e pelas decisões e escolhas das pessoas (agência) (NERI, 2014, p. 253).

A contribuição deste novo paradigma é pautada pela proposta de que o desenvolvimento é resultado da interação entre o desenvolvimento individual com o social e o familiar no decorrer do tempo e que a ruptura das maneiras tradicionais vivenciadas em virtude de eventos histórico-sociais, originam desafios que influenciam prejudicando ou favorecendo o curso do desenvolvimento de coortes e indivíduos (NERI, 2014).

A restrição ao entendimento da construção social das trajetórias de desenvolvimento dá lugar a um conceito mais amplo pela inclusão de novos elementos: organismo humano, interação social, estrutura social e agência humana. Assim, dentro dessa nova perspectiva, o ser humano passa a ser considerado enquanto indivíduo cultural e não apenas biológico como outrora, neurologicamente flexível e adaptável e comportamentalmente único, permitindo sua interação com a estrutura social e com seus semelhantes. É a cultura que capacita o indivíduo para a utilização da capacidade simbólica na mudança de seu entorno como para própria reflexão.

A origem da sociedade na qual está inserido, bem como as condições por ela oferecidas, influenciam diretamente e orientam sua trajetória de desenvolvimento relacionando-se assim, com sua subjetividade de ordem cognitiva, biológica, emocional, social e de personalidade (NERI, 2014).

Entende-se por interação social os processos que dão origem e manutenção à capacidade de decisão própria (agência) e produção de valores, estilos de vida e conhecimentos que nortearão o organismo e sua movimentação ao longo da vida. As práticas e regras sociais como garantia de previsibilidade da vida cotidiana e seus eventos significativos para as pessoas são estabelecidos e reproduzidos no contexto da estrutura social. Estrutura essa que estabelece sob quais condições o indivíduo pode vir a tornar-se agente e decidir autonomamente suas ações no decorrer de sua vida. Assim, a estrutura social é responsável por ditar práticas e ações de proteção individual considerando classe social, idade, etnia e gênero; especificar como se dará o acesso a benefícios sociais; determinar os papéis e as normas etárias; definir as trajetórias esperadas e estabelecer cronologicamente a vida humana (NERI, 2014).

Ainda que as estruturas sociais antecedam o indivíduo e que seu desenvolvimento sejam a estas condicionado e estabelecido pelo contexto social que se insere ao nascer, isso

não faz dele necessariamente um ser passivo, uma vez que a ele pertence o poder de escolha sobre os eventos e ações de enfrentamento em sua trajetória laboral, familiar, de saúde, educacional e social (NERI, 2014). A respeito do paradigma de desenvolvimento ao longo de toda a vida também conhecido como *life span* a mesma autora informa:

Life span significa toda a duração da vida humana e é a denominação adotada para um modo de ver o desenvolvimento humano como um processo que se dá do nascimento à morte. Assim como o paradigma curso de vida, este rejeita a noção de estágios e se interessa pela compreensão das trajetórias de desenvolvimento e dos efeitos das experiências anteriores sobre as posteriores ao longo da vida. O desenvolvimento e o envelhecimento são vistos como processos multidimensionais, que comportam ganhos e perdas, são regidos pela interação entre variáveis genético-biológicas, socioculturais e psicológicas, exigem uma perspectiva interdisciplinar e solicitam o emprego de delineamentos de pesquisa combinando estratégias longitudinais e transversais para sua compreensão (NERI, 2014, p. 259).

Essa teoria surge num contexto onde a velhice era vista como a fase da vida associada ao declínio cognitivo e físico sendo incompatível com o desenvolvimento.

O embasamento teórico oferecido pelos três paradigmas aqui expostos colaboram diretamente com o entendimento do processo de envelhecimento enquanto parte da trajetória de vida de cada indivíduo. Estas complementam-se e configuram-se em importantes ferramentas para o melhor entendimento dos estudos relacionados não somente à velhice, mas como cada uma das fases de nossa existência.

Sob a perspectiva educacional, nas diferentes esferas do poder público, a legislação específica para a população idosa é consensual enquanto a importância da educação. A relevância da produção científica e das pesquisas cujas temáticas envolvam o envelhecimento em seus diversos aspectos são referenciados nos textos legais, denotando assim uma preocupação institucionalizada com o conhecimento sobre o envelhecer e com a educação enquanto coadjuvante no processo de amenizar os impactos causados pelo envelhecimento.

O baixo grau de instrução de alguns idosos impossibilita sua realocação no mercado de trabalho, uma vez que as atividades antes desempenhadas, em sua maioria, necessitavam

de elementos como força e habilidade manual. A maioria dos aposentados no Brasil não teve acesso à educação e ocupava-se de atividades ligadas ao setor primário ou de serviços. Quanto maior o nível de instrução do indivíduo idoso mais tempo ele pode se dedicar às atividades laborais condicionando sua aposentadoria à sua opção espontânea e não por não possuir mais aptidão física para o trabalho, essa condição se aplica ao idoso que esteja em pleno gozo de suas capacidades físicas, mentais e em plena saúde.

Dentro da perspectiva da educação continuada e a respeito da importância de atividades educacionais para idosos, Cachioni (2012) elenca os aspectos que se destacam dentro do contexto de sua pesquisa relacionada às universidades abertas à terceira idade – Unati, enfatizando o bem-estar psicológico como principal ganho:

1. A participação em iniciativas educacionais tem relação com a manutenção de atividades, aumento da satisfação com a vida, melhora da saúde percebida e das habilidades cognitivas entre os participantes; todos estes elementos são indicadores de um envelhecimento bem-sucedido; 2. Proporcionam a oportunidade de obter suporte emocional, informacional e instrumental, que podem ter efeitos poderosos no enfrentamento dos desafios inerentes ao envelhecimento e dos eventos de vida; 3. Propiciam benefícios na vida diária, promovem o bem-estar, reavivam fatores motivadores para a aprendizagem, que estavam escondidos desde a juventude, bem como contribuem para a aquisição de novas habilidades cognitivas; 4. Promovem sentimentos de bem-estar, proporcionam relações interpessoais e têm impacto positivo na vida dos idosos no que se refere à depressão e à satisfação social; 5. Contribuem para o crescimento pessoal, proporcionam oportunidades de trabalhos na comunidade, favorecem o desenvolvimento da criatividade e da produtividade, criam espaços de socialização e aquisição de novos conhecimentos e contribuem com novas concepções e atitudes favoráveis em relação à velhice; 6. As perdas cognitivas decorrentes do envelhecimento podem ser compensadas por ganho de conhecimento, pois ele atua como poderosa fonte de enriquecimento e modulação da cognição em qualquer época da vida humana (CACHIONI, 2012, p. 24).

O incentivo à busca pela capacitação e conhecimento não se restringe ao idoso. A sociedade precisa estar informada a respeito dos aspectos do envelhecimento e os profissionais, dos vários segmentos, precisam estar capacitados para o atendimento e prestação de serviço à pessoa idosa.

Enquanto campos de estudos, a Geriatria e a Gerontologia configuram em atores relevantes e indispensáveis de inquietação e arguição científica. De acordo com esse entendimento, Bassit e Witter (2010) observam:

O campo do envelhecimento, em princípio, enfrenta as mesmas questões quanto às naturezas biológica, social e psicológica de seu objeto de estudo, como também aquelas em que os processos de saúde-doença estão implícitos na maioria de seus estudos (BASSIT e WITTER, 2010, p. 24).

Para tal, se faz necessária a transposição da pesquisa para além do caráter clínico do envelhecer. Essa pesquisa se pauta pelo viés psicossocial dos aspectos do envelhecimento e as múltiplas possibilidades que as atividades de lazer podem oferecer para o indivíduo idoso.

1.2 Lazer

A origem da prática do lazer, e até mesmo o seu marco conceitual, constituem larga discussão, uma vez que há muita subjetividade envolvida em sua própria definição. Do ponto de vista etimológico Gomes e Pinto (2009) se posicionam da seguinte forma:

Loisir, leisure e lazer têm origem etimológica no latim *licere*, que significa ser permitido, poder, ter o direito. Essas palavras podem ter significados diferentes de acordo com o contexto, mas todas mantêm algum tipo de relação com a vivência de atividades culturais considerando tempo/espaço disponíveis e a atitude assumida pelas pessoas neste tipo de experiência marcada por um sentimento de liberdade (mesmo que seja apenas imaginada), impulsionada pela busca de satisfação e pelo desfrute do momento vivido (GOMES e PINTO, 2009, p. 68).

O entendimento do lazer enquanto tema de inquietação científica, aparece no período após Revolução Industrial. Lafargue publica em 1880 *O direito à preguiça*, reivindicando o direito de descanso aos operários e a modernização tecnológica das fábricas, sendo considerado um marco inicial para os estudos nos Estados Unidos e Europa nas primeiras décadas do século XX. No período que se seguiu a este, pensadores como Veblen, Huizinga e

Bertrand Russel já se debruçavam sobre a temática, colaborando com seus escritos em obras clássicas como *Teoria da classe ociosa*, *Homo ludens* e *Elogio ao lazer*.

Para Veblen (1899), o lazer se trata de uma atividade improdutiva uma vez que a classe que dele usufrui não é a de trabalhadores, mas a de ociosos, pensamento que surge no contexto industrial. Já Gramsci propõe o lazer enquanto atividade cultural de resistência, de questionamento social, de formação de novos valores e de provocador de mudanças socioculturais. Russel (1938) defende o uso racional do lazer enquanto fruto da civilização e educação.

O elemento lúdico na abordagem do lazer é proposto por Huizinga (1938) em sua obra *Homo Ludens*, o homem que brinca. Segundo esse autor, o jogo - assim como a linguagem e o riso - seria uma característica eminentemente humana e levaria ao lazer. Portanto, o jogo enquanto brincadeira, descompromissado, sem o cunho de competição ou atividade profissional, seria uma das facetas do lazer.

Como pode ser percebido nos estudos de Dumazedier (1960, 1970), sociólogo francês percussor dos estudos do lazer no Brasil, a preocupação em sistematizar o conhecimento sobre lazer surge no contexto de uma Paris industrializada, na qual a jornada de trabalho era demasiadamente longa e as condições de trabalho insalubres. A classe proletária trabalhava em favor do acúmulo de riqueza por uma classe elitizada correspondente a uma pequena minoria. O lazer, então, configurava-se como privilégio de poucos.

Mas há um momento histórico em que o lazer passa a se tornar um direito social. Nas palavras de Requixa (1980):

Chega a humanidade a um formidável momento de sua história: as massas passam a existir como realidade social significativa e, superando preconceitos, também se voltam para a fruição do lazer, que deixa de ser um privilégio de classe, para ganhar uma extraordinária dimensão social. Mudaram de tal sorte as condições materiais de vida que o lazer, inadaptável a uma época de supervalorização moral do trabalho, converte-se como lazer,

num valor em si mesmo. Como valor em si, é objeto de análise e estudos para o mais adequado aproveitamento por seus beneficiários. O lazer, como profundo sentido humanístico que o envolve, em contrapartida à implacável materialização do mundo contemporâneo, só pode ser fundamentalmente bom (REQUIXA, 1980, p. 26).

Dumazedier (2008) tem uma visão do lazer como descanso, divertimento e desenvolvimento, e o conceitua da seguinte forma:

[...] um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se ou, ainda, para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais (DUMAZEDIER, 2008, p. 34).

Renato Requixa (1980, p. 34), por sua vez, sintetiza esse conceito e entende o lazer como sendo “[...] uma ocupação não obrigatória, de livre escolha do indivíduo que a vive, e cujos valores propiciam condições de recuperação psicossomática e de desenvolvimento pessoal e social”. Sobre o conceito de lazer proposto por Dumazedier (2008), o mesmo autor avalia:

Trata-se de conceito extremamente rico de virtualidades possíveis, pelo que as principais funções aí apontadas, descortinam; pela clareza de seu conteúdo ativo. Com efeito, sugere um conjunto de atividades que, para serem exercidas efetivamente como lazer, devem ser motivadas por um interesse autêntico, isto é, a elas, as pessoas se devem entregar, de bom grado. Como distingue, com precisão, o tempo ocupado com o trabalho e com as demais obrigações – familiares e sócio políticas, limita, com mais verdade, o tempo dedicado às atividades de lazer (REQUIXA, 1980, p. 34).

Um dos desafios do estudo do lazer consiste exatamente em delimitá-lo conceitualmente. Para Dias (2010), em oposição aos autores já citados, constituiria uma grosseira abstração generalista e a-histórica entender o lazer enquanto um fenômeno universal, que com algumas mudanças de interpretação, teria ocorrido em todas as épocas e culturas. Esse autor também não considera ser adequado que furtivamente o lazer seja advento da Revolução Industrial, exatamente como o fez Dumazedier (2008) que inter-relaciona o lazer, o tempo livre e o trabalho.

A definição de lazer pode ser considerada como um dos adventos da sociedade pós-revolução industrial. Embora a existência das atividades de lazer seja anterior a esse período, o conceito contemporâneo data desta época.

Ainda que alguns autores optem por desassociar o trabalho do lazer, este não deve ser entendido como uma negação ao trabalho, uma vez que é através dele que surge a ideia de tempo livre tornando possível a prática das atividades de lazer. O objetivo não é fazer uma análise do lazer em oposição ao trabalho, mas sim no sentido de completude, pois ambos se interligam, ainda que a presença de um signifique a ausência do outro. Compartilhando desse pensamento, Bosi (1978) entende que se o trabalho e o lazer estão relacionados, pode-se esperar que a alienação de um represente a evasão e compensação do outro.

A distinção entre lazer e tempo livre é proposta em 1962 por Sebastian de Grazia, que entende o lazer como sendo um ideal, um estado do ser, uma condição humana, diferente da maioria dos outros autores que limitam o lazer a uma conquista da classe trabalhadora. O tempo livre proposto consistiria na representação de uma condição comum a todos os seres humanos indistintamente; já o lazer, em um ideal de vida criado pelos gregos que precisa ocupar um lugar privilegiado na sociedade.

Outro crítico do pensamento dumazediano, Chris Rojek (1985) não vislumbra o lazer sob a ótica do tempo livre e, embora o tenham feito sob a perspectiva científica, não só Dumazedier, mas também Aron e Brightbill, abordam a temática deixando lacunas propícias ao subjetivismo exacerbado a tal ponto permitirem livres interpretações sobre o fenômeno. O resultado então, segundo Rojek (1985), seria a inviabilização do lazer enquanto campo e objeto de estudos científicos.

O autor faz ainda duas críticas à visão dumazediana de entendimento do lazer. A primeira crítica consiste no fato de que quando o sociólogo francês considera o lazer enquanto propriedade geral do sistema social, permite que seu estudo seja realizado desconsiderando o

contexto social e; quando também faz referências a conceitos polêmicos na história do pensamento ocidental, como ‘tempo livre’, ‘desinteresse’ e ‘ação voluntária’ como se seu entendimento e aplicabilidade fosse, possíveis de forma não problemática.

Para Marcellino (1990, p. 34) lazer é definido “como a cultura – compreendida no seu sentido mais amplo – vivenciada (praticada ou fruída) no ‘tempo disponível’ e não busca outra recompensa além da satisfação”.

O lazer é também considerado como uma dimensão da cultura, tempo e espaço para a vivência lúdica de conteúdos culturais em patamares críticos e criativos, o que caracteriza como uma esfera abrangente, que tem profundas relações com o trabalho, com a educação e com a família, dentre outras dimensões da vida (GOMES e ISAYAMA, 2008, p. 156).

O viés cultural interligado à prática do lazer também é percebido na definição proposta por Gomes e Elizalde (2012) em que se trata de uma necessidade humana e dimensão cultural, portanto, representando uma complexa prática social que precisa ser situada historicamente (GOMES e ELIZALDE, 2012, p. 82).

Dentre as principais funções do lazer, Dumazedier destaca três aspectos como sendo os principais: o descanso; o divertimento, recreação e entretenimento e; o desenvolvimento. O autor ressalta, dentro da perspectiva do descanso, a importante colaboração das atividades de lazer a fim de revigorar o indivíduo do cansaço físico e mental resultante das atividades cotidianas, em especial as oriundas do trabalho. Entende o lazer enquanto atividade de divertimento, recreação e entretenimento, uma poderosa ferramenta de combate ao tédio “[...] daí a busca de uma vida de complementação, de compensação e de fuga por meio de divertimento e evasão para um mundo diferente, e mesmo diverso, do enfrentado todos os dias” (DUMAZEDIER, 2014, p. 33).

Sob a ótica do desenvolvimento, Dumazedier (2014) credita à prática das atividades de lazer a possibilidade de integração voluntária à vida de agrupamentos recreativos, culturais

e sociais; possibilita o desenvolvimento livre de atitudes adquiridas na escola, sempre ultrapassadas pela contínua e complexa evolução da sociedade e incita a adotar ações ativas na utilização de fontes diversas de informação, tradicionais ou modernas. O mesmo autor informa que embora a falta de tempo, recursos ou dinheiro inviabilizem a prática das atividades de lazer, não anulam sua necessidade, mas a torna ainda maior.

Outro processo que pode ser considerado interligado ao desenvolvimento dos estudos do lazer é o de urbanização. Foi com o surgimento das cidades que se evidenciou a demanda de espaços destinados à prática de lazer. A essa conclusão chegou Dumazedier (2014), que afirma que o crescimento da necessidade de lazer está diretamente relacionado à industrialização e urbanização dentro do contexto do surgimento das metrópoles.

Para fins dessa pesquisa, será considerada a sociologia do lazer, da qual o percussor foi Dumazedier (2008, 2014). Esta disciplina será norteadora desse estudo, uma vez que dentre os diversos benefícios que a prática de atividades de lazer proporciona, o ganho de cunho social é o que se pretende enfatizar por contemplar de maneira mais ampla o objeto estudado.

Conheçamos agora os diferentes aspectos do lazer, a começar pelo elemento ‘tempo’ considerado um dos componentes fundamentais dos estudos do lazer. Dentro do paradigma da industrialização, o tempo de lazer corresponderia ao tempo em que o operário não estivesse dedicado à suas atividades laborais, ou seja, em seu tempo livre.

Devido às longas jornadas de trabalho, o tempo livre dos trabalhadores era bastante reduzido, assim como a possibilidade de acesso ao lazer, incipiente.

Após a conquistas dos direitos sociais como a consolidação das leis trabalhistas, a redução da jornada de trabalho e a instituição do período de férias remuneradas, o tempo disponível da classe operária aumentou. Sobre esse tema, Marcellino (2012) informa:

O lazer ligado ao aspecto tempo considera as atividades desenvolvidas no tempo liberado do trabalho, ou no 'tempo livre', não só das obrigações profissionais, mas também das familiares, sociais e religiosas (MARCELLINO, 2012, p. 8).

Sob a perspectiva do tempo, Stoppa (2011) aponta o descaso da sociedade atual com a importância e benefícios que as práticas de atividades de lazer proporcionam, pejorativamente considerado como improdutivo:

Vemos que, na sociedade atual, o lazer não ocupa uma posição prioritária na escala de valores importantes aos seres humanos, pois muitas vezes é tido como supérfluo e muitos acreditam que o tempo de 'não trabalho' é aquele que, além de ser o tempo de 'desocupado', é desnecessário (STOPPA, 2011, p. 19).

Ainda no âmbito temporal, Dumazedier (2014) não vê pela perspectiva automática, mas como uma luta contínua entre interesses antagônicos, fruto da diminuição da jornada de trabalho associado ao aumento do tempo livre correspondentes a conquistas sociais (DUMAZEDIER, 2014). Por sua vez, Requixa (1980) colabora creditando aos avanços tecnológicos tais conquistas, acrescentando ainda que contribuíram para o processo de diversificação nas opções de ofertas de lazer em decorrência da melhoria dos meios de comunicação e transporte.

O elemento espaço constitui um paradigma dentro do constructo conceitual dos estudos do lazer. Para fins dessa discussão, será considerado o espaço urbano como pano de fundo desta reflexão, devido ao local escolhido como objeto de estudo se tratar de um parque municipal voltado às atividades para a população idosa, preferencialmente.

Para Dumazedier (2008):

Os lazeres recreativos e culturais exigem um mínimo de instalação e sua prática implica um mínimo vital sociocultural abaixo do qual o local será considerado inaceitável pelos operários, habituados à vida das grandes cidades. Assim, podemos concluir que a descentralização industrial só terá êxito se acompanhada por uma descentralização cultural (DUMAZEDIER, 2008, p. 99).

Os parques urbanos surgem com a proposta de proporcionar um ambiente de características campestres localizado em meio às grandes cidades industrializadas. Data do início do século XIX, e eram destinados à sociedade elitista europeia que, embora ansiasse pela retomada do contato com a natureza, rejeitava a vida simplista do campo.

A Revolução Industrial proporcionou acúmulo de riqueza à elite ao mesmo tempo que contribuiu para o surgimento de graves problemas ambientais e demográficos às cidades. A sensação de desordem e sujeira tomou conta dos bairros pobres devido ao intenso e acelerado processo de ocupação ocorrido nas cidades industriais do início do século XIX.

A seguir, surgem as segregações sócio espaciais decorrentes da especulação imobiliária favorecidas pela falta de saneamento e insalubridade dos espaços urbanos. Espaços estes que passam a ser ocupados pelas elites e o apelo ambiental cresce surgindo o conceito das cidades jardins de Ebenezer Howard (autor da obra *Garden Cities of Tomorrow* [1902], uma visão futurista de planejamento urbano).

Na readequação dos espaços das cidades, seguindo novas tendências, a população pobre é deslocada para mais distante dos centros urbanos. O propósito deste deslocamento de pessoas é facilitar as obras de melhorias de mobilidade urbana, como a criação de avenidas e ruas mais espaçosas facilitando a circulação, bem como a nova configuração paisagística que foi elaborada sob a justificativa de saneamento das cidades.

Para Melo (2010), o conhecimento científico é importante na reordenação do espaço urbano:

O conhecimento científico também ocupa papel de grande importância na determinação da nova organização das cidades, inclusive estabelecendo os parâmetros de controles necessários à consolidação do novo modelo de sociedade. A nova urbanidade deveria facilitar tanto o trânsito de mercadorias quanto a exposição dos símbolos que interessam aos protagonistas do processo (MELO, 2010, p. 102).

No início do século XX, essa nova concepção urbanística chega ao Brasil. As elites se apropriam do modelo higienista de urbanização que passa a ser implantado na maioria das cidades brasileiras. O Rio de Janeiro, em 1902, desponta como pioneiro nesse processo. Esse período coincide com o apogeu do ciclo da borracha na cidade de Manaus, que segue a tendência europeia de reconfigurar o espaço urbano dentro da perspectiva de reordenação paisagística, dinamização da mobilidade ainda que às custas da segregação da população pobre.

Embora não se tratasse de uma sociedade industrializada, mas extrativista, as obras realizadas em Manaus, capital do Estado do Amazonas, traduzem o estilo arquitetônico francês do período da *Belle Époque*, denominado *art nouveau*, que inspirou a construção de praças e espaços públicos dotados de mobiliários urbanos (bancos, postes, floreiras, lixeiras etc.) em localidades que favoreciam o acesso da população de maior poder aquisitivo.

Em oposição a este processo, surge em 1920, também em Manaus, a Cidade Flutuante. Ambiente sujo, hostil e insalubre onde residia a população pobre que se recusava a morar em bairros mais distantes, ocupando assim as margens do Rio Negro. Em 1967 o poder público remaneja os moradores da Cidade Flutuante na busca de uma resolução para o problema urbano.

Pacheco e Raimundo (2014) conceituam parques urbanos dentro da perspectiva de “instrumentos e *locus* de ação de um direito à cidade e lazer” (PACHECO e RAIMUNDO, 2014, p. 43). Originam-se no período inicial da industrialização e urbanização das principais cidades europeias. Estes, porém, eram concebidos com a finalidade de atender as demandas das classes de maior poder aquisitivo e a eles restringindo seu acesso e utilização em detrimento da população pobre.

Após a Segunda Guerra Mundial, a preocupação internacional com os direitos individuais e coletivos pode ser percebida na redação da Declaração Universal dos Direitos

Humanos em 1948, que, somada à crise ecológica de 1960, desponta com novas necessidades e ideologias.

Os espaços urbanos, outrora esvaziados em virtude do processo de urbanização, voltam a ser ocupados pela população e passam a representar ponto de encontro, de resgate de valores e de recreação. Na cidade de São Paulo, por exemplo, em 1979, foram criados os primeiros calçadões, restringindo o acesso aos pedestres em vias onde antes era possível a circulação de automóveis.

Um dos grandes paradigmas urbanísticos surge com a proposta do “Plano Barcelona 2000” que propunha uma série de micro intervenções a fim de modificar a paisagem urbana como instrumento de redemocratização do espaço. A partir de 1990 os parques urbanos assumem a característica conceitual de pontos de encontro e expressão da interculturalidade, assim como de ferramentas de reivindicação de direitos coletivos dentro das novas políticas urbanas e prestadores de serviços ambientais às cidades (PACHECO e RAIMUNDO, 2014, p. 52).

A combinação da prática de atividades e equipamentos de lazer nestes espaços visa provocar mudanças no comportamento dos seus frequentadores em relação à natureza e à própria cidade durante o momento de lazer.

Os parques urbanos, então, traduzem um local de existência de antagonismo e forças na cidade, direcionando assim à ordenação de sua utilização pela sociedade através da elaboração de um programa de uso público.

Esta ação estratégica tem por objetivo organizar as atividades a serem realizadas pelos visitantes e usuários a fim de conservar o espaço do parque, uma vez que o uso desordenado pode causar riscos para a prática das atividades e até mesmo de saúde pública, conforme resumem Pacheco e Raimundo (2014):

Os parques urbanos constituem assim, em equipamentos fundamentais, como *locus* dessas práticas e nos quais as atividades do programa de uso público podem atender aos amplos objetivos de conservação ambiental ao acesso às práticas de cultura e lazer como direito da população (PACHECO e RAIMUNDO, 2014, p. 58).

A prática do lazer, para alguns estudiosos, pode ser vivenciada tanto de forma ativa como passiva. Para Dumazedier (2014), por exemplo, a atitude ativa é entendida por:

um conjunto de disposições físicas e mentais suscetíveis de assegurar o desabrochar '*optimum*' da personalidade, dentro de uma participação '*optima*' na vida cultural e social (DUMAZEDIER, 2014, p. 258).

Já no entendimento de Marcellino (2012):

O lazer considerado como atitude será caracterizado pelo tipo de relação verificada entre o sujeito e a experiência vivida, basicamente a satisfação provocada pela atividade (MARCELLINO, 2012, p. 8).

Existem ainda alguns elementos impeditivos para a realização de tais atividades conforme menciona Stoppa (2011):

Embora o lazer deva ser entendido como um tempo social, no qual as pessoas possam realizar as atividades que desejam atreladas aos valores culturais da realidade local, explorando diversos conteúdos culturais e em busca da participação cultural e, com isso, da cidadania, ou seja, enquanto sujeitos de sua história, infelizmente, a realidade social é um pouco diferente da realidade apontada, uma vez que a falta da infraestrutura básica e específica para o lazer, a centralização dos espaços, as desigualdades sociais, a miséria, a violência, a falta de participação e envolvimento popular com questões políticas e a conseqüente alienação social, provocada muitas vezes pela cultura de massa e pela mídia, são elementos que afetam o desenvolvimento e o acesso ao lazer (STOPPA, 2011, p. 24).

O lazer diz respeito diretamente ao componente cultural que nele se insere. Aspectos como hábitos, costumes, religião, preferências subjetivas e coletivas podem ser citadas enquanto coadjuvantes tornando a análise da prática do lazer condicionada a esses elementos.

Gomes e Pinto (2009) concordam a esse respeito informando que:

[...] cada atividade cultural está inscrita em uma trama de relações sociais, políticas, econômicas, artísticas e ambientais, entre outras, que muito revelam sobre um determinado contexto e sobre as pessoas que nele vivem (GOMES e PINTO, 2009, p. 81).

Para tanto, é fundamental que as pessoas tenham conhecimento da oferta de atividades de lazer e que estas contemplem os diferentes grupos sociais. Que sejam incentivados à sua prática através de orientação adequada, pois a escolha é consequência do nível de informações a respeito das possibilidades que as atividades de lazer contemplam, conforme Stoppa (2011) completa:

Assim, é importante que as pessoas possam desenvolver suas ações no lazer, vivenciando experiências nos diferentes conteúdos culturais. No entanto, para a democratização cultural do lazer, é necessário o desenvolvimento de processos educativos juntos aos indivíduos, de modo que possam servir de estímulo e aprendizado para os mesmos, ofertando melhor conhecimento dos conteúdos culturais do lazer, desenvolvendo as atividades no tempo disponível, aumentando a possibilidade de livre escolha, uma vez que, quanto maior o grau de conhecimento capaz de permitir a opção, mais verdadeira essa opção será (STOPPA, 2011, p. 23).

O mesmo autor também firma que estas vivências distintas que o lazer proporciona devem constituir objeto de oferta às pessoas afim de que vislumbrem na ampliação e diversificação dessa oferta as múltiplas oportunidades de experimentação cultural em seu cotidiano (STOPPA, 2011).

Dentro do entendimento do lazer enquanto cultura vivenciada proposta por Marcellino (1990), destacamos a seguir as principais características das atividades de lazer ordenadas por áreas de interesse culturais conforme proposto por Dumazedier (2014) cuja classificação concorda Camargo (1992):

A classificação mais satisfatória é a do sociólogo francês, Joffre Dumazedier, que é, aliás, o criador do que habitualmente se denomina a sociologia do lazer. Baseado no princípio do interesse cultural central de cada atividade de lazer, ele as classifica em físicas, manuais, intelectuais, artísticas e sociais. [...] seria conveniente acrescentar mais uma área de interesse cultural no lazer, o turístico (CAMARGO, 1992, p. 17).

A respeito da atitude, Reiqua (1980, p. 35) observa que “[...] o lazer significa alguma coisa, em termos de ocupação – é algo que fazemos, em que nos ocupamos. Logo, não pode ser entendido como um não fazer, um não ser, um vazio”. Sobre aspectos motivacionais, o mesmo autor acrescenta: “[...] a atividade mereceu nossa escolha, por ser de nosso interesse,

de nosso agrado, pela recompensa psicológica, pela satisfação que, de antemão o percebemos, poderá trazer” (REQUIXA, 1980, p. 35).

A prática das atividades culturais deve ser observada diante do paradigma cultural de cada sociedade, seus costumes, valores e o contexto sócio político no qual estão inseridos, assim como a subjetividade individual e coletiva dos grupos homogêneos e seus interesses na escolha das atividades de lazer realizadas.

Dentre a classificação das atividades culturais de lazer as atividades artísticas estão relacionadas diretamente ao imaginário e à estética, seja de caráter produtivo ou meramente contemplativo das diferentes manifestações artísticas. Sobre isso informa Marcellino: “O campo de domínio dos interesses artísticos é o imaginário – as imagens, emoções e sentimentos; seu conteúdo é estético e configura a busca da beleza e do encantamento. Abrangem todas as manifestações artísticas” (MARCELLINO, 2012, p. 19).

Camargo, por sua vez, colabora evidenciando o caráter erudito das atividades artísticas de lazer e as exemplifica “como cinema, teatro, literatura, artes plásticas etc.” (CAMARGO, 1992, p. 23), mas não desconsidera atividades mais simplórias como a maquiagem, a decoração da casa, e insere nesse contexto todos os tipos de festas, sejam elas de ordem religiosa, popular, datas comemorativas, etc.

Alves Jr. e Melo (2012) observam que a formação de novos valores pode surgir em meio às atividades de caráter artísticos, pois em nosso cotidiano existe a presença de vários elementos relacionados à questão estética:

A experiência estética não é exclusividade da manifestação artística; está presente em muitas esferas da vida, inclusive no que se refere aos produtos industriais que consumimos diariamente. Ainda assim, podemos dizer que é, por excelência, o que impulsiona a busca da arte, do prazer que as diversas linguagens artísticas proporcionam. Claro que não estamos falando da arte pela arte, nem do prazer pelo prazer, mas argumentando que desenvolver novas sensibilidades – e, nesse processo, ter acesso a novos valores ou ao questionamento dos valores vigentes – é uma dimensão fundamental a ser provocada (ALVES JR. e MELO, 2012, p. 43).

Em suma, as atividades artísticas de lazer podem ser entendidas como a participação, seja na produção, apresentação ou mesmo contemplação de eventos culturais como canto, teatro, cinema, música, danças e demais exposições artísticas relacionadas.

As atividades físicas são caracterizadas, basicamente, pelo movimento. Não que as demais atividades sejam estáticas, porém, a prática de esportes, exercícios físicos, caminhadas e demais segmentos desportivos podem ser mencionados exemplificando esse tipo de atividades. Segundo Marcellino (2012, p. 19) “as práticas esportivas, os passeios, a pesca, a ginástica e todas as atividades nas quais prevalece o movimento, ou o exercício físico, incluindo as diversas modalidades esportivas, constituem o campo dos interesses físicos”.

Embora a opção pela prática da atividade física seja motivada, na maioria das vezes, pela busca do bom condicionamento físico, saúde, disposição e qualidade de vida, o aspecto social também é importante fator considerado quando a escolha por esse tipo de atividade, ainda mais por grupos específicos que priorizam a socialização e o relacionamento interpessoal que está agregado à atividade. Sobre isso informa Camargo (1992):

O desejo de exercitar-se fisicamente, de colocar-se em forma, é o denominador comum destas atividades, não obstante predomine, para alguns, o interesse estético do movimento no esporte e na ginástica-dança, ou na contemplação da natureza e das pessoas nas caminhadas. Para outros há também um forte interesse associativo nessas atividades, na medida em que é difícil separar o interesse físico do desejo de estar com o grupo de amigos ou da paquera pura e simples (CAMARGO, 1992, p. 21).

A sensação de pertencimento proporcionado pela prática de atividades físicas em equipe, em especial as esportivas, é evidenciada através da cultura que desenvolvem e a identificação mútua entre os participantes, tal como observam Alves Jr. e Melo (2012):

As atividades físicas, dentre as quais os esportes, estão entre as manifestações culturais mais procuradas e difundidas pelos meios de comunicação, estando mesmo diretamente ligadas a diversos estilos de vida. Ao redor dessas práticas, não é incomum a existência de uma série de procedimentos, posturas e produtos (roupas, músicas, alimentos) que identificam os praticantes e diferenciam-nos de outros grupos (ALVES Jr e MELO, 2012, P. 40).

Sob o aspecto das atividades físicas enquanto promotoras de saúde e bom condicionamento, Lorda (1998) acrescenta os benefícios psicossociais que a atividade proporciona, funcionando também como aliviadora de estresse e tensões cotidianas:

Desde a perspectiva psicológica se associa a participação em programas de exercícios com sentimento de ganho e satisfação de vida, redução de tensão, melhora na autoimagem, autoconceito e auto estima e estado de ânimos positivos. E exercício físico pode contribuir para maior liberdade e movimento, o qual pode aumentar o sentido de autossuficiência (LORDA, 1998, p. 49).

Indicadas para todas as idades e gêneros, as atividades físicas, entendidas na perspectiva do lazer, além de proporcionarem melhoria da saúde e qualidade de vida do indivíduo, contribuem também para fomentar o senso de disciplina, superação e socialização, gerando sensação de bem-estar e funcionalidade.

A relação das atividades físicas e o envelhecimento não deve ser entendido pela ótica do esporte de rendimento por exemplo, e sim através da abordagem social, onde os idosos adeptos de suas práticas podem estar em contato com seus pares e também onde a melhoria do condicionamento físico também é importante benefício.

A denominação destas atividades é questionada por Camargo (1992) quando entende as atividades manuais de lazer da seguinte forma:

A designação não é das mais corretas. Como atividades manuais, entendem-se atividades ligadas ao prazer de manipular, explorar e transformar a natureza. É a nostalgia dos elementos naturais, a terra, a água, a madeira, o metal, os animais, dos quais o homem urbano-industrial se isolou, em seu meio ambiente de asfalto, concreto e cimento ou em um trabalho que mexe apenas com materiais reciclados e transformados. A isto, acrescenta-se o cansaço das pessoas com o tudo-pronto que se consome, no dia-a-dia (CAMARGO, 1992, p. 17).

Porém, a caracterização das atividades manuais enquanto lazer, é representada pela capacidade de transformação que o indivíduo possui através da habilidade do manuseio de alguns elementos, dando à matéria prima utilizada, novos formatos, cores, significados e

dimensões e a sensação de prazer que delas resultam. Para Marcellino (2012), a essa definição também é acrescentada o exemplo do cuidado com animais, porém não deve ser confundida com *hobbies* como alertam Alves Jr. e Melo (2012) que consideram:

Interesses manuais aqueles cujo prazer se encontra fundamentalmente na manipulação de objetos. Tais atividades, com frequência, confundem-se com os *hobbies* em geral, ainda que entre estes se encontrem atividades não necessariamente manuais, jardinagem, carpintaria, marcenaria, costura e culinária podem ser citados como bons exemplos (ALVES JR. e MELO, 2012, p. 40).

Contudo, a prática destas atividades enquanto propiciadoras de descanso mental, sensação gratificante de manipulação exitosa de elementos, até a possibilidade de reconhecimento da capacidade criativa, pode ser citada entre os fatores psicológicos motivadores para a escolha destas mesmas práticas.

As atividades manuais sob a ótica do lazer podem ter um significado mais expressivo junto às pessoas com mobilidade reduzida, uma vez que algumas delas não necessitem esforços físicos muito significativos, como por exemplo a produção artesanal em geral, costuras, pintura e etc.

Em princípio, todas as atividades aqui relacionadas deveriam proporcionar o contato social, porém, existem certos tipos como o voluntariado, a participação em entidades de classe, associativismo, atividades religiosas entre outras, são caracterizadas pela possibilidade do encontro e convívio com pessoas com interesses em comum. Lorda (1998) destaca o crescimento social, formação de novas amizades e do espírito comunitário através da interação.

No que diz respeito ao lazer, Marcellino (2012) informa:

Quando se procura fundamentalmente o relacionamento, os contatos face a face, o convívio social, manifestam-se os interesses sociais no lazer. Exemplos específicos são os bailes, os bares e os cafés servindo de pontos de encontro e a frequência a associações (MARCELLINO, 2012, p. 19).

Camargo (1992) acrescenta às atividades já mencionadas o viés político partidário, entre outros:

Em todas as atividades de lazer, pode existir um forte conteúdo de sociabilidade, expresso no contato com amigos, parentes, colegas de trabalho ou de bairro. Fala-se contudo, em atividades associativas de lazer, para exprimir o interesse cultural centrado no contato com as pessoas. As atividades aqui vão desde as formas de semilazer doméstico, como jogos e passeios com os filhos, visitas a parentes e amigos, até a frequência a grupos e até mesmo, finalmente, a frequência a associações e movimentos culturais, aqui já no limiar da ação político partidária (CAMARGO, 1992, p. 25).

É importante esclarecer que estas atividades são consideradas enquanto desdobramento da prática do lazer e, assim sendo, não caracterizam fins lucrativos ou passíveis de remuneração. São motivadas, assim como as demais, pelo caráter desinteressado do lazer onde a busca da sensação de gratificação é o fator motivador pela escolha de tais práticas.

Dentre as atividades de cunho social, Alves Jr. e Melo (2012) elencam os passeios e atividades turísticas nessa perspectiva, diferente de outros autores que serão mencionados na próxima categoria.

Em princípio, todas as práticas de lazer tendem a envolver grupos e a desenvolver a sociabilidade, mas destacamos como de interesse social aquelas em que o elemento motivador é exatamente a promoção pronunciada de tais encontros, como festas, encontros em bares ou restaurantes, programas noturnos e, notadamente, os passeios e atividades turísticas em geral (ALVES JR. e MELO, 2012, p. 46).

O tempo de lazer dedicado às atividades de ordem intelectual é considerado por Camargo (1992) como importante para o desenvolvimento do conhecimento preexistente e obtenção de novos, nas diferentes áreas do saber, ainda que esse processo possa se dar de várias formas. Desde uma simples conversa informal com amigos até uma consulta especializada. O contato com a realidade, as informações e explicações objetivas e racionais são configuram o motivo da escolha por esse tipo de atividade de lazer conforme observa Marcellino (2012). Dentro dessa perspectiva, as atividades de leitura seriam então

consideradas intelectuais quando a temática agregar algum tipo de conhecimento real e objetivo.

Alguns jogos também podem ser citados, como observam Alves Jr. e Melo (2012):

Nesse grupo de atividades, estão enquadrados, por exemplo, os jogos como xadrez, dama, gamão, *bridge*. Também estão inclusos os cursos e palestras, desde que não motivados por necessidades laborais, relacionados à necessidade de atualização e aperfeiçoamento que o mercado de trabalho tem imposto (ALVES JR. e MELO, 2012, p. 45).

Os mesmos autores relacionam as atividades intelectuais a grupos de mobilidade reduzida devido à pouca necessidade de esforço físico para sua prática e vivência, exemplificando os idosos como adeptos mais frequentes de tais grupos de atividades.

As atividades de cunho intelectual são muito procuradas por grupos organizados de idosos. Depois de aposentados, eles têm a oportunidade de atender a certos desejos que, no decorrer da vida, não foram desenvolvidos, até pelas limitações estabelecidas pelo trabalho. Assim, é comum observar a introdução de palestras e cursos nos programas de lazer para indivíduos dessa faixa etária, o que não significa que esse tipo de interesse não deva ser estimulado em outros grupos (ALVES JR. e MELO, 2012, p. 46).

A opção pela prática de atividades intelectuais dentro da perspectiva do lazer muitas vezes surge da curiosidade a respeito de alguma temática, o que resulta na busca por determinado conhecimento. Como já mencionado, alguns jogos de estratégia que necessitam uso de raciocínio lógico também podem ser citados como motivadores para essa escolha.

A inclusão das atividades turísticas dentre os interesses culturais do lazer é um tanto controversa. A maioria dos autores contemporâneos prefere elencar tais atividades dentro das práticas sociais. O precursor na classificação do turismo enquanto categoria das atividades de lazer foi Camargo (1992):

O interesse cultural central dos indivíduos que buscam este gênero de atividades é a mudança de paisagem, ritmo e estilo de vida. De todas as atividades de lazer, o turismo é certamente a que mais provoca ansiedade nos indivíduos. Conhecer novos lugares, novas formas de vida e, além de tudo, poder num certo período de tempo alterar a rotina cotidiana, utilizando o tempo nobre de férias e fins de semana, tudo isso supõe um conjunto de atitudes que normalmente deveria merecer menos descaso por parte da sociedade (CAMARGO, 1992, p. 27).

Outro autor que também considera as atividades turística passíveis de classificação dentre as atividades de lazer é Marcellino (2012):

A quebra da rotina temporal e espacial, pela busca de novas paisagens, de novas pessoas e costumes, é a aspiração mais presente nos interesses turísticos. Os passeios e as viagens constituem exemplos (MARCELLINO, 2012, p. 19).

Para tanto, acredita-se que as atividades turísticas devam ser elencadas como um segmento das atividades de lazer, uma vez que as viagens e excursões proporcionam vivência cultural de descanso, divertimento, recreação e entretenimento e até mesmo de desenvolvimento, como propõe a sociologia do lazer.

Dumazedier (2014) exalta a importância do lazer durante as férias e a possibilidade de viagem como importante possibilidade de descanso e lazer:

As atividades ligadas às férias são talvez as mais importantes dentre as atividades de lazer, devido à sua duração e à sua sedução que exercem.

[...]

De modo geral, nas férias é mais fácil, do que em outros períodos de lazer, descansar, sair do lugar em que se mora e encontrar oportunidades para uma livre expansão individual e social. Neste tipo de lazer, ocupa um lugar especial a possibilidade de viajar (DUMAZEDIER, 2014, p. 147)

1.3 Lazer na terceira idade

O processo natural do envelhecimento vem acompanhado de mudanças diversas, dentre as quais podemos citar as mudanças de ordem psicossocial que influenciam diretamente na relação do indivíduo com o meio social em que se encontra (OLIVEIRA, 1996). Assim, a ideia comumente difundida de a atividade é fundamental para o desenvolvimento e manutenção das competências cognitivas, da força física e habilidades sociais (DOLL, 2007). Para Oliveira (1996):

Uma dessas alterações de âmbito social, é o aumento considerável do tempo livre que as pessoas adquirem com o advento da aposentadoria, ocorrência frequente nessa etapa da vida. Este tempo poderá ser usado pelo idoso de

diferentes formas sendo uma delas com atividades de lazer (OLIVEIRA, 1996, p. 131).

Inclusive, essa ligação entre o tempo livre, o envelhecimento, a aposentadoria e o lazer como forma de preenchimento desse tempo podem tornar-se signos invertidos conforme Debert (2012):

Os signos do envelhecimento são invertidos e assumem novas designações: “nova juventude”, “idade do lazer. Da mesma forma, invertem-se os signos da aposentadoria, que deixa de ser um momento de descanso e recolhimento para tornar-se um período de atividade e lazer (DEBERT, 2012, p. 61).

Neri (2014) informa sobre o período da aposentadoria:

É um evento de transição na trajetória de desenvolvimento, geralmente associado ao início da velhice, caracterizado por redução ou cessão de atividade laboral, por recebimento de proventos originários do sistema previdenciário e por mudança de *status* – de integrante da população economicamente ativa para a inativa (NERI, 2014, p. 21).

Porém, esse mesmo tempo livre tem representado para alguns idosos, o resultado de sua capacidade no acúmulo de bens e fontes de renda alternativas, afim de atender mais confortavelmente suas necessidades de sobrevivência, auxiliar os filhos e colaborar na educação dos netos (BURITI, 2010). Para tanto, o segmento idoso assim como os demais possui características e demandas que lhe são peculiares e, a segmentação da oferta considerando os diferentes grupos etários não constitui tarefa nova. A esse respeito Debert (2012) comenta:

Jovens, crianças, adultos e idosos são categorias privilegiadas na produção da moda do vestuário, na criação de áreas específicas de saber e práticas profissionais e na definição de formas de lazer (DEBERT, 2012, p. 45)

A prática de atividades de lazer pelos idosos colabora para a melhoria de sua expressividade, tanto no imaginário como no sentido real e, é esse direito à voz e vez que incentivam sua sociabilidade e afetividade (OLIVEIRA, 1996). A partir desse pensamento Buriti (2010) enfatiza a importância do apoio social que a prática de atividades de lazer entre idosos oferece:

Ao envelhecer, as pessoas se deparam com mudanças nos suportes sociais que apoiam o ser humano. As pessoas idosas tendem, progressivamente, a sentir que há poucos anos para viver, os que as faz sentir mais necessidade de apoio social (BURITI, 2010, p. 114).

Embora várias definições de lazer já tenham sido abordadas, é interessante a definição de Oliveira (1996) quando colabora de maneira pioneira no estudo da importância do lazer para idosos:

Assim sendo, lazer é uma escolha livre, desvinculada de fins lucrativos, utilitários ou ideológicos, marcada pela busca de um estado de satisfação, entendido como o fim em si mesmo por responder às necessidades individuais em contraposição às obrigações impostas pela sociedade (OLIVEIRA, 1996, p. 117).

Porém, como todos os adeptos de atividades de lazer, os idosos também encontram obstáculo para essas práticas. Se por um lado os idosos têm mais tempo para realizar tais atividades, por outro, suas condições de saúde, redução de proventos pela aposentadoria e restrições sociais podem caracterizar impeditivos conforme elenca Doll (2007):

Os idosos sofrem os efeitos de barreiras ao lazer advindas de três fontes. A primeira provém da sociedade, quando não oferece espaços para o lazer, por causa da imagem e do papel social atribuído aos idosos. A segunda diz respeito a impedimentos concretos dos idosos. Para realizar determinadas atividades, as pessoas precisam de certa competência e de certa *performance*, que podem ser prejudicados por doenças ou por idade avançada. A terceira refere-se a resistências internas, muitas vezes provenientes do próprio imaginário dos idosos, que os impede de se envolver em certas atividades (DOLL, 2007, p. 111).

Logo, o maior objetivo das atividades de lazer na terceira idade deve ser pautado pelo incentivo ao desenvolvimento de potencial criativo, paralelamente, estimulando contatos novos proporcionando-lhes participação ativa na sociedade, uma vez que percebidos, essa mesma sociedade passará a valorizá-los e reconhece-los (OLIVEIRA, 1996).

Para o sucesso na procura dos idosos pela prática de atividades de lazer, se faz necessário um trabalho de conscientização, de educação para o lazer, pois este muitas das vezes é erroneamente confundido com o ócio. Doll (2007) afirma que o processo de educação não deve iniciar-se na velhice e sim o indivíduo precisa se apropriar do lazer enquanto um direito social e tornar-se adepto dessa prática o quanto antes, afim de entender sua

importância para a saúde e qualidade de vida. A esse respeito e, em especial no que diz respeito aos moradores das metrópoles, Buriti (2010) conclui:

Conclui-se dessa forma, que a educação para o lazer é de fundamental importância para o desenvolvimento humano, ao longo do seu tempo de vida, Bem como, para a melhoria da qualidade de vida da população idosa, especialmente os mais carentes localizados e aglomerados nos grandes centros urbanos (BURITI, 2010, p. 115).

Assim, entendemos como maior dos ganhos que a prática de atividades de lazer pelos idosos proporciona o destaque para aspecto social. Quanto mais contato com outras pessoas, principalmente de sua mesma faixa etária, o indivíduo tende a expressar e receber o afeto que muitas das vezes não é reproduzido no núcleo familiar. As relações de amizade que estes estabeleceram no âmbito profissional também acabam fragilizadas devido a distância e quebra da rotina. Contudo, além dos benefícios sociais, a manutenção da saúde psíquica pode também ser mencionada pois, colabora também para a prevenção de doenças psicossomáticas.

2 Políticas públicas para o envelhecimento

O aumento da estimativa de vida populacional pode ser considerado uma das grandes conquistas sociais do último século. Tal aumento surge em meio a desafios para a elaboração de políticas públicas adequadas à faixa etária acima de 60 anos. Desafios estes que não são inerentes somente aos países menos desenvolvidos, mas sim também a todas as nações, uma vez que a população mundial segue uma tendência homogênea à longevidade.

Para Bassit e Witter (2010) o processo de envelhecimento compreenderia toda a vida e corresponde ao período entre o nascimento e a morte. Muitos outros estudiosos compartilham desse pensamento propondo que o ser humano começaria a envelhecer a partir do dia de seu nascimento.

O filósofo grego Cícero é apontado como o primeiro pensador que discorre sobre essa temática em sua obra “Saber envelhecer” demonstrando que, embora o estudo científico seja contemporâneo, a reflexão filosófica é bastante antiga.

Em relação aos estudos das questões ligadas ao envelhecimento, é a partir da década de 1930 que progressivamente vem emergindo a ideia da velhice enquanto um tema social. Reflexão esta que ganha notoriedade entre a Sociologia e a Psicologia, dando então origem à Gerontologia cuja característica interdisciplinar proporciona novo interesse e significação à Geriatria (DEBERT, 2012).

A Geriatria é a especialidade médica que estuda o envelhecimento humano e seus aspectos patológicos, biológicos, fisiológicos, anatômicos e, a Gerontologia, vem a ser o estudo interdisciplinar das diferentes abordagens (sociais, psicológicas, antropológicas) do mesmo objeto: o envelhecer.

Motta (2002) propõe que o envelhecimento no âmbito do imaginário social corresponda a um processo marcado pela idade, no sentido referente à natureza e ao desgaste,

crecentes limitações e perdas sociais e físicas numa trajetória que culmina com a morte. Usualmente nenhum aspecto positivo é mencionado. Raras vezes as experiências vivenciadas e conhecimento adquirido é considerado, de resto pouco ganho significativo que mereça ser enfatizado.

No Brasil, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no documento da Secretaria de Direitos Humanos intitulado *Dados sobre o envelhecimento no Brasil*, consta a informação:

A tendência de envelhecimento da população brasileira cristalizou-se mais uma vez na nova pesquisa do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Os idosos - pessoas com mais de 60 anos - somam 23,5 milhões dos brasileiros, mais que o dobro do registrado em 1991, quando a faixa etária contabilizava 10,7 milhões de pessoas. Na comparação entre 2009 (última pesquisa divulgada) e 2011, o grupo aumentou 7,6%, ou seja, mais 1,8 milhão de pessoas. Há dois anos, eram 21,7 milhões de pessoas. Ao mesmo tempo, o número de crianças de até quatro anos no país caiu de 16,3 milhões, em 2000, para 13,3 milhões, em 2011 (BRASIL, 2012).

A este respeito, Majewski (2013) apontou que em fins do século XX havia uma estimativa de 590 milhões de pessoas que estariam com idade acima dos 60. Além disso, segundo a ONU, em 2025 serão um bilhão e duzentos milhões, cifra que saltará para dois bilhões em 2050. Ou seja, a população mundial, cuja faixa etária está acima dos 60 anos, já equivale a mais de 12%, e alcançará a casa dos 20% até a metade do século XXI. A diminuição das taxas de natalidade, mortalidade e fecundidade somada à crescente expectativa de vida são fatores responsáveis por este fenômeno. A autora também projeta que o Brasil será o sexto país no ranking mundial em volume de idosos (MAJEWSKI, 2013, p. 555).

Estes dados apontam para uma mudança demográfica da população brasileira. O país, que durante muitos anos foi considerado predominantemente de população jovem, estará entre as nações de maior número de idosos do planeta. Nesse sentido, a elaboração de políticas públicas que atendam às necessidades do segmento populacional que mais tem

crescido e crescerá nos últimos anos, se faz indispensável, a fim de proporcionar maior qualidade de vida e garantia a este segmento da população.

A respeito do constructo histórico da definição de políticas públicas, Gastal e Moesch (2007) inferem:

O conceito de políticas públicas se constrói, historicamente, como o conjunto de ações que objetivem construir o controle social sobre bens, serviços e obras públicas, de modo que estes sejam desfrutados de maneira efetiva por toda a sociedade. Assim, as políticas públicas se caracterizariam pela democratização do usufruto dos bens – democratização do acesso – e pela organização da sociedade para a determinação e distribuição desses bens – democratização da gestão (GASTAL e MOESCH, 2007, p. 40).

As autoras também informam que políticas públicas caracterizadas pela democratização não podem ser pensadas sob a égide imediatista ou localistas das demandas e reivindicações, mas sim como instrumento transformador para melhor planejamento e gestão na resolutividade das questões de ordem ambiental, social, urbana, humana e econômica, bem como de apropriação do aparato público tradicionalmente externo à participação e controle popular (GASTAL e MOESCH, 2007).

As garantias básicas de saúde, moradia, educação e segurança devem ser providas pelo Estado, porém, em diferentes fases da vida humana, o indivíduo possui demandas específicas que precisam ser consideradas no momento da formulação de políticas públicas que atendam a tais necessidades.

Sobre o termo *política pública*, Borges (2006) afirma que este surge no contexto das ciências sociais e nos meios oficiais em substituição ao *planejamento estatal*, que era utilizado até a década de 1970. Este autor percebe política como sendo uma orientação para os objetivos e metas a serem alcançados pelo Estado com vista no bem comum conectando planos, programas e projetos desempenhando o papel de um eixo condutor. Já a terminologia ‘público’ tem caráter de coletividade, do bem comum, àquilo em que ao Estado cabe a função

de interferir de maneira a garantir o interesse geral estando acima dos conflitos e contradições geralmente imersos em variações políticas, econômicas e sociais.

Marjewski (2013), por sua vez, conceitua políticas públicas como sendo um conjunto de ações elaboradas exclusivamente pelo Estado a fim de suprir as demandas que emanam de toda a sociedade indo ao encontro aos interesses públicos, articulando suas ações com as do setor privado e da comunidade, informando, fomentando pesquisas para atender os anseios da sociedade.

Contudo, o desafio não consiste somente na elaboração de tais políticas, mas em garantir que estas sejam cumpridas e proporcionem o bem-estar e a real qualidade de vida à parcela da população a qual se destinam.

A respeito das políticas públicas, Giacomini (2012) expressou:

[...] o envelhecimento populacional desafia as famílias e a sociedade a encontrar soluções para estas questões que são tanto legais quanto éticas; tanto familiares e restritas ao âmbito privado, quanto dependentes diretas das políticas públicas de seguridade social, políticas urbanas, políticas sociais, políticas de trabalho e emprego, de sustentabilidade do meio ambiente, de mobilidade urbana e de acessibilidade, de ações intergeracionais e pluriculturais, para homens e mulheres, de todas as etnias, orientação sexual, de qualquer condição social (GIACOMINI, 2012, p. 40).

Não é possível a dissociação de políticas de proteção ao envelhecimento das de ordem socioeconômica com vistas numa profunda mudança social, através de bom senso e realismo e, assim, prover melhoria na qualidade de vida da população idosa (VELLAS, 2009). Ainda que a produtividade e lucro devam ser estimulados, estes devem respeitar limites e buscar um desenvolvimento realmente necessário. Para tal, é necessária a mudança na política de envelhecimento e a ética social. Essa pauta figura entre os doutrinários e é de responsabilidade principalmente dos governos como também da opinião pública que precisa intervir, caso o governo não consiga cumprir com seu papel (VELLAS, 2009).

As conquistas econômicas são consideradas importantes para o desenvolvimento da sociedade, porém não podem sobrepor o indivíduo. Uma nova consciência ética precisa ser

propagada e não somente o poder público, mas a sociedade civil organizada e a população em geral é parte fundamental nesse processo.

No âmbito internacional das políticas públicas de atenção à pessoa idosa, destacam-se dois momentos. O primeiro foi em Viena em 1982, quando foi realizada a Primeira Assembleia Mundial sobre o Envelhecimento e o segundo em Madri, na Assembleia de 2002, ambos promovidos pela Organização das Nações Unidas (ONU).

2.1 Políticas internacionais para o envelhecimento

Em 14 de dezembro de 1978, através da resolução 33/52, a Assembleia Geral das Nações Unidas deliberou que fosse realizado o primeiro fórum global intergovernamental a tratar especificamente das questões do envelhecimento.

Aconteceu em Viena, Áustria, no período de 26 de julho a 6 de agosto de 1982 o evento denominado Assembleia Mundial sobre Envelhecimento, representando um avanço na pauta de discussões da Organização das Nações Unidas (ONU), uma vez que as implicações do envelhecimento populacional passaram a ocupar um lugar de destaque na pauta política, econômica e social.

O objetivo principal do evento consistia em iniciar um programa de ação internacional para garantir a segurança econômica e social das pessoas idosas, assim como oportunidades para que essas pessoas contribuíssem para o desenvolvimento de seus países.

As discussões, propostas e políticas sugeridas durante o evento resultaram na elaboração do Plano de Ação Internacional de Viena sobre o Envelhecimento² regulamentado através da resolução da ONU 37/51 datado de 3 de dezembro de 1982.

²Disponível em http://www.msal.gov.ar/ent/images/stories/programas/pdf/2013-08_plan-accion-envejecimiento-viena-1982.pdf

O plano foi elaborado dentro de um contexto histórico marcado pelas tensões da Guerra Fria e de regimes de segregação, onde o cuidado com a pessoa idosa evidenciava a característica da vulnerabilidade, exigindo assim maior atenção do poder público a fim criar políticas responsáveis pela promoção da assistência econômica e social de qualidade (CAMARANO e PASINATO, 2004).

A respeito das políticas para o envelhecimento, o Plano de Ação Internacional de Viena Sobre Envelhecimento preconiza que estas sejam inspiradas na firme vontade de conseguir que o processo quantitativo que vigora atualmente adquira maiores características qualitativas a fim de assegurar que o aumento da expectativa de vida em todo o mundo agregue esforços voltados à promoção da sensação de gratificação a fim de evitar que os idosos sejam marginalizados (ONU, 1982).

A estrutura do plano consiste em 62 recomendações divididas em sete áreas a serem observadas pelos estados membros, a saber: trabalho e educação; previdência social; bem-estar social; família; moradia e meio ambiente; proteção ao consumidor idoso e; saúde e nutrição.

Dentre as recomendações, vale destacar a 47^a e 48^a no que diz respeito ao lazer. A 47^a enfatiza a importância da educação permanente conforme as recomendações das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), a fim de desenvolver nos idosos o senso de autossuficiência por meio de programas voltados à comunidade e orientados ao lazer. A 48^a alerta para a necessidade de tornar acessível aos idosos as atividades para fruição do tempo livre bem como dos equipamentos urbanos voltados ao lazer, trazendo essa responsabilidade não somente ao poder público como à iniciativa privada e toda a sociedade (ONU, 1982).

A respeito das recomendações para sua execução, o plano trata sobre o papel dos governos e o da cooperação internacional e regional, sem os quais se torna inexecutável.

Propõe ainda uma ação de nível mundial baseada na cooperação técnica, no intercâmbio de informações e experiências, na formulação e aplicação de diretrizes internacionais onde a ação a nível regional esteja pautada na revisão e avaliação dos dados (ONU, 1982).

Os objetivos específicos elaborados para alcance das metas estabelecidas consistiam em:

- a) Fomentar a compreensão nacional e internacional das consequências econômicas, sociais e culturais que o envelhecimento da população tem no processo de desenvolvimento;
- b) Promover a compreensão nacional e internacional das questões humanitárias e de desenvolvimento relacionadas com o envelhecimento;
- c) Propor e estimular políticas e programas orientados à ação e destinados a garantir a seguridade social e econômica às pessoas idosas, bem como dar a elas oportunidade de contribuir com o desenvolvimento e dividir seus benefícios.
- d) Apresentar alternativas e opções de política que sejam compatíveis com os valores e metas nacionais e com os princípios reconhecidos internacionalmente a respeito do envelhecimento da população e as necessidades das próprias pessoas idosas e;
- e) Promover o desenvolvimento de educação, capacitação e pesquisa que responda adequadamente ao envelhecimento da população mundial a fim de fomentar o intercâmbio internacional de atitudes e comportamentos nesta esfera (ONU, 1982, p. 5)³.

Para Camarano e Pasinato (2004) o Plano de Viena, embora tenha avançado consideravelmente na criação de políticas públicas voltadas ao envelhecimento através de suas diversas recomendações, implicava diretamente no aumento de gastos públicos sem prever a alocação de recursos que viabilizassem sua operacionalização. Por exemplo, uma das recomendações consiste na promoção de autonomia financeira ao idoso o que oneraria os cofres públicos no sentido de provisão de aposentadorias, pensões e benefícios para aqueles que não dispõem de cobertura previdenciária.

Durante a década de 1990 a temática do envelhecimento populacional mundial permeou grande parte das discussões de fóruns e conferências da ONU, mediante aspectos demográficos, sociais, ambientais, de gênero etc., na qual a visão de dependência e

³ Texto original em espanhol. Tradução da autora.

vulnerabilidade do idoso passa então a ser substituída pela de um indivíduo importante e ativo colaborador na busca do bem-estar de toda a sociedade (ONU, 2002).

A esse respeito, durante seu discurso na abertura da Segunda Assembleia Mundial sobre o Envelhecimento em Madri, 2002, o Secretário Geral das Nações Unidas, Kofi Annan, observou:

Nas conferências celebradas na década de 1990, foram formulados novos compromissos internacionais que culminaram nos Objetivos de Desenvolvimento da Assembleia do Milênio. Considerados em seu conjunto, constituem um plano básico para melhorar a vida das pessoas. Contribuir para que o idoso viva melhor deve ser parte integrante desse programa. [...] Sendo os governos os principais responsáveis pelo bem-estar da população idosa, devem realizar seu trabalho mediante alianças eficazes com todos os interessados: das organizações não governamentais ao setor privado, das organizações internacionais a educadores e profissionais da saúde e, certamente, as associações que reúnem os próprios idosos (BRASIL, 2003, p.14).

A Organização das Nações Unidas, a fim de avançar no quesito atenção ao idoso, estabeleceu em Assembleia Geral pela resolução 46/91 de 16 de dezembro de 1991, a Proclamação sobre o Envelhecimento⁴. São dezoito princípios agrupados em cinco grandes temas, a saber: dignidade, auto realização, assistência, participação e independência:

A respeito do tema dignidade, a proposta busca garantir ao idoso a possibilidade de viver com dignidade e segurança, sem ser objeto de exploração e maus tratos físicos e/ou mentais e também que este seja tratado com justiça, independentemente da idade, sexo, raça, etnia, deficiências, condições econômicas ou outros fatores discriminatórios (ONU, 1991).

Dentro do âmbito da auto realização, proporcionar ao idoso, oportunidades para total desenvolvimento de suas potencialidades e que este tenha acesso aos recursos educacionais, culturais, espirituais e de lazer (ONU, 1991).

⁴ Disponível em: <http://www1.umn.edu/humanrts/resolutions/47/5GA1992.html>

Tal assistência deve ser proporcionada através do benefício da assistência e proteção da família e da comunidade, de acordo com os valores culturais da sociedade; ter acesso à saúde para manter ou adquirir o bem-estar físico, mental e emocional, prevenindo a incidência de doenças; ter acesso a meios apropriados de atenção institucional que lhe proporcionem proteção, reabilitação, estimulação mental e desenvolvimento social, em um ambiente humano e seguro; ter acesso a serviços sociais e jurídicos que lhe assegurem melhores níveis de autonomia, proteção e assistência e desfrutar os direitos e liberdades fundamentais, quando residente em instituições que lhe proporcionem os cuidados necessários, respeitando-se sua dignidade, crença e intimidade, devendo desfrutar ainda, o direito de decisão quanto à assistência prestada pela instituição e à qualidade de vida (ONU, 1991).

A independência deve ser garantida ao idoso a fim de facilitar seu acesso à alimentação, água, moradia, a vestuário, à saúde, ao apoio familiar e comunitário; ter a oportunidade de trabalhar ou ter acesso a outras formas de geração de renda; poder determinar em que momento deverá afastar-se do mercado de trabalho; ter acesso à educação permanente e a programas de qualificação e requalificação profissional; poder viver em ambientes seguros adaptáveis à sua preferência pessoal, que sejam passíveis de mudanças e, poder viver em sua casa pelo tempo que for viável (ONU, 1991).

A participação significaria permanecer integrado à sociedade, participar ativamente na formulação e implementação de políticas que afetem diretamente seu bem-estar e transmitir aos jovens conhecimentos e habilidades; aproveitar as oportunidades para prestar serviços à comunidade, trabalhando como voluntário, de acordo com seus interesses e capacidades e, poder formar movimentos ou associações de idosos (ONU, 1991).

Em um contexto internacional marcado por mudanças sociais, tecnológicas e culturais, a Organização das Nações Unidas realizou no período de 8 a 12 de abril de 2002 em Madri, a Segunda Assembleia Mundial sobre Envelhecimento.

Assim como a Primeira, a Segunda Assembleia resultou em um Plano de Ação Internacional para o Envelhecimento. O plano está baseado nas políticas e ações propostas durante as assembleias e reuniões que o antecederam realizados pela ONU, voltadas para a temática do envelhecimento. A Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República Federativa do Brasil publicou os dois principais documentos originados no evento: a Declaração Política e o Plano de Ação Mundial para o Envelhecimento.

A Declaração Política, datada de 12 de abril de 2002, é composta por dezenove artigos. O primeiro artigo dispõe sobre a decisão dos governos, reunidos durante a Segunda Assembleia Mundial para o Envelhecimento, em adotar medidas em três direções prioritárias como norteadoras do Plano de Ação, a saber: idosos e desenvolvimento, promoção da saúde e bem-estar na velhice e criação de um ambiente propício e favorável à população mundial de idosos.

O segundo artigo celebra o aumento da expectativa de vida e a define como “uma das maiores conquistas da humanidade” e demograficamente justifica:

Reconhecemos que o mundo está passando por uma transformação demográfica sem precedentes e que daqui a 2050, o número de pessoas acima de 60 anos aumentará de 600 milhões a quase 2 bilhões, e se prevê a duplicação do percentual de pessoas de 60 anos ou mais, passando de 10% a 21%. Esse incremento será maior e mais rápido nos países em desenvolvimento, onde se prevê que a população idosa se multiplique por quatro nos próximos 50 anos (BRASIL, 2003 p.18).

Nesse sentido, o Plano de Ação viria ao encontro da necessidade de proporcionar oportunidades à população idosa para o máximo aproveitamento de suas capacidades, afim de participarem ativamente em todos os aspectos de suas vidas.

No terceiro artigo, são reiterados os compromissos outrora firmados em documentos anteriores das Nações Unidas como a Declaração do Milênio, no que tange a promoção de uma sociedade para todas as idades, o Plano de Ação Internacional sobre o Envelhecimento, resultante da Primeira Assembleia Mundial sobre o Envelhecimento, Viena, 1982, e da

resolução 49/61 da ONU, que reúne os princípios das Nações Unidas em favor dos idosos, documento denominado Princípios das Nações Unidas para as Pessoas Idosas.

A comunidade internacional é incentivada no quarto artigo à cooperação internacional e estimulada a reunir todas as partes interessadas. As nações representadas decidem pelo aumento do reconhecimento da dignidade da pessoa idosa a fim de eliminar todas as formas de abuso, violência e abandono, pautando suas ações pela democracia e igualdade. A proteção dos direitos humanos e liberdades fundamentais também são citadas no quinto artigo, onde também há o compromisso de eliminar a discriminação, em especial a discriminação por motivos de idade.

No artigo sexto é evidenciada a necessidade de uma “ação acordada para transformar as oportunidades e a qualidade de vida de homens e mulheres, à medida que envelhecem e, para assegurar o sustento e seus sistemas de ajuda, construindo assim o fundamento de uma sociedade para todas as idades” (BRASIL, 2003, p. 20).

Através do artigo sétimo é reconhecida a importância da inclusão do tema envelhecimento nos programas de desenvolvimento, nas estratégias de erradicação da pobreza e somar esforços para que todos os países participem plenamente no desenvolvimento da economia mundial.

A redação do artigo oitavo enfatiza a perspectiva de gênero na elaboração das políticas voltadas aos idosos bem como a importância de que sejam consideradas as condições de cada país tanto na elaboração quanto na execução de tais políticas.

No artigo nono firma-se o compromisso de assistência e proteção aos idosos em situações de conflitos e ocupação estrangeira.

A sabedoria e experiências dos idosos são mencionadas no artigo décimo como “sólida base para o desenvolvimento futuro” (BRASIL, 2003, p. 21).

As pesquisas internacionais referentes ao envelhecimento são citadas no artigo 11º como ferramentas eficazes para elaboração de políticas públicas direcionada aos idosos desde que oriundas de instituições idôneas e baseadas em indicadores uniformemente confiáveis.

O artigo 12º preconiza a importância da oferta de “sistemas adequados e sustentáveis de apoio social a pessoas idosas” (ONU, 2002) destacando o trabalho, o acesso à educação e capacitação como atores fundamentais no processo do envelhecimento ativo.

A responsabilidade dos governos na promoção, prestação e facilitação do acesso de idosos aos serviços básicos é descrita no artigo 13º e a conclamação das autoridades locais, da sociedade civil, onde as organizações não governamentais, o setor privado, o voluntariado e os próprios idosos e suas entidades de classe, a participarem de maneira efetiva para que tenham suas necessidades atendidas.

A participação dos idosos nos diferentes segmentos da sociedade assim como que estes gozem do mais alto nível de saúde física e mental e adoção de políticas para este fim é do que trata o artigo 14º.

O artigo 15º faz referência à família, ao voluntariado, a comunidade, as organizações de idosos e as de base comunitária como importante parceiros no cuidado à pessoa idosa.

A solidariedade entre as gerações, considerando as necessidades que lhes são peculiares, é expressa no 16º artigo.

Os meios de comunicação, entidades educativas e religiosas, instituições de pesquisa, empresas, sindicatos e trabalhadores, organizações profissionais, cooperativas e afins deverão somar esforços para o sucesso da aplicação do Plano de Ação Internacional sobre o Envelhecimento 2002 juntamente com o poder público, em níveis nacional e regional, a iniciativa privada e idosos, é o que consta na redação do artigo 17º.

Os aspectos econômicos, sociais e demográficos são citados no artigo 18º a fim de serem levados em consideração, assim como as diferenças entre os países e regiões pelas

comissões regionais do sistema das Nações Unidas na aplicação e supervisão da execução do Plano de Ação 2002.

E, por fim, no artigo 19º é feito um amplo convite às pessoas de todos os países ao comprometimento com a visão da construção de uma sociedade pautada pela igualdade para pessoas de todas as idades.

O Plano de Ação Internacional sobre o Envelhecimento 2002 é dividido em três ações prioritárias conforme discute-se a seguir:

Orientação prioritária I: Pessoas idosas e o Desenvolvimento.

Tema 1: Participação ativa na sociedade e no desenvolvimento. Os objetivos consistem no reconhecimento da contribuição social, cultural, econômica e política das pessoas idosas e na participação dos mesmos no processo de tomada de decisão em todos os níveis. Para alcançar o primeiro objetivo, o plano prevê dez medidas a serem adotadas e três para o segundo.

Tema 2: Emprego e envelhecimento da força de trabalho. Tem como objetivo a oferta de emprego a todos os idosos que desejam trabalhar e sugere quatorze medidas a serem seguidas para conquistar essa finalidade.

Tema 3: Desenvolvimento rural, migração e urbanização. O primeiro objetivo é seguido por oito medidas a serem adotadas e consiste na melhoria das condições de vida e da infraestrutura das zonas rurais. O segundo, propõe cinco medidas que objetivam diminuir a marginalização de pessoas idosas em zonas rurais. Por fim, sete medidas compõem o terceiro objetivo com o fim da integração dos migrantes de idade avançada em suas novas comunidades.

Tema 4: Acesso ao conhecimento, à educação e à capacitação. Dois objetivos e doze medidas, sete e seis respectivamente, compõem essa temática, são eles: a igualdade de oportunidades durante toda a vida em matéria de educação permanente, capacitação e

reabilitação, assim como de orientação profissional e acesso a serviços de inserção no mercado de trabalho e, plena utilização das possibilidades e conhecimentos de pessoas de todas as idades, reconhecendo os benefícios frutos de uma experiência adquirida com a idade.

Tema 5: Solidariedade intergeracional. O objetivo consiste no fortalecimento da solidariedade mediante a equidade e reciprocidade entre gerações. Sete medidas são propostas.

Tema 6: Erradicação da pobreza. Objetiva a redução da pobreza entre pessoas idosas por meio da adoção de oito medidas.

Tema 7: Garantia de rendimentos, proteção social e prevenção da pobreza. Adota oito medidas com a finalidade da realização de programas que possibilitem que todos os trabalhadores desfrutem da seguridade social, ou proteção social, como pensões, seguro por invalidez e assistência à saúde. Propõe cinco medidas a fim de que os idosos possuam renda mínima que lhes seja suficiente atentando especialmente aos de situação de desvantagem social e econômica.

Tema 8: Situações de emergência. Indica doze medidas que promovem a igualdade de acesso da população idosa à alimentação, moradia, assistência médica e a outros serviços durante e depois de desastres naturais e situações calamitosas. Propõe seis medidas que possibilitem aos idosos que colaborem para o restabelecimento e reconstrução das comunidades após situações emergenciais.

Orientação prioritária II: Promoção de saúde e bem-estar na velhice.

Tema 1: Promoção da saúde e bem-estar durante toda a vida. Indica oito medidas para que ocorra a redução dos efeitos acumulativos dos fatores que aumentam o risco de sofrer doenças e, em consequência, um possível estado de dependência na velhice. Sugere também dez medidas a fim de elaboração de políticas preventivas à falta de saúde entre a

população idosa e, também, propõe nove medidas para a promoção do acesso de todos os idosos à alimentação e nutrição adequados.

Tema 2: Acesso universal e equitativo aos serviços de assistência à saúde. Propõe quatro objetivos. O primeiro sugere a adoção de sete medidas cuja finalidade é a eliminação das desigualdades sociais e econômicas decorrentes da idade, sexo ou de qualquer outra ordem, inclusive linguísticas, a fim de garantir aos idosos o acesso universal e igualitário à assistência à saúde.

O segundo objetivo refere-se ao desenvolvimento e fortalecimento dos serviços de assistência à saúde para atendimento das necessidades dos idosos promovendo sua inclusão no processo e, para este fim, cinco medidas devem ser adotadas.

Seis orientações são mencionadas para conquista do terceiro objetivo que consiste em instituir um atendimento contínuo à saúde que atenda as demandas dos idosos.

A participação dos idosos no desenvolvimento e fortalecimento dos serviços de atenção primária de saúde e atendimento a longo prazo é o quarto objetivo proposto nessa temática e propõe a adoção de quatro medidas para sua execução.

Tema 3: Os idosos e a AIDS. Composto por três objetivos, o primeiro se propõe em melhorar a avaliação dos efeitos da AIDS sobre a saúde dos idosos, sejam os infectados ou os cuidadores de infectados ou sobreviventes e sugere a adoção de duas medidas para esse fim.

O segundo objetivo consiste em fornecer informações adequadas, capacitar para a prestação de cuidados e providenciar assistência médica e social aos idosos infectados e os que lhes assistem através das três medidas que são propostas e, por fim, sugere quatro medidas para que o terceiro objetivo seja alcançado, a saber o fortalecimento e reconhecimento da contribuição de idosos para desenvolvimento quando cuidam de crianças com enfermidades crônicas, incluindo a AIDS e quando os mesmos substituem os pais.

Tema 4: Capacitação de prestadores de serviços de saúde e de profissionais de saúde. Objetiva a melhoria na informação e a capacitação de profissionais de saúde e de serviços sociais em relação às necessidades dos idosos e sugere a adoção de três medidas com este fim.

Tema 5: Necessidades relacionadas com a saúde mental dos idosos. O objetivo consiste no desenvolvimento de amplos serviços de assistência à saúde mental que compreendam desde a prevenção de uma intervenção oportuna à prestação de serviços para o tratamento e gestão dos problemas de saúde mental de idosos e prevê a adoção de dez medidas estratégicas para que isso ocorra.

Orientação prioritária III: Criação de ambiente propício e favorável.

Tema 1: Moradia e condições de vida.

O primeiro objetivo busca a promoção do envelhecimento na comunidade em que se viveu, levando devidamente em conta as preferências pessoais e as possibilidades no tocante à moradia acessível para idosos através de dez medidas sugeridas.

A melhoria do projeto ambiental e da moradia para promover a independência de idosos considerando suas necessidades, particularmente dos que apresentam incapacidades é do que trata o segundo objetivo assim como quatro estratégias são propostas em sua redação.

O terceiro e último objetivo desta temática prevê a melhoria da disponibilidade de transporte acessível e economicamente viável aos idosos considerando a execução de três medidas.

Tema 2: Assistência e apoio às pessoas que prestam assistência. Propõe dez medidas para lograr o objetivo que consiste em oferecer assistência e serviços contínuos, de diversas fontes, a idosos e às pessoas que a eles prestam assistência e, sugere quatro medidas estratégicas com vistas em prover apoio à função assistencial que desempenham pessoas idosas, em especial as mulheres.

Tema 3: Abandono, maus tratos e violência. Contempla dois objetivos. O primeiro diz respeito à eliminação de todas as formas de abandono, abuso e violência contra os idosos e sugere sete medidas para esse fim. O segundo sugere cinco medidas com a finalidade da criação de serviços de apoio para atender aos casos de abuso e maus tratos a idosos.

Tema 4: Imagens do envelhecimento. Sugere oito estratégias para que ocorra o maior reconhecimento público da autoridade, sabedoria, produtividade e outras contribuições importantes dos idosos.

A terceira parte do Plano, consiste na sua aplicação e seguimento, em seguida menciona medidas a serem tomadas no âmbito nacional, medidas no contexto internacional, trata sobre pesquisa, define a supervisão, exame e atualização no plano mundial, encerrando com a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948.

A desvinculação das discussões sobre os direitos humanos, dando ao fenômeno do envelhecimento a importância que lhe é devida, a participação de aproximadamente 700 instituições não governamentais no conselho consultivo da ONU são apenas dois dos principais aspectos do evento.

2. 2 Políticas públicas para idosos no Brasil

O processo evolutivo das políticas públicas voltadas para a população de idosos no Brasil surge a partir da década de 1970 com a promulgação da lei nº 6.179 de 11 de novembro de 1974, a fim de garantir assistência aos cidadãos beneficiários do sistema previdenciário com idade igual e superior a setenta anos de idade e, através da Portaria nº 25 de 09 de novembro de 1979, o benefício é ampliado passando a contemplar os cidadãos idosos não beneficiários.

No texto constitucional de 1988 a palavra “idoso” aparece uma única vez. A alusão à pessoa idosa aparece somente nos artigos 229 e 230 onde deixa a cargo dos filhos maiores o cuidado e assistência aos seus pais durante a velhice, carência e enfermidade, assim como deixa claro o dever da família, sociedade e do Estado no amparo aos idosos e de assegurar sua participação na comunidade, assegurando-lhes o direito à vida e defendendo seu bem-estar e dignidade.

A década de 1990 teve importantes momentos como a instituição do Sistema Único de Saúde (SUS) através da lei nº 8.080 que assegura o atendimento de saúde à toda a população brasileira e não mais somente aos contribuintes previdenciários, contemplando assim, todos os idosos do país.

A Organização das Nações Unidas (ONU) em 1992, através da Resolução nº 46/91 institui os Princípios das Nações Unidas para as Pessoas Idosas que consistem em cinco princípios a saber: Independência, participação, cuidados, auto realização e dignidade e, essa iniciativa reflete na elaboração da Lei Orgânica de Assistência Social em 1993 (lei nº 8.742 de 07 de dezembro de 1993), que em seu artigo 20 passa a garantir aos idosos maiores de 65 anos e aos portadores de necessidades especiais uma renda mínima de um salário mínimo mensal substituindo assim, a renda vitalícia de 1974.

Dentro da perspectiva brasileira, Bassit e Witter (2010) comentam o desafio do governo em adequar-se à nova realidade do crescimento da população idosa e as demandas que dela emanam pois, embora direcione para a composição de novos grupos sociais também chama atenção às novas necessidades e problemas oriundos da ineficácia da prestação de serviços públicos de saúde, educação entre outros. Os pesquisadores e as ciências por sua vez ficam a cargo de enfrentar este novo desafio no sentido de suscitar a discussão e análise de todas as variáveis a serem consideradas nesse processo para o melhor enquadramento da problemática em questão (BASSIT e WITTER, 2010, p. 22).

As conquistas legais de políticas voltadas ao cuidado e atenção aos idosos no Brasil surgem com a promulgação da lei nº 6.178 de 11 de dezembro de 1974 que instituiu o amparo previdenciário para maiores de setenta anos e para inválidos e deu outras providências.

Em seguida, em favor do bem-estar dos idosos cria-se a lei nº 8.080 de 19 de setembro de 1990, que dispôs sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.

Os gerontólogos brasileiros, com o objetivo de institucionalizar o envelhecimento transformando-o em uma questão política e propondo práticas para um envelhecimento bem-sucedido, como informa Debert (2012), baseavam seu discurso em quatro elementos a saber:

O primeiro é a iminência de uma explosão demográfica, que exigirá o aumento dos gastos públicos para atender às demandas da população idosa. Os dados demográficos são usados não apenas para traçar o perfil atual da população idosa brasileira, que em 1980 representava 6,1% da população total, mas sobretudo para enfatizar projeções para o futuro próximo. A população brasileira de 60 anos ou mais, a partir do ano 2000, estará crescendo a taxas oito vezes superiores aos índices de crescimento da população jovem. O Brasil será o quinto ou sexto país com maior população idosa no mundo, uma situação alarmante e desafiadora para a sociedade civil e para o Estado, especialmente num país que se auto define como de jovens e, nesses termos, reflete sobre suas potencialidades e problemas (DEBERT, 2012, p.199).

Nota-se a considerável mudança nos aspectos etários demográficos pelo qual a população brasileira atravessará e a visibilidade internacional que o envelhecimento populacional proporcionará ao país, justificando assim a necessidade de avanços importantes nas políticas públicas para melhoria na qualidade de vida dos idosos.

O segundo elemento que organiza o discurso gerontológico é uma crítica ao capitalismo, à forma selvagem como o sistema econômico impõe-se no contexto brasileiro. O velho por não se constituir em mão de obra apta para o trabalho, é desvalorizado e abandonado pelo Estado e pela sociedade. A miséria e a exclusão que acompanham vastos segmentos da população brasileira se tornariam mais amargas na velhice (DEBERT, 2012, p. 199).

Dentro desse contexto, impera o paradigma de que o velho represente apenas perdas e suas conquistas são desconsideradas. O papel social do idoso é desprezado e suas funções não valorizadas. O capitalismo não mais o vê como produtivo, mas sim através do aspecto de fragilidade, vulnerabilidade social e como mais um custo social, desconsiderando os anos de trabalho e contribuição deste indivíduo para com a sociedade.

O terceiro elemento traz uma crítica à cultura brasileira, que tenderia a valorizar o jovem e o novo, uma cultura mais preocupada em incorporar as últimas novidades produzidas no exterior do que em olhar para as próprias tradições. A ideia de um país sem memória, que despreza seu passado, usada por historiadores e políticos, é para o discurso gerontológico a prova do descaso com que os velhos são tratados pela sociedade e uma justificativa central para os trabalhos interessados em recuperar a memória dos idosos (DEBERT, 2012, p.200).

Sob esse aspecto, é interessante comparar as culturas orientais e a valorização dos mais idosos na sociedade em contraposição cultural aos países em desenvolvimento, cuja tendência consiste na valorização da juventude em detrimento daqueles que representariam apenas um “peso” para a sociedade.

O quarto diz respeito ao Estado. A modernização nos países de capitalismo avançado foi acompanhada de um declínio da família extensa, mas correspondeu também à criação do *welfare state*⁵. No Brasil, o declínio da família extensa, combinado com um Estado incapaz de resolver os problemas básicos da maioria da população, deixa os idosos em situação de extrema vulnerabilidade (DEBERT, 2012, p. 201).

A Constituição de 1988 contempla diversos aspectos de proteção social aos segmentos da população considerado em situação de vulnerabilidade e tem como um dos principais objetivos a diminuição das desigualdades sociais e assistência específica a estes grupos de demandas tão específicas.

⁵ “A definição de *welfare state* pode ser compreendida como um conjunto de serviços e benefícios sociais de alcance universal promovidos pelo Estado com a finalidade de garantir uma certa “harmonia” entre o avanço das forças de mercado e uma relativa estabilidade social, suprimindo a sociedade de benefícios sociais que significam segurança aos indivíduos para manterem um mínimo de base material e níveis de padrão de vida, que possam enfrentar os efeitos deletérios de uma estrutura de produção capitalista desenvolvida e excludente.” (GOMES, 2006, p. 203).

Contudo, foi baseada na Assembleia de Viena que o conceito de seguridade social foi introduzido e desassociado da ideia sócio trabalhista assistencialista tomando uma conotação de direito de cidadania (ONU, 1982).

Nesse contexto, o artigo 194 estabelece dentre alguns de seus princípios básicos, a universalização, a equivalência de benefícios urbanos e rurais, a seletividade na concessão, a irredutibilidade do valor das prestações previdenciárias, dentre outros aspectos. O custeio passa a considerar a capacidade individual de contribuição, os benefícios implementados à medida que forem necessários caracterizando assim a seguridade social como parte integrante do direito de cidadania do cidadão brasileiro.

A Constituição também garante a obrigatoriedade e gratuidade do ensino fundamental assegurando saúde e educação à população assim como assistência social aos que dela necessitem e, dentro do âmbito social, na Seção V que trata da Assistência Social, no art. 203, item V, assegura ao cidadão idoso, independentemente de ser ou não contribuinte previdenciário, o recebimento de um salário mínimo como benefício mensal, uma vez comprovada a inexistência de renda familiar ou insuficiência da mesma em suprir as necessidades básicas do idoso.

A família, o adolescente e o idoso, são contemplados pelo capítulo VII e no artigo 230 a Constituição delega à família o cuidado e apoio aos seus idosos juntamente com a sociedade e o Estado afim de assegurar sua inserção na comunidade, defendendo e garantindo sua dignidade, bem-estar e seu direito à vida. No primeiro inciso é estabelecido que programas de cuidados a idosos sejam realizados, de preferência, em suas próprias residências e o segundo estabelece a gratuidade nos transportes coletivos urbanos a maiores de 65 anos.

O texto constitucional faz referência ao idoso nos artigos 229 e 230 sendo que nesse último “a família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas,

assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida” (BRASIL, 1988).

Outro importante instrumento legal surge com a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS):

Das Definições e dos Objetivos Art. 1º A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas. (BRASIL, 2003)

Dentro do contexto desta lei entende-se como tipos de proteção:

Art. 60-A. A assistência social organiza-se pelos seguintes tipos de proteção: (Incluído pela Lei nº 12.435, de 2011) I - proteção social básica: conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social que visa a prevenir situações de vulnerabilidade e risco social por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários; (Incluído pela Lei nº 12.435, de 2011) Documentos Legais II - proteção social especial: conjunto de serviços, programas e projetos que tem por objetivo contribuir para a reconstrução de vínculos familiares e comunitários, a defesa de direito, o fortalecimento das potencialidades e aquisições e a proteção de famílias e indivíduos para o enfrentamento das situações de violação de direitos (BRASIL, 2003).

Um dos momentos mais importantes na conquista de políticas públicas voltadas à população idosa do Brasil acontece através da criação da lei nº 8.842 de 04 de janeiro de 1994, regulamentada pelo decreto nº 1.948, de 03 de julho de 1996, que dispõe sobre a política nacional do idoso e cria o Conselho Nacional do Idoso.

O marco histórico dos direitos da população idosa no Brasil ocorre no ano de 1994 com a criação do Conselho Nacional do Idoso e promulgação da Política Nacional do Idoso, cujo objetivo consiste em “assegurar os direitos sociais do idoso, criando condições para promover sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade” (art. 1). Dentre os 22 artigos que compõem os seis capítulos desta lei, destacam-se: O direito à cidadania, ao respeito, à não discriminação, a informações sobre o envelhecimento, à participação e à capacitação.

A lei Nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994 trata sobre os aspectos legais no contexto da: atualização, da cultura, do esporte, do lazer e saúde, da educação, da previdência, do trabalho, da habitação e da assistência social voltados ao cidadão idoso (BRASIL, 2003).

O objetivo da lei consiste em assegurar os direitos sociais do idoso proporcionando autonomia, integração e participação social efetiva e, considera idoso, o cidadão de idade superior a sessenta anos.

Os princípios que regem a política nacional do idoso baseiam-se na defesa da dignidade, direito à vida e ao bem-estar cuja tarefa será compartilhada entre a família, a sociedade e o Estado, sociedade esta que precisa estar devidamente munida de informações acerca do processo do envelhecimento.

De maneira mais generalizada, o objetivo é garantir que os direitos dos idosos sejam respeitados e cumpridos.

Sob a perspectiva cultural, de esporte e do lazer do idoso a lei busca:

VII - na área de cultura, esporte e lazer:

- a) garantir ao idoso a participação no processo de produção, reelaboração e fruição dos bens culturais;
- b) propiciar ao idoso o acesso aos locais e eventos culturais, mediante preços reduzidos, em âmbito nacional;
- c) incentivar os movimentos de idosos a desenvolver atividade culturais;
- d) valorizar o registro da memória e a transmissão de informações e habilidades do idoso aos mais jovens, como meio de garantir a continuidade e a identidade cultural;
- e) incentivar e criar programas de lazer, esporte e atividade físicas que proporcionem a melhoria da qualidade de vida do idoso e estimulem sua participação na comunidade (BRASIL, 2003).

As atividades relacionadas à cultura, ao esporte e ao lazer são instrumentos importantes na promoção da saúde e qualidade de vida da população idosa e, todo esforço nesse sentido pode ser visto de maneira positiva como benefício e garantia destes direitos.

Regulamentado pela lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, o Estatuto do Idoso é considerado o maior marco legal no âmbito das políticas públicas de garantia aos direitos e cuidados aos idosos do Brasil. O Estatuto do Idoso se destina a regulamentar os direitos assegurados às pessoas com idade igual ou superior a 60 anos.

O estatuto preconiza que o cidadão idoso goza de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata a lei e lhes

assegurando as oportunidades e facilidades a fim de preservar e conservar sua saúde física e mental bem como seu aprimoramento moral, intelectual, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade.

2.3 Política Municipal para Idosos em Manaus

No dia 4 de julho de 1999, reuniram-se em Manaus 68 representantes de entidades governamentais e não governamentais relacionadas à causa dos idosos. Nesta ocasião foi aprovada a Política Municipal do Idoso, regulamentada através do Decreto nº 5.842 de 7 de março de 2001.

Composto de 14 artigos, dividido em três capítulos dentre os quais o último se subdivide em quatro seções, o decreto segue as diretrizes da lei federal da Política Nacional do Idoso nº 8.842 de 4 de janeiro de 1994.

O primeiro capítulo em seu parágrafo único estabelece que na consecução da Política Municipal do Idoso as legislações federais serão observadas conforme mencionado anteriormente. Aborda também, dentre os objetivos gerais, as ações estratégicas para garantia dos direitos sociais dos idosos em Manaus promovendo autonomia, integração e participação deste segmento populacional de maneira efetiva na sociedade, ações estas que também contemplem a elaboração de ferramentas avaliadoras de controle e acompanhamento das mesmas.

Dentre outros aspectos importantes descritos na redação do capítulo I, pode-se citar a necessidade de valorização do relacionamento intergeracional, da participação política ativa dos cidadãos idosos na sociedade, da descentralização de ações político administrativas, da capacitação dos recursos humanos nas áreas de geriatria e gerontologia bem como do incentivo a estudos e pesquisas voltadas ao envelhecimento.

O segundo capítulo dispõe sobre os princípios, diretrizes e a viabilização dos objetivos propostos. Dos princípios a serem observados, destaca-se a importância de que o idoso não seja alvo de nenhum tipo de discriminação e, ainda, que o mesmo seja o ator principal no processo informativo das ações adotadas por esta política.

O papel da família, da sociedade e do Estado, no sentido de assegurar ao idoso sua cidadania e participação comunitária, se dá quando da atuação de todos em defesa de sua dignidade, bem-estar direito à vida e entendendo que o processo de envelhecimento deve ser objeto de informação amplamente difundido entre todos os segmentos da sociedade.

As contradições entre o meio urbano e rural assim como as disparidades econômicas e sociais configuram, ainda, princípios a serem observados e considerados, tanto pelo poder público quanto pela sociedade em geral, na aplicação da Política Municipal do Idoso.

Considerando os aspectos peculiares da população de idosos de Manaus, o decreto regulamenta o atendimento voltado a esta população nas áreas de assistência social, educação, cultura, esporte, lazer, saúde, justiça, trabalho, previdência, habitação e urbanismo.

No terceiro e último capítulo são informadas as ações governamentais e os respectivos órgãos municipais responsáveis por sua execução.

A seção I dispõe sobre a promoção e assistência social delegando à Fundação Doutor Thomas a tarefa de coordenar, acompanhar e avaliar a Política Municipal do Idoso dentro da perspectiva de que o desafio da implementação eficaz da mesma se trata de uma responsabilidade a ser compartilhada entre os órgãos públicos e toda a sociedade civil organizada. Também fica estabelecido o Disque Idoso como principal canal de informações e orientações a respeito dos direitos e serviços prestados à população idosa.

Dentro da perspectiva educacional, o capítulo III, seção II, art. 6º, designa à Secretaria Municipal de Educação a tarefa de agente facilitador do acesso da população de idosos ao processo de produção e fruição de bens culturais e indica ações, tais com a criação

de programas de alfabetização de idosos, ajustando ao perfil dos alunos os materiais didáticos, assim como o currículo e a metodologia utilizadas.

À Secretaria Municipal de Esporte e Lazer cabe a missão de promover a melhoria da qualidade de vida da população idosa, estimulando sua interação social através da criação de programas de lazer, da prática de esportes e atividades físicas e do turismo, disseminando assim, o envelhecimento saudável. O fortalecimento das relações intergeracionais, a valorização do registro de memórias, a transmissão de informações e compartilhamento de saberes acumulados pelos idosos com a sociedade em geral, estão entre as ações propostas.

Também será de competência desta secretaria veicular e facilitar o acesso dos idosos às atividades culturais como produtor ou na condição de espectador, a fim de fortalecer sua identidade sociocultural.

A seção III que trata a respeito da saúde, dá ênfase à importância da garantia à atenção integral à saúde dos idosos através de ações que promovam, previnam e recuperem seu bom estado de saúde. São propostas dez ações nesse sentido, dentre as quais destacam-se a ampliação do atendimento básico laboratorial, capacitação de agentes comunitários e demais profissionais prestadores de atendimento aos idosos nas áreas de geriatria e gerontologia, elaborar normas de procedimento e cumprir as diretrizes existentes no âmbito hospitalar geriátrico, ampliar serviços de reabilitação e melhoria das capacidades funcionais dos idosos de Manaus, dentre outras.

Na seção IV, a temática do trabalho, previdência e urbanismo são abordadas e, no art. 9º, compete ao órgão municipal previdenciário informar os direitos assistenciais aos idosos e desenvolver ações de preparação para a aposentadoria prestando o suporte necessário.

À Secretaria Municipal de Emprego e renda fica incumbida a missão da criação de mecanismos inibidores de discriminação aos idosos no mercado de trabalho assim como de

reinscrição de sua mão de obra e de favorecer a geração de emprego e renda aos profissionais idosos.

Dentro da perspectiva urbanística, fica designada à URBAM (Empresa Municipal de Urbanização) promover as adequações arquitetônicas que facilitem o acesso e a circulação de idosos pela cidade em parceria com a EMTU (Empresa Municipal de Transportes Urbanos) cuja tarefa consiste em garantir transporte público, gratuito, adequado e seguro.

Mediante o exposto, acrescenta-se ainda que o poder público municipal de Manaus mantém programas e projetos com ações voltadas especificamente ao segmento populacional de idosos, das quais destacamos as atividades de lazer com o intuito da promoção de saúde e qualidade de vida. A gestão destas ações, ficam a cargo da Fundação Dr. Thomas, ambos serão conhecidas nas próximas linhas.

2.3.1 Fundação de Apoio ao Idoso Doutor Thomas – FDT

Vinculada à Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMASDH) conforme lei nº 1.509 de 21 de outubro de 2010, a Fundação de Apoio ao Idoso Doutor Thomas (FDT) faz parte da Administração Indireta do Poder Executivo. Dentre suas competências estão a coordenação e execução das políticas públicas direcionadas à população idosa da cidade de Manaus dando especial atenção aos idosos carentes.

Alguns exemplos das ações de competência da FDT é a coordenação, avaliação e o acompanhamento da execução de ações relacionadas à Política Municipal do Idoso, a articulação junto às esferas federal e estadual a fim de fortalecer a rede de proteção e garantia dos direitos da pessoa idosa e o planejamento e execução de ações de inclusão social que esteja em consonância com as demandas originadas pelos idosos da capital amazonense, funcionando inclusive como instituição asilar.

Com o nome de Sociedade Asilo de Mendicidade de Manaus, a FTD surge em 1909, passando a chamar-se Asilo de Mendicidade Doutor Thomas em 1932 como forma de justa homenagem ao médico canadense Harold Howard Shearme Wolferstan Thomas.

Dr. Thomas foi enviado pela Escola de Medicina Tropical de Liverpool a Manaus para estudo da febre amarela em 1905 vindo a falecer em 1931, aos 56 anos após ter se dedicado não somente à pesquisa de doenças tropicais, mas também ao cuidado de pacientes carentes. O médico prestava serviços gratuitos na Santa Casa de Misericórdia e transformou parte de sua residência em uma enfermaria para atendimento dos ingleses que trabalhavam no porto de Manaus e na Companhia de Transportes dedicando maior atenção à população idosa e em estado de mendicância.

A Câmara Municipal de Manaus, através da lei nº 995, em 30 de novembro de 1967 autoriza a criação da FUNDAÇÃO DOUTOR THOMAS com caráter filantrópico sendo mantida pela prefeitura, e no ano seguinte o Lions Clube, que já era colaborador do asilo, inicia os trabalhos de ampliação do espaço físico da instituição cuja capacidade inicial era de apenas 20 abrigados e após as obras passaria a atender 200 pessoas contando com seis pavilhões. A obra foi concluída em 1970 e contou com colaboração financeira da maçonaria.

A FDT é a principal instituição pública de Manaus e uma das poucas em toda a Região Norte que presta atendimento asilar de forma gratuita a idosos que se encontrem em risco social, que não possuam vínculo familiar ou residência, que tenham sofrido maus tratos e violência e cuja família não disponha de recursos financeiros para prestar o devido cuidado.

O Programa de Longa Permanência oferece alimentação apropriada, acompanhamento médico, psicológico, nutricional e fisioterapêutico, além de atividades ocupacionais de recreação e lazer.

Além de funcionar como instituição de longa permanência para idosos, a FDT também é responsável pela gestão do Parque Municipal do Idoso, unidade voltada para a prática de atividades educativas de esporte e lazer aberta a toda população idosa de Manaus.

No âmbito do lazer para população idosa da cidade de Manaus e a fim de descentralizar as atividades do Parque Municipal do Idoso, surge em 2012 o PROIDOSO, Programa de Inclusão de Idosos no Lazer e Recreação. Desenvolvido em nove núcleos na cidade, contemplou cerca de 600 idosos ao longo de sua execução. Nestes espaços, os frequentadores contam com atividades de esporte e lazer, acompanhados por coordenadores, supervisores e agentes esportivos com formação em Educação Física, facilitando assim o acesso dos idosos a tais práticas. Os núcleos são fruto de parcerias entre a prefeitura e as comunidades do entorno.

O núcleo 1 é denominado Grupo de Idosos Orquídeas e está localizado no bairro do Japiim II e, assim como o núcleo 9 está localizado na Zona Sul. Este último se chama Grupo de Idosos Caminho Certo e fica no bairro de Petrópolis.

Na Zona Oeste estão localizados os núcleos 2, 3 e 5. O primeiro é a Associação de Idosos Santo Antônio, localizado no bairro de mesmo nome. O segundo é o Grupo de Idosos Flor do Lírio localizado no bairro do Lírio do Vale e o último fica no bairro São Jorge e corresponde ao Grupo de Idosos Amigos Para Sempre.

O núcleo 4 fica na Zona Norte, no Conjunto Manôa e se reúne na Unidade Básica de Saúde e se chama Grupo de Idosos UBS Manôa.

A Zona Leste é atendida pelos núcleos 7 e 8, Grupo de Idosos Sempre Amigos e Grupo de Idosos Santuário de Vida, localizados no bairro Colônia Oliveira Machado e Jorge Teixeira 4ª etapa, respectivamente.

Essas são as principais ações de lazer para idosos implementadas pela Prefeitura de Manaus.

2.3.2 O Parque Municipal do Idoso

O inciso I do artigo 4º do Decreto Federal nº 1948 de 3 de julho de 1996 justifica a criação do Parque Municipal do Idoso sob a definição de que o centro de convivência de idosos se trata de um espaço destinado à permanência diurna do idoso.

Localizado no bairro Nossa Senhora das Graças, Zona Centro-Sul de Manaus, o parque conta com uma área total de 54.000 m² e 11.500 m² de área construída e contou com investimentos da ordem de R\$ 4,3 milhões. Está equipado com piscina climatizada e coberta, ginásio coberto, auditório para 250 lugares, pista de caminhada, academia coberta, lanchonete e restaurante comunitário “Prato Cidadão”, que comercializa refeições ao valor simbólico de R\$ 1, 00 atendendo prioritariamente a demanda dos idosos se estendendo à comunidade em geral. A intenção da construção do parque é ofertar espaço físico adequado à população com idade igual ou superior a 60 anos de idade atendendo ao artigo 2º da Lei Federal nº8. 842/94 (Política Nacional do Idoso) para que sejam desenvolvidas a prática de atividades culturais, recreativas, físicas, de educação para a cidadania e associativas a fim de que o idoso permaneça e sinta-se ativo, contribuindo para melhoria de sua autoestima através da interação com seus pares bem como de outras gerações, pautada pelo respeito mútuo e convergindo para um envelhecimento saudável. Alguns benefícios que programas socioeducativos proporcionam aos idosos conforme Cachioni e Falcão (2011) são listados a seguir:

- Promovem aquisição de conhecimentos, uma vez que o idoso tem acesso a palestras, debates, filmes e aprendem atividades manuais;
- Promovem um efeito terapêutico, pois trazem benefícios à saúde física e psicológica;
- Proporcionam a formação de redes de apoio social e afetivo, uma vez que o idoso pode formar vínculos de amizade e trocar informações sobre suas experiências de vida;
- Propicia um espaço de lazer, tendo em vista as dinâmicas, brincadeiras, os passeios e as viagens que realizam (CACHIONI e FALCÃO, 2011, p. 177).

No parque também é oferecido atendimento psicossocial, palestras sócio educativas, dinâmicas de socialização, bailes, tardes dançantes, festas em datas comemorativas, aulas de

alfabetização e de idiomas, passeios e excursões. São aproximadamente 9 mil idosos matriculados dos quais 3, 5 mil frequentam assiduamente.

- Dentre as competências do PMI:
- Viabilizar formas alternativas de participação, ocupação e convívio do idoso;
- Estimular a prática de atividades físicas com vistas à manutenção e ampliação de sua independência e autonomia;
- Oportunizar o convívio social e o aprimoramento pessoal, por meio de atividades sócio educativas, culturais e artísticas e de lazer;
- Oferecer informações e desenvolver conhecimento acerca do processo de envelhecimento;
- Estimular atividades de comportamento voltadas ao envelhecimento com qualidade de vida;
- Promover a valorização, integração e participação do idosos na vida familiar e comunitária e,
- Desenvolver ações que favoreçam a construção de pleno exercício da cidadania.

O parque oferece atividades em conformidade com a Política Nacional do Idoso que preconiza sobre a necessidade da elaboração e execução de programas de lazer, atividades físicas e prática de esportes a fim de promover a melhoria da qualidade de vida da população idosa, estimulando assim, sua participação comunitária de forma ativa.

ATIVIDADES OFERECIDAS:

- Dança de salão, coreográfica e dança do ventre;
- Canto, coral e musicoterapia;
- Natação e hidroginástica;

- Alongamento, ginástica convencional, elaborada e terapêutica;
- Pilates, yoga e yoga especial;
- Tai chi chuan, gerontovôlei e tênis de mesa;
- Dominó e sinuca;
- Oficinas diversas (comportamento, cidadania e direitos do idoso).

ATIVIDADES FÍSICAS

Objetivos específicos:

- Desenvolver as aptidões físicas e cognitivas do idoso;
- Estimular a melhoria do condicionamento físico e cardiorrespiratório assim como a coordenação, o equilíbrio e a flexibilidade;
- Minimizar os efeitos nocivos oriundos de posturas inadequadas;
- Evidenciar a importância da atividade física para a melhoria da qualidade de vida e,
- Oferecer condições para que os idosos se conscientizem da importância da conservação de sua saúde e da prevenção de doenças de forma participativa e os incentivando a ser autônomos.

ATIVIDADES SOCIOEDUCATIVAS

Objetivos específicos:

- Alertar de forma preventiva a fim de esclarecer os entraves do processo de envelhecimento;
- Estimular o desenvolvimento cognitivo dos idosos promovendo sua integração e participação nas diversas atividades;

- Oportunizar o convívio social sobretudo do idoso com sua família através de atividades lúdicas e culturais e,
- Incentivar o resgate da memória cultural e emocional dos idosos.
- Evidenciar a importância da atividade física para a melhoria da qualidade de vida e,
- Oferecer condições para que os idosos se conscientizem da importância da conservação de sua saúde e da prevenção de doenças de forma participativa e os incentivando a ser autônomos.

A respeito da gestão, o PMI é coordenado por uma Gerência Geral à qual está subordinada a Gerência Socioeducativa. Esta última tem como tarefas supervisionar as atividades que os núcleos executam, dando o suporte necessário para melhor rendimento das atividades oferecidas pelo Programa Conviver que é executado nas dependências do PMI. Existe ainda o Núcleo de Atividades Físicas e Esportivas, setor responsável por coordenar, controlar, supervisionar e avaliar permanentemente o desempenho e desenvolvimento das atividades físicas assim como assessorar os profissionais de Educação Física que estão à frente das atividades. O Setor Administrativo fica a cargo da admissão de novos idosos nas atividades, registro de frequência, providenciar e zelar pelos materiais utilizados em eventos assim como nas demais atividades e todo o trabalho de cunho administrativo.

Em 2012, o PMI passou a admitir pessoas com idade superior a 55 anos através do Projeto Envelhecimento Feliz. Os ingressantes poderiam assim, participar das atividades realizadas no período da tarde conforme a disponibilidade de vagas afim de colaborar na preparação destes indivíduos para a transição para a terceira idade promovendo a qualidade de vida, socialização e prevenção de doenças.

3 Metodologia e discussão dos resultados

As pesquisas em lazer enfrentam como um dos principais desafios a escolha mais adequada das ferramentas metodológicas que melhor traduzam a essência da diversidade colaborativa que outras áreas do conhecimento lhe oferecem (VEAL, 2011). Dentro desse paradigma, é de suma importância que o pesquisador se aproprie, minimamente que seja, de conhecimentos referentes às temáticas envolvidas, saindo assim de sua zona de conforto afim de ampliar seu conhecimento colaborando assim para a somatória de saberes dentro daquilo que se propõe a pesquisar.

Como campos de estudo emergentes, estudos científicos relativos ao lazer e ao envelhecimento, considerando a perspectiva da relação entre os dois temas, utilizam-se de abordagens metodológicas comuns nas ciências sociais, assim, em nossa jornada científica, trilharemos caminhos do interpretacionismo enquanto posição epistemológica, devido a maneira como os interpretacionistas vislumbram a vida como o constructo ativo pelo contato das pessoas umas com as outras, de maneira interpretativa e interativa (MOREIRA, 2002). Em analogia ao positivismo, o mesmo autor explica ainda:

Para os interpretacionistas, no entanto, o estudo do comportamento humano é o estudo das experiências vividas de cada um e a experiência humana estriba-se nos sentidos, interpretações, atividades e interações das pessoas. Para eles, os positivistas não olham para a essência do comportamento humano e perguntam: até que ponto uma posição que não olha para a essência do seu próprio objeto pode ser vista como uma abordagem “científica”? (MOREIRA, 2002, p. 46)

A característica avaliativa dessa pesquisa se dá no momento em que o conhecimento, interpretação e avaliação das políticas públicas de lazer para idosos ocorre assim como quando os atores deste processo avaliam tais políticas. Também tem características exploratória e descritiva quando a legislação relacionada é analisada e o perfil dos participantes, atividades e outras variáveis são conhecidas.

Quanto à abordagem, essa pesquisa pode ser considerada tanto teórica quanto aplicada pois além de delinear conclusões generalizadas sobre o fenômeno estudado, não propõe um conhecimento completamente novo, ainda e principalmente intenciona em ampliar o leque de saberes preexistentes. Devido ao viés das políticas públicas aqui estudadas, campo de estudo que possui um corpo teórico, disciplinas aplicadas integram a área de atuação possibilitando assim que existam teorias aplicadas (VEAL, 2011).

Podemos ainda considerar a abordagem empírica nessa pesquisa devido a coleta e análise de dados, tanto quantitativos como qualitativos, sejam primários ou secundários, possibilitando a coexistência dos aspectos teórico e empírico a fim de que um complemente e aperfeiçoe o outro.

Não se inicia uma empreitada científica sem o mínimo possível de informações sobre o tema, caracterizando assim o elemento indutivo. A perspectiva dedutiva emerge quando os dados são coletados para comprovação de uma hipótese, assim “a maior parte das pesquisas é parcialmente indutiva e parcialmente dedutiva” (VEAL, 2011, p. 69).

Um dos objetivos aqui propostos é descrever ao máximo possível os objetos de estudo, entendendo que a magnitude da temática envolvida não nos permite que esgotemos a discussão, mas que a pesquisa demonstre notável característica descritiva.

As pesquisas em ciências naturais utilizam-se costumeiramente de experimentos, já a utilização da mesma metodologia em ciências sociais nem sempre é eficaz dada a complexidade do ser humano e sua subjetividade, logo, quanto à metodologia utilizada, trata-se aqui de uma pesquisa não experimental.

Para fins de levantamento teórico foram utilizados dados secundários, onde a revisão de literatura e interpretação de legislação pertinente constituem informações preexistentes. O levantamento de dados primários resultante desse trabalho, constitui importante ferramenta

colaborativa para (re)avaliação das políticas e ações de lazer voltado à população idosa de Manaus.

Trata-se ainda, de uma pesquisa com características predominantemente quantitativas, porém com viés qualitativo, uma vez que ambos aspectos são considerados durante a coleta e interpretação dos dados. Para fins de interpretação, Veal (2011) esclarece:

Assim, a análise qualitativa de dados tem certos paralelos com a análise quantitativa, com temas correspondendo a variáveis e relacionamentos explorados de forma paralela à tabulação cruzada e à correlação. Mas são somente paralelos, não equivalências (VEAL, 2011, p. 288)

A respeito da validade e confiabilidade dos dados, as informações coletadas refletiram a realidade do fenômeno estudado, porém, não se pode afirmar que os dados seriam os mesmos caso a pesquisa fosse realizada em outro local, em outro momento, em outro contexto.

Para fins de formação de conhecimento sobre as temáticas envolvidas na pesquisa, foi realizado o trabalho de revisão de literatura, consultando assim dados secundários preexistentes, os principais marcos conceitual e teórico, assim como o estado da arte de estudos e pesquisas em lazer e envelhecimento. Uma análise documental foi realizada afim de agregar conhecimento sobre a legislação nacional, internacional e municipal a respeito dos direitos dos idosos, enfatizando as políticas públicas de lazer para a população idosa da capital do Amazonas.

Optou-se pela realização do trabalho de campo no centro de convivência de idosos denominado Parque Municipal do Idoso (PMI), na cidade de Manaus, Amazonas, a fim de conhecer o perfil dos usuários idosos que frequentam as atividades ali oferecidas bem como avaliar o grau de satisfação dos mesmos em relação às ações municipais de lazer a eles direcionadas.

O instrumento utilizado para a coleta de dados primários foi a sondagem por questionário preenchido pelo entrevistador cuja coleta de informações utilizou-se de perguntas semiestruturadas e previamente planejadas e com um espaço final para registro de críticas, sugestões, elogios ou comentários. A escolha foi importante e adequada ainda que suas limitações existam, alcançando assim uma amostra dentro da população pesquisada. Os respondentes são os principais responsáveis pela confiabilidade das informações prestadas, sendo o pesquisador coadjuvante nesse processo uma vez que este direciona a entrevista e precisa usar de clareza e precisão.

As sondagens com questionários baseiam-se nas informações dadas pelos respondentes. A precisão do que é dito depende da capacidade do respondente se lembrar, de sua honestidade e, fundamentalmente, do formato das perguntas incluídas no questionário (VEAL, 2011, p. 311)

Entende-se que questionário é a estrutura escrita das perguntas enquanto que a sondagem corresponde ao processo de planejamento, condução e coleta de informações (VEAL, 2011). A clareza com que a informação é coletada, interpretada e analisada corresponde ao sucesso da pesquisa, possibilitando assim, a facilidade no entendimento dos dados garantindo maior confiabilidade, agilidade, respostas mais precisas e completas e utilização por outros pesquisadores. Veal (2011) justifica a eficácia desse instrumento:

As sondagens com questionários têm um papel a desempenhar quando as questões da pesquisa indicam a necessidade de dados suficientemente estruturados e, geralmente, quando os dados necessários são de amostras explicitamente representativas de uma população maior definida (VEAL, 2011, p.313).

Em relação a tipologia de sondagem com questionário, foi realizada a sondagem com usuário do local, em que os frequentadores da instalação de lazer foram entrevistados *in loco*.

A pesquisa caracteriza-se como descritiva e avaliativa. Busca descrever e investigar as percepções dos idosos enquanto público alvo de planos, programas e projetos de lazer na cidade de Manaus e também analisar as políticas públicas municipais voltadas aos idosos e

sua real eficácia e eficiência, pois “a pesquisa avaliativa surge da necessidade de julgar o sucesso ou a eficácia, políticas ou programas” (VEAL, 2011, p. 31), além disso,

A pesquisa descritiva é muito comum na área do lazer e turismo por três motivos: o caráter incipiente do ramo, a natureza mutante dos fenômenos estudados e a frequente separação entre pesquisa e ação (VEAL, 2011, p. 29).

O trabalho de campo deu-se em duas rodadas de coleta de dados. A primeira aconteceu em outubro de 2015 (vide apêndice A) cujo primeiro contato teve o objetivo de apresentação da pesquisa e solicitação de autorização junto aos gestores para a execução do trabalho de campo. Consistiu, ainda, em uma visita de ambientação e observação e conhecimento das dependências. Em seguida, foi realizada a sondagem piloto também conhecida como pré-teste (vide apêndice C) onde foram testados a redação do questionário, a sequência das perguntas, a disposição do questionário. Teve também como finalidade a familiarização com os respondentes e verificar os ajustes necessários no trabalho de campo, como verificação do tempo de entrevista e índices de resposta. Ao fim também foi possível testar os procedimentos de análise. Alterações e adaptações foram realizadas considerando esses fatores. Essa etapa teve duração de uma semana e foram aplicados pouco mais de 100 pré-testes, dos quais todos foram validados desconsiderando algumas questões que necessitavam de ajustes.

Realizadas as primeiras adequações, a segunda rodada da sondagem por questionários (vide apêndice B e D referentes ao documento de solicitação de autorização e questionário final aplicado) foi realizada durante dez dias durante o mês de fevereiro de 2016, em período integral, durante dias úteis de funcionamento do parque.

Estima-se que aproximadamente 3.500 idosos participam assiduamente das atividades oferecidas pelo PMI conforme dados informados pela secretaria, logo, a amostra proposta inicialmente consistia na entrevista de 323 indivíduos, afim de que o erro amostral fosse de 5% e o nível de confiança de 95%. Assim, participaram da pesquisa 345 idosos que

responderam voluntariamente as questões propostas. Para que um voluntário fosse considerado elegível como participante da amostra, alguns critérios foram observados. A idade mínima considerada é de sessenta anos e a frequência mínima é de uma ida semanal ao PMI, independente do frequentador ser participante ou não das atividades monitoradas oferecidas, uma vez que alguns comparecem apenas na Tarde Dançante, jogam sinuca e/ou dominó, praticam caminhada e/ou academia ao ar livre geralmente com intuito de socialização com os demais, estes também foram considerados válidos na composição amostral.

No primeiro momento, o voluntário era abordado e convidado a participar da pesquisa, informado sobre o trabalho, sobre a confidencialidade de suas respostas e apresentado ao pesquisador. Nem todos aceitaram participar. Dentre os que aceitaram, os entrevistados que não tinham perfil para compor a amostra mesmo assim foram ouvidos ainda que suas informações não fossem computadas para que não se sentissem constrangidos e excluídos.

3.1 Dados obtidos e análise dos resultados

Os dados obtidos durante o trabalho de campo estão elencados a seguir, o que nos possibilitou o exercício da reflexão a respeito de cada uma das variáveis que integraram o questionário com base em todo o arcabouço teórico conceitual presente na revisão bibliográfica e em vivências pessoais.

3.1.1 Idade

Dentre as variáveis que compõem o questionário destacamos o fator etário como de fundamental importância uma vez que a pesquisa gira em torno de um grupo etário específico, composto por indivíduos adultos de idade igual e superior a 60 anos, os idosos. Para fins de

validação a idade mínima considerada está em conformidade com o que preconiza a Organização Mundial de Saúde - OMS.

É interessante informar que, apesar de se tratar de um centro de convivência para idosos, o local é ainda de um espaço público, onde a comunidade também utiliza para a prática de atividades como a caminhada assim como frequentam o restaurante comunitário atraindo pessoas das diferentes faixas etárias. Ocorre timidamente a incidência de crianças no espaço, estas geralmente comparecem durante festas de datas comemorativas em que algum familiar apresenta atividade artística. Ainda que sejam admitidos frequentadores com idade superior a 55 anos para as vagas remanescentes das atividades ofertadas no período da tarde, esse público não foi incluído na amostra por se tratar de uma quantidade pouco representativa.

Para Veal (2011) a importância do registro da idade se faz necessário para melhor entendimento comportamental e atitudes nas pesquisas em lazer:

Qualquer análise de dados a respeito da participação em lazer e turismo mostra a importância da idade na diferenciação de comportamento e atitudes nesse tipo de atividade; a idade é, portanto, um dos itens mais comuns em questionário (VEAL, 2011, p.340)

A respeito de longevidade, Neri (2014) informa ser um fenômeno em que as pessoas longevas correspondem àquelas que sobrevivem por mais tempo que a média dos demais, assim, conforme dados do IBGE (2011), a mesma autora estabeleceu um quadro comparativo sobre a expectativa de vida ao nascer em Estados brasileiros entre 1980 e 2010. Foram considerados os quatro com os piores indicadores e os seis com os melhores, dentre os quais o Estado do Amazonas aparece entre os seis obtendo em 1980 a média de 60,66 anos e em 2010 a de 70,59 perfazendo uma diferença de 9,93 a mais nesse período (NERI, 2011, p. 222).

Após a análise dos dados coletados verificou-se que a idade média dos idosos frequentadores do parque é de 71 anos. Outra curiosidade conhecida através da pesquisa é que o indivíduo mais longevo participante da amostra tem 92 dois anos de idade. A maioria,

porém, é de idosos cuja faixa etária está entre 60 e 69 anos correspondendo a 44% do total de respondentes, exatamente 152 pessoas. Não se distancia muito da quantidade de 43% que correspondem ao segundo grupo etário predominante e equivale a 148 indivíduos com idades entre 70 e 79 anos. Poderíamos assim, afirmar ainda que 87% dos entrevistados pertencem ao grupo etário de idosos entre 60 e 79 anos, seria uma outra forma de interpretação do que já foi dito. O restante da amostra corresponde a 41 indivíduos entre 80 e 89 anos representados por 12% e o outro 1% diz respeito a outros três com idade igual ou superior a 90 anos.

A seguir, a próxima variável que compõe o questionário é o sexo, sendo fundamental para entendimento comportamental em completude à variável da idade, pois, como afirma Neri (2007):

Idade e sexo são variáveis antecedentes poderosas do desenvolvimento e do envelhecimento, porque sintetizam influências genético-biológicas e socioculturais. Funcionam como indicadores de trajetórias de vida possíveis para homens e mulheres que compartilham o mesmo espaço geopolítico e cultural (NERI, 2007, p. 47)

3.1.2 Sexo

Em pesquisa realizada no ano de 2006 pela Fundação Perseu Abramo em parceria com o Serviço Social do Comércio – SESC Nacional e o SESC São Paulo, denominada Idosos no Brasil – Vivências, desafios e expectativas na terceira idade, dentro de uma perspectiva multidisciplinar, foram conhecidos aspectos sociodemográficos, de saúde e inserção social de idosos. A amostra de caráter probabilística, considerou as respostas de 2.136 idosos a partir de 60 anos moradores de municípios pequenos, médios e grandes das cinco regiões do país, dentre os quais 43% eram homens e 57% mulheres. A esse respeito, Neri (2007) informa que dentro da realidade em que o segmento etário que mais cresce no Brasil é o de idosos, a proporção é de 62 homens para cada 100 mulheres, caracterizando assim um processo de feminização da velhice.

O mesmo fenômeno pôde ser observado em nossa pesquisa pois 74% dos entrevistados, ou seja, 255 pessoas eram mulheres, ao passo que o percentual de homens correspondeu a 26% traduzidos em 90 participantes do sexo masculino.

A feminização da velhice, como é chamado esse fenômeno, pode ser justificado por muitos fatores e, analisá-lo considerando apenas as mulheres implica em um conhecimento parcial uma vez que as modificações em suas vidas se relacionam a vida deles (NERI, 2007).

A seguir, elaboramos quadros comparativos que explicam melhor esses fatores e suas interrelações baseados em Neri (2014):

FATORES DE RISCO QUE AFETAM MAIS OS HOMENS DO QUE ÀS MULHERES IDOSAS
Estilo de vida: consumo de gordura e sal em excesso; tabagismo e sedentarismo
Comportamentos de risco que os deixa vulneráveis à doenças e prevenção destas devido ao machismo
Suicídio, alcoolismo e ansiedade
Alterações no desempenho sexual em decorrência da velhice
Enfermidades adquiridas no trabalho
Diminuição do poder aquisitivo devido à aposentadoria
Baixa adesão a tratamentos de saúde assim como baixa procura por exames preventivos

FATORES QUE FAVORECEM MAIS AOS HOMENS DO QUE ÀS MULHERES IDOSAS
O fato de serem casados
A esposa e as filhas oferecem maior cuidado
Status mais elevado em relação às mulheres
Renda e instrução, na maioria das vezes, maiores
Menor rejeição social devido à perda da juventude e vitalidade

FATORES QUE FAVORECEM AS MULHERES IDOSAS EM COMPARAÇÃO AOS HOMENS
Maior amplitude e eficácia de suas redes sociais
Relações de intimidade em maior número
Maior prestatividade
Participação social mais ativa
Maior dedicação ao autocuidado e prevenção de doenças

FATORES DE RISCO QUE AFETAM MAIS MULHERES IDOSAS QUE AOS HOMENS
Doenças e dores crônicas
Problemas de mobilidade, força, equilíbrio e memória
Menor prestígio social, viuvez e demais ônus associados ao gênero feminino
Baixa escolaridade, status profissional e pobreza
Fragilidade e incapacidades

Perdas cognitivas, depressão e distúrbios do sono
Osteoporose, quedas e incontinência urinária

PERDAS NORMATIVAS COMUM A AMBOS OS SEXOS
Sono, equilíbrio, força e energia
Capacidades sensoriais, biomecânicas e reprodutivas
Manutenção da temperatura em equilíbrio
Lentidão metabólica e motora
Processamento de informação comprometido

Dentro do paradigma sociodemográfico e considerando a desigualdade social entre gêneros existente no Brasil, a feminização de velhice ocorre dentro de contextos paralelos: maior presença feminina relativa na população de idosos; maior índice de longevidade destas em relação aos homens; relativo crescimento feminino dentro da população economicamente ativa e como chefes de família (NERI, 2014).

Assim, toda essa discussão traduzida em números deve servir para enfatizar a importância da inclusão da variável sexo em nosso estudo a fim de nos levar a uma reflexão a respeito dos fenômenos que o envolvem e pensar a respeito das necessidades das mulheres idosas e suas demandas de responsabilidade do poder público, da sociedade e da família.

3.1.3 Origem

A opção pela inclusão dessa variável se justifica enquanto curiosidade geográfica a respeito do movimento de pessoas com origens diferentes da maioria da população. A confirmação dessa hipótese vem através da informação de que a maior parte dos entrevistados, 86% do total, informam ter nascido no estado do Amazonas e correspondem ao número de 246 pessoas, dentre os quais a maioria informou a capital como local de nascimento. O estado do Pará foi o segundo mais citado como local de nascimento pois 28 pessoas informaram ser naturais de municípios paraenses.

A seguir, o total de frequentadores do PMI que informaram em entrevista serem oriundos de cidades da região nordeste correspondem ao total de 9%, ou seja, 31 pessoas. Destes, a maior informou ser natural do estado do Ceará, contabilizando um total de 17 entrevistados. Apenas 3% dos entrevistados informou seu local de nascimento estar localizado na região sudeste e essa quantia equivale a 11 indivíduos dos quais a maioria, 7, são originários do estado de São Paulo.

O menor registro de origem corresponde a 1% do total de participantes. O total de 5 indivíduos informaram ser originários das regiões sul e centro-oeste, sendo 3 do Rio Grande do Sul e 1 de Goiás. Há ainda o curioso registro, porém não menos importante, de dois idosos imigrantes, um do Peru e outro do Japão.

Assim, foi possível perceber a presença de idosos que, em algum momento de suas vidas e devido a motivações diferenciadas, optaram por migrar para a cidade de Manaus e se tornaram consumidores das políticas de lazer oferecidas pelo poder público municipal, em especial, frequentadores do Parque Municipal do Idoso.

3.1.4 Estado civil

A opção pela inclusão dessa variável no questionário ocorreu com o intuito de indicar a situação doméstica do entrevistado, porém, para Veal (2011) sua utilidade é questionável pois, em termos de pesquisa em lazer e turismo seria mais interessante saber se o entrevistado é responsável ou não por crianças, por exemplo. Porém, optou-se por incluir e obtivemos os seguintes resultados: a maior parte dos entrevistados se declarou viúvo ou casado, 42 e 43% respectivamente, correspondendo a um quantitativo de 251 pessoas. Apenas 4 pessoas se disseram separadas equivalendo a 1% do total. O número de 42 idosos

informaram que são solteiros e equivalem a 12% do total de participantes, seguidos de 32 participantes que disseram ser divorciados representando 9% do total amostral.

Acredita-se que o número de idosos que vive em uma união estável seja maior do que foi representado pois percebeu-se que alguns dos idosos viúvos que não oficializaram civilmente a atual união, não têm bem clara o que vem a ser. Apenas 15 idosos, ou seja, 4% dos respondentes afirmaram estar em uma união estável.

Outro aspecto que chamou atenção é a durabilidade dos relacionamentos, pois mais da metade, 74% dos idosos que participaram da pesquisa ou são viúvos ou estão casados e foi muito recorrente que estes mencionassem o fato de estarem em um mesmo relacionamento há muitas décadas.

Durante o tempo de existência, o PMI tem a função de socializar os idosos frequentadores e não é raro que, dentre os viúvos, separados e divorciados, surjam novos casais. Essa na verdade é uma realidade fenomenológica comum que foi constatada quando da aplicação do questionário e dos momentos de convivência e conversas informais com voluntários participantes da pesquisa.

3.1.5 Ocupação

A justificativa da inclusão desta variável se dá devido ao fato de que todos os entrevistados possuem algum tipo de ocupação, ainda que não mais a estejam exercitando com frequência. Para tal, Veal (2011) reforça esse argumento justificando:

A situação econômica e profissional de uma pessoa certamente influencia o comportamento em lazer e turismo. Informações sobre tais temas não só são importantes para marketing e planejamento, mas também em relação a políticas públicas preocupadas com questões de igualdade (VEAL, 2011, p. 341).

Sob a perspectiva que a maioria dos idosos já estariam fora do mercado de trabalho, pudemos constatar que apenas alguns poucos profissionais liberais e autônomos ainda desenvolvem algum tipo de atividade remunerada o que corresponde a 4% dos indivíduos equivalente a 13 pessoas. Uns inclusive como atividade principal, mas a maioria para complementação de renda ou mesmo para realização pessoal. Desta feita, optou-se por usar a terminologia ocupação e não profissão uma vez que na sua maioria estes já desfrutavam de seu período de aposentadoria.

A maior parte dos entrevistados, exatos 276 voluntários afirmam receber aposentadoria representado por 80% do total. Pode ter ocorrido algum equívoco por parte de algum respondente uma vez que nem todos têm bem clara a diferença entre aposentadoria, pensão ou benefício, porém, acredita-se que não correspondam expressivamente e se encaixam na margem de erro da pesquisa.

Os idosos que informaram ser pensionistas são em número de 47 e correspondem a 13% da amostra com um perfil bastante semelhante entre si, mulheres e viúvas. Na maioria das vezes com baixa escolaridade e que dedicaram sua vida ao lar sendo beneficiárias do falecido marido e apenas uma tímida quantidade de 6 pessoas, todas mulheres, informaram não possuir nenhum tipo de ocupação ou renda e que seus filhos e familiares são seus mantenedores.

3.1.6 Instrução

Comumente presente em pesquisas que retratam o perfil de usuário, a variável referente ao grau de instrução é importante pois aponta a escolaridade dos respondentes e, muitas vezes, colabora para a quebra de paradigmas e preconceitos que a falta desse conhecimento produz.

Trazendo à realidade que por muito tempo perdurou de que os idosos além de pobres seriam pouco instruídos, um novo fenômeno tem sido observado entre a população idosa da atualidade, idosos com nível superior.

É certo que ainda é uma tendência crescente e pouco numerosa, pois, conforme dados coletados, o grau de escolaridade de 64% dos entrevistados está entre o Ensino Fundamental e Médio. A respeito desse grupo, foi recorrente o comentário da dificuldade no acesso à educação por diversos motivos, relatando que na época em que estavam em idade escolar, muitos tiveram que trabalhar, mudar cidade, cuidar dos filhos etc. Também é importante informar da dificuldade de compreensão e de resposta à essa questão por grande parte dos respondentes, o que exigiu maior esforço do entrevistador a fim de não comprometer a confiabilidade da pesquisa.

A quantidade de respondentes que informaram sua escolaridade ser o Ensino Fundamental é de 109 pessoas. Os que informaram possuir Ensino Médio, 111, perfazendo um total de 220 entrevistados.

Dos indivíduos que se declararam não alfabetizados e os que são apenas alfabetizados, a pesquisa aponta percentuais de 2% e 20% respectivamente, o equivalente a 8 pessoas sem alfabetização contra 70 alfabetizadas.

A proporção de entrevistados que informaram possuir curso superior e/ou pós-graduação corresponde a 14% representados numericamente a 47 idosos.

Sob esse aspecto, na maioria das entrevistas foi observado que os idosos que estudaram até o nível superior apresentaram menor dificuldade de entendimento e resposta às questões. Esse grupo também informou também maiores ganhos em relação aos demais. Foram mais críticos aos serviços oferecidos pelo PMI e demonstraram bastante interesse em colaborar para as melhorias oferecendo seus conhecimentos e sua formação.

A respeito do nível de instrução dos voluntários participantes 62% da amostra é composta por 109 indivíduos que cursaram o Ensino Fundamental e 111 apenas o Ensino Médio.

Alfabetizados correspondem a 70 respondentes que perfazem 20% do total da amostra e os não alfabetizados 8 que se traduzem em 2% do total.

Idosos que possuem curso superior ou pós-graduação totalizam 14% traduzidos em 47 voluntários participantes da pesquisa.

É fundamental informar que muitos dos idosos não conseguiram distinguir sua escolaridade com muita precisão e clareza, podendo as respostas não serem completamente confiáveis devido a esse fato.

3.1.7 Moradia

Se faz necessária a indagação a respeito de moradia em nossa pesquisa dentro da perspectiva socioeconômica e, saber com quem residem pode, eventualmente, demonstrar seu grau de autonomia bem como outras interpretações e inferências podem ser feitas nesse sentido. A esse respeito Veal (2011) observa:

A informação é certamente relevante em pesquisas em lazer, por causa das implicações do tipo de moradia para o acesso a espaços recreativos privados. Se as pessoas são proprietárias ou não de suas residências, esta é uma variável socioeconômica importante (VEAL, 2011, p. 347)

Dentro do raciocínio proposto pelo autor, a maioria dos idosos respondentes às questões teriam potencialmente a possibilidade de acessar o lazer particular e, ainda assim, optaram por desfrutar das atividades de lazer oferecidas gratuitamente pelo poder público. Isso não significa que não o façam. Significa apenas que esta averiguação poderia constituir parte da pesquisa ou sugestão para outros estudos em outro momento.

A respeito da moradia dos idosos duas variáveis foram consideradas. A primeira diz respeito à propriedade e os entrevistados foram questionados se residem em imóvel próprio ou

alugado e com quem compartilham moradia. A maior incidência foi de residentes em imóveis próprios correspondendo ao índice de 98%. O outro questionamento respondeu-se da seguinte forma: a maioria declarou compartilhar sua moradia com os filhos ou vice-versa, perfazendo um percentual de 42% do total da amostra equivalendo a 146 indivíduos e a minoria informou morar com familiares diversos (neto, irmão, primo etc.) e estes foram 6 indivíduos que representam 2% do total. O volume de 36%, ou seja, 123 respondentes, informaram residir com seus cônjuges enquanto outros 70, um total de 20% dos participantes informou morarem sozinhos.

Mediante tais resultados, observou-se que um número quase totalitário de idosos frequentadores do PMI respondentes à pesquisa, possuem imóvel próprio que também abrigam outros membros do núcleo familiar, contradizendo algumas projeções econômicas e demográficas conforme esclarecem Santos, Lopes e Neri (2007):

Apesar de tudo, o idoso atual não é completa ou incomodamente dependente, como propagado por alguns economistas e demógrafos. Essa população experimentou o auge da vida ativa num momento favorável da economia brasileira e criou patrimônio, bem exemplificado pela posse da casa própria e tem rendimentos estáveis (SANTOS, LOPES e NERI, 2007, p. 78).

Ainda no contexto da discussão sobre moradia, a maioria dos idosos entrevistados fez questão de deixar claro que são seus familiares que residem com eles e não o contrário, uma vez se tratar de imóvel de sua propriedade, demonstrando assim seu orgulho e satisfação em ter conquistado sua casa própria e em abrigar outras pessoas.

Outra variável que compôs o questionário foi o bairro de residência dos entrevistados. A maior parte deles informou residir nos bairros e conjuntos adjacentes ao parque, considerada área nobre da cidade de Manaus. A quantidade de residentes em bairros tradicionais, porém mais afastados do perímetro onde se localiza o parque foi menor que os do entorno e maior que os frequentadores que informaram residir em áreas periféricas.

Foi notória a pouca frequência de moradores de bairros mais afastados. As poucas ocorrências registradas são de frequentadores que inclusive denunciam o difícil acesso ao local por ser atendido por uma única linha de ônibus que não integra, por exemplo, nos principais terminais de ônibus da capital.

3.1.8 Renda mensal

A variável referente aos ganhos mensais dos entrevistados constitui importante informação, ainda que seja um tema delicado e de várias limitações, foi incluída em nossa sondagem por questionário.

No que diz respeito a média mensal de rendimentos, foram estabelecidas classes de 1 a 3 salários mínimos, 4 a 6 salários mínimos, acima de 6 salários mínimos e sem renda, referindo-se ao salário mínimo (SM) oficial do Brasil estabelecido para o ano de 2015 equivalendo ao valor de R\$ 788,00 quando da aplicação da sondagem por questionário. As autoras Santos, Lopes e Neri (2007) observam a respeito dos ganhos dos idosos que:

O sistema previdenciário e a capacidade de poupança têm sido mais eficazes na resolução da pobreza e da baixa escolaridade entre idosos do que as políticas sociais, mas não se pode esperar que esse cenário irá se manter indefinidamente. As altas taxas de desemprego e de informalidade da economia atual fatalmente afetarão a constituição do patrimônio e do pecúlio dos idosos do amanhã (SANTOS, LOPES e NERI, 2007, p. 78).

A maior parte 260 pessoas, 75% do total, informou possuir ganhos mensais em torno de 1 a 3 salários mínimos e apenas 5 respondentes informou não possuir renda, correspondendo a 2%. A quantidade de idosos que informou sua renda mensal corresponder a algo entre 4 e 6 salários mínimos equivale a 53 pessoas sendo assim, 15% do total, seguidos pelos que afirmam sua renda ser superior a 6 salários mínimos, são estes 27 indivíduos que representam 8% do total pesquisado. A respeito desse grupo, observou-se que sua quase que totalidade é composta por indivíduos com alto grau de instrução.

3.1.9 Frequência: tempo, turno e semanal

A respeito da frequência, foram abordadas três diferentes questões. A primeira se refere a quanto tempo o entrevistado frequenta o PMI, em seguida, é solicitado a este que informe sua frequência semanal e, por fim, em que período do dia o mesmo costuma comparecer ao local.

Uma certo comprometimento e fidelidade foi percebido através das respostas pois o expressivo número de 81 entrevistados informou frequentar o local desde foi inaugurado. São estes participantes do grupo total de 128 indivíduos que afirmam frequentar o PMI a um período correspondente entre 9 e 12 anos, ou seja, 37% do total da amostra. Por outro lado, o segundo grupo mais numeroso em respostas, 55 idosos, disseram frequentar o PMI há no máximo 1 ano, e esclarecem que o fazem a tão pouco tempo por terem atingido os 60 anos recentemente, mas que pretendem continuar a frequentar o parque por muito tempo.

Uma parcela de 42% do total de entrevistados, informaram frequentar as atividades do PMI entre 1 e 4 anos, são eles 145 respondentes. Já os que frequentam entre 5 e 8 anos, são em número de 72 pessoas referentes a 37% do total da amostra, o que demonstra o comprometimento e o prazer em frequentar o Parque Municipal do Idoso uma vez que o fazem espontaneamente.

A respeito da quantidade semanal de idas ao parque, 64% dos entrevistados informaram frequentar entre uma e duas vezes, o que perfaz um total de 221 indivíduos, dos quais 63%, ou seja, 216, informaram duas idas semanais ao local.

O mesmo percentual, 18% dos idosos, informaram comparecer ao parque entre três e quatro vezes e o outro grupo informou que frequenta diariamente, correspondendo assim, a 61 e 63 entrevistados respectivamente.

Para fins de admissão, a secretaria do parque aceita matricular usuários em atividades realizadas duas vezes por semana, afim de que possam atender o maior número possível da população idosa que procura participar das atividades. Ainda assim, os idosos que frequentam diariamente o fazem principalmente para socialização, e comparecem ao local mesmo sem o compromisso da prática de determinada atividade.

Existem também aqueles cuja frequência é esporádica, principalmente durante às quintas-feiras quando é realizada a tarde dançante. Os adeptos da prática do jogo de sinuca e dominó geralmente praticam poucas atividades além destas.

Sobre o turno de frequência o horário da manhã é o mais procurado pelos idosos para a prática de suas atividades 57% dos participantes da pesquisa, ou seja, 197. Estes afirmam que se sentem mais dispostos no início do dia e por isso optaram por exercitar-se pela manhã. Muito menos da metade desse quantitativo, 75 indivíduos, optam por praticar suas atividades no período da tarde sob o argumento que dedicam suas manhãs à outras atividades diversas. Estes correspondem a 22% do total da amostra. Por fim, 73 indivíduos participantes da pesquisa informam frequentar em horário integral. Os frequentadores dos períodos da manhã e integral são também usuários do restaurante Prato Cidadão, que é subsidiado pela Prefeitura de Manaus oferecendo refeições a preços bastante acessíveis (R\$ 1,00).

3.1.10 Atividades, pergunta principal da pesquisa e conceito sobre o PMI

As entrevistas apontaram que as atividades com maior índice de adesão pelos frequentadores são a hidroginástica e o alongamento, nos levando assim a concluir que o tipo de atividade física de lazer são as de maior predominância entre eles. É importante informar que a maior parte dos frequentadores respondentes à pesquisa participam de mais de uma atividade, o que pode também ser observado quando a maior parcela de respondentes, informaram duas idas semanais ao local. A procura por atividades artísticas de lazer, como

aulas de dança e canto, também se destaca dentre a preferência dos idosos. No parque também se realiza às quintas-feiras a tarde dançante, onde geralmente se apresenta o grupo de seresta composto por idosos frequentadores. Apresentações artísticas também são comumente organizadas durante as datas comemorativas. Apenas 22 idosos informaram participar das atividades artesanais. Na oficina da memória, a cognição é desenvolvida e muitos entrevistados elogiaram os resultados. O número total de 50 idosos informou comparecerem a tais atividades.

A seguir, foi solicitado ao entrevistado, informar se ele se atendido pelo poder público municipal em seu direito social de acesso ao lazer. A proporção de 93% dos idosos responderam que sim contra 7% que não se consideram atendidos. Dessa forma, os usuários demonstraram estar satisfeitos com o poder público municipal quando da eficácia das ações de lazer que se direciona a eles. É importante lembrar que o conceito de lazer é subjetivo e, por exemplo, dentre os respondentes em menor quantidade, alguns entendem que o local oferece apenas atividades físicas e para ter lazer, seria necessário que houvessem mais “passeios”.

Ainda dentro da perspectiva de satisfação do usuário, foi solicitado aos entrevistados que atribuíssem um conceito, considerando aspectos de instalações, serviços e gestão, a respeito do parque e, 37% dos respondentes, que correspondem a 129 idosos que atribuíram conceito “ótimo”. Consideram o parque “bom”, a parcela de 31%, representados por 106 indivíduos. O parque foi conceituado como “excelente” por 24% do total de entrevistados e equivalem a 82 pessoas. Os demais, 8% dos idosos, classificou o PMI como “regular”, 27 deles respondeu dessa forma e apenas 1 pessoa disse que o parque é “ruim”.

3.1.12 Críticas, sugestões, reclamações, elogios e comentários

Afim de dar voz ao entrevistado para que expressasse sua percepção sobre o parque, abrindo espaço para críticas, elogios e sugestões, boa parte compartilhou de opiniões em comum. A reclamação mais recorrente foi a respeito do transporte público, pois apenas uma linha de ônibus atende as imediações do PMI. Os usuários também reclamaram da frequência pois o intervalo de saída chega a demorar uma hora. Alguns usuários reclamam ainda que alguns monitores das atividades parecem não ter treinamento para lidar com o público idoso pois age de maneira impaciente chegando algumas vezes a ser rude.

Dentre os elogios destacamos a satisfação dos usuários em relação à limpeza e conservação do parque. Elogiaram o fato de não faltar papel higiênico nos banheiros, por exemplo.

Diversos foram os comentários dos entrevistados. Muitos deles chegaram a emocionar o entrevistador. Percebe-se que o afeto que muitos idosos não recebem dos familiares, eles recebem dos amigos e servidores do PMI. Vários foram os relatos de idosos depressivos que superaram a doença através do convívio com os demais. A melhoria física e cognitiva também foi recorrente entre os relatos dos entrevistados.

Elogios também foram registrados ao restaurante comunitário Prato Cidadão, pois esta iniciativa garante aos usuários mais saúde através da dieta balanceada e acessibilidade aos idosos de baixa renda.

Dentre as sugestões a que mais chamou atenção foi a proposta de um entrevistado em organizar um trabalho voluntário entre os próprios idosos. A ideia é que os que tenham disponibilidade ofereçam sua ajuda aos que necessitam. Ele ilustra essa possibilidade quando informa que precisaria de alguém mais esclarecido que o acompanhasse em uma consulta médica, por exemplo. Seria interessante a elaboração de um banco de apoio, onde todos

pudessem colaborar entre si. Algo semelhante ao Banco de Tempo⁶, uma iniciativa portuguesa onde cada um oferece seu tempo para trabalho voluntário dentro de suas aptidões e conhecimentos e recebe de volta o que outra pessoa oferece dentro da mesma proposta.

⁶ Para mais informações sobre o Banco de Tempo acesse < <http://www.bancodetempo.net/pt/> >

4 Considerações finais

Conhecer o fenômeno do envelhecimento humano, suas peculiaridades, diferentes perspectivas, distintos aspectos que fazem dele um processo heterogêneo, constitui, em nossa humilde opinião um dos maiores desafios sociais dos nossos tempos. A familiarização da sociedade com esses saberes, cada vez mais se faz necessária à medida que o processo de envelhecimento populacional cresce vertiginosamente.

Considerado por muitos estudiosos como uma das principais conquistas sociais dos nossos tempos, o fenômeno da longevidade constitui objeto de estudo de diversas disciplinas, seja no âmbito da saúde como no campo das ciências sociais, a velhice caracteriza objeto de estudo cada vez mais recorrente em empreitadas científicas.

Com o advento da aposentadoria, independência dos filhos e aumento do tempo disponível, a população idosa se vê desafiada a buscar novas alternativas e estratégias para preenchimento desse tempo e evitar a ociosidade, dando assim, ressignificação a sua existência. Dentro desse paradigma, o lazer desponta como boa opção devido aos benefícios que as atividades proporcionam, seja de ordem física ou mental.

A importância das práticas das diferentes atividades de lazer não está restrita apenas ao grupo etário dos idosos, mas a todas as pessoas que se submetem à sua prática.

A subjetividade na escolha das atividades e sua classificação enquanto lazer fica a cargo da vontade e decisão dos praticantes. O que é lazer para uma pessoa nem sempre será para outra pois as vivências, expectativas e conhecimentos são diferentes.

É interessante como todos os atores integrantes da inquietação científica que motivaram esse trabalho são fenômenos pós-modernos, onde a consolidação das leis trabalhistas, o processo de urbanização, a aposentadoria, o advento da ciência e tecnologia, o

aumento da expectativa de vida e diminuição das taxas de natalidade e mortalidade são apenas alguns exemplos.

Os elementos condicionais para a prática de atividades de lazer, tempo, disposição e atitude, os aspectos motivacionais que influenciam na opção pelo tipo de atividade praticar, dentre outros atributos que compõem o entendimento teórico do lazer, serviram de norte e base para construção do marco teórico conceitual dessa pesquisa, assim como os do envelhecimento também.

As políticas públicas direcionadas a população de idosos, a análise documental das diferentes legislações de cuidado e proteção à terceira idade, seja na perspectiva nacional, internacional e principalmente municipal, constituem importantes instrumentos de ampliação de conhecimento das ações públicas aos diferentes segmentos da sociedade.

A cidade de Manaus, por sua vez, abriga dois centros de convivência para a população de idosos. Um de responsabilidade do Governo do Estado do Amazonas e outro, o Parque Municipal do Idoso, cuja gestão é realizada pela Prefeitura Municipal de Manaus. Reiteramos a opção por desenvolver a pesquisa na esfera municipal devido ao recorte previamente realizado a respeito da Política Municipal do Idoso, facilitando assim a avaliação das ações propostas em comparação as que são de fato executadas.

No que tange à revisão bibliográfica, a pesquisa não encontrou grandes dificuldades, uma vez que a biblioteca da Escola de Artes, Ciências e Humanidades – EACH dispõe de um grande número de literaturas sobre envelhecimento, lazer e políticas públicas, o que seria instrumento facilitador para todo pesquisador e fomos privilegiados nesse aspecto.

A gestão da Fundação Dr. Thomas e do Parque Municipal do Idoso não mediram esforços em viabilizar a pesquisa. Seja através da autorização para acesso a documentos como para aplicação das entrevistas.

O grupo de 345 idosos que aceitaram participar voluntariamente, que se esforçaram para responder de maneira satisfatória, que confiaram na seriedade desse trabalho nos proporcionaram uma experiência única, inenarrável, enriquecedora em diversos aspectos.

O cansaço, a fadiga, as horas a fio destinadas a obtenção da quantidade amostral significativamente representativa, foram completamente compensadas quando na análise dos dados o perfil de usuários, o entendimento sobre os conceitos previamente apreendidos foram personificados em números, possibilitando assim a análise qualitativa de tais informações.

O maior dos ganhos dentro do contexto da prática de atividades de lazer pelos idosos, indiscutivelmente diz respeito ao aspecto da socialização. A vivência com seus pares e o sentimento de pertencimento a um grupo colabora para o empoderamento da pessoa idosa, revertendo a ideia ultrapassada de vitimização do idosos.

Outra importante percepção durante a pesquisa bibliográfica foi a estreita relação entre a Geriatria e a Gerontologia. Não que seja incomum, mas é até mesmo esperada, porém, acredita-se que a perspectiva clínica dos processos relativos ao envelhecimento humano constituir objeto da Geriatria. A Gerontologia, por sua vez, deveria agregar os saberes oriundos das ciências sociais a respeito de tal etapa da vida, acolhendo pesquisadores e seus trabalhos cujo objeto de estudo esteja a ela relacionado. Isto posto, a metodologia utilizada nas pesquisas não deveria necessariamente seguir um único padrão e uma série de protocolos característicos das pesquisas em saúde, uma vez que outras áreas do saber dispõem de instrumentos de pesquisa confiáveis e eficientes para a coleta de dados.

Uma proposta que surgiu durante as entrevistas foi a criação de uma espécie de programa de voluntariado. A ideia é que cada idoso colocasse seu tempo e talentos à disposição do grupo a fim de trocar ajudas mutuamente, seja nas tarefas mais simples do cotidiano como uma eventual consultoria jurídica, por exemplo.

Assim, espera-se essa pesquisa servir de instrumento para ampliação de saberes concernentes aos temas aqui expostos e base para inquietações futuras, bem como elaboração de políticas e ações que proporcionem mais dignidade e melhoria na qualidade de vida da população idosa, não apenas de Manaus, mas em todos os contextos geográficos.

Referências

ALVES Jr., Edmundo de Drummond; MELO, Victor Andrade de. *Introdução ao lazer*. 2. ed. Barueri, SP: Manole, 2012.

ASSIS, M. *Aspectos sociais do envelhecimento*. In: SALDANHA, A.L.; CALDAS, C.P. (orgs). *Saúde do idoso: a arte de cuidar*. 2 ed. Rio de Janeiro, RJ: Interciência, 2004.

BARROS, Myriam Moraes Lins de. *Velhice ou terceira idade?* São Paulo: Editora FGV, 2007.

BERZINS, Marília Viana; BORGES, Maria Claudia. *Políticas públicas para um país que envelhece*. São Paulo: Martinari, 2012.

BRASIL, Documentos legais idosos. <http://www.sdh.gov.br/assuntos/pessoa-idosa/legislacao/copy2_of_DOCUMENTOS_LEGAIS.pdf> Acesso em 12 fev. 2015.

BRASIL, Secretaria de Direitos Humanos. *Dados sobre o envelhecimento no Brasil*. Disponível em: < <http://www.sdh.gov.br/assuntos/pessoa-idosa/dados-estatisticos/DadosobreoenvelhementonoBrasil.pdf> >. Acesso em 13 dez. 2014.

BRASIL, Secretaria Especial dos Direitos Humanos. *Plano de ação internacional para o envelhecimento*. Brasília: 2003. Disponível em: <<http://www.observatorionacionaldoidoso.fiocruz.br/biblioteca/manual/5.pdf>> Acesso em: 11 dez. 2014.

BRASIL, Constituição 1988 <http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988_15.12.1998/CON1988.pdf> Acesso em: 12 fev. 2015

BRUNS, Maria Alves de Toledo e DEL MASSO, Maria Cândida Soares. *Envelhecimento humano: diferentes perspectivas*. Campinas: Átomo e Alínea, 2007.

BURITI, Marcelo de Almeida; WITTER, Carla. *Envelhecimento e contingências da vida*. Campinas: Átomo e Alínea, 2011 (Coleção Velhice e Sociedade).

CACHIONI, Meire. Universidades Abertas à Terceira Idade como contextos de convivência e aprendizagem: possíveis implicações para o bem-estar subjetivo e o bem-estar psicológico. *Kairós Gerontologia*. São Paulo, vol. 15, nº Especial 14. Ano 2012. ISSN: 2176-901X, p. 23 – 32. Disponível em < <http://revistas.pucsp.br/index.php/kairos/article/view/15227/11356>>. Acesso em 18 jun. 2015.

CAMARANO, Ana Amélia. *Cuidados de longa duração para a população idosa: Um novo risco social a ser assumido?* Rio de Janeiro: IPEA. 2010. Disponível em:<http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/livro_cuidados.pdf> Acesso em: 26 out. 2015

CAMARANO, Ana Amélia et al. *Idosos brasileiros: indicadores de condições de vida e de acompanhamento de políticas*. Brasília: Presidência da República, Subsecretaria de Direitos Humanos. 2005.

CAMARGO, Luiz Otávio de Lima. *O que é lazer*. 3.ed. São Paulo: Brasiliense, 1992. (Coleção Primeiros Passo nº 172).

CÍCERO, Marco Túlio, 103-43 A.C., *Saber envelhecer e A amizade*; tradução de Paulo Neves. Porto Alegre: L&PM, 1999. (Coleção L&PM Pocket, vol. 63)

CUNHA, Gilson Luis da; VIANA de Freitas, Elizabete et al in *Tratado de Geriatria e Gerontologia*. 3. ed. Revista e ampliada. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2013.

DEBERT, Guita Grin. *A reinvenção da velhice*. São Paulo: Edusp, 2012.

DUMAZEDIER, Joffre. *Sociologia empírica do lazer*. São Paulo: Perspectiva Edições SESC, 2008.

DUMAZEDIER, Joffre. *Lazer e cultura popular*. São Paulo: Perspectiva, 2014.

FERRARI, Maria Auxiliadora Cursino. O envelhecer no Brasil. *O Mundo da Saúde*. São Paulo, v. 23, n. 4, jul./ago., p. 197-203, 1999.

GOLDFARB, Delia Catullo. *Corpo, tempo e envelhecimento*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1998.

GOMES, Christianne Luce et al. *Lazer na América Latina/Tiempo libre, ocio y recreación em Latinoamerica*. 2.ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

GOMES, Christianne Luce; LACERDA, Leonardo; PINHEIRO, Marcos. *Lazer, turismo e inclusão social: intervenção com idosos*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

GOMES, Christianne Luce; ELIAZALDE, Rodrigo. *Horizontes latino-americanos do lazer*. Disponível em <https://grupootium.files.wordpress.com/2012/06/horizontes_latino_americanos_lazer_junho_20123.pdf> Acesso em: 11 mai. 2015.

GOMES, Fábio Guedes. *Conflito social e welfare state: Estado e desenvolvimento social no Brasil*. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rap/v40n2/v40n2a03.pdf>>. Acesso em: 11 dez. 2014.

LOPES, Andrea. *Os desafios da gerontologia no Brasil*. 2.ed. São Paulo: Átomo e Alínea, 2010. (Coleção Velhice e Sociedade).

MAJEWSKI, Cora Carvalho. *Políticas públicas de promoção e garantia dos direitos dos idosos*. Porto Alegre: Edipucrs, 2013. 555-568 p. In: TERRA, Newton Luiz; BÓS, Ângelo J. G. e CASTILHOS, Nara. *Temas sobre envelhecimento ativo*. Porto Alegre, RS: Edipucrs, 2013.

MAGALHÃES, Dirceu Nogueira, *Invenção social da velhice*. Rio de Janeiro: Edição do autor, 1987.

MANAUS. Política Municipal do Idoso <<http://doutorthomas.manaus.am.gov.br/politica-municipal-do-idoso-2/>> Acesso em 13 fev.2015

MARCELLINO, Nelson Carvalho. *Políticas públicas setoriais de lazer: o papel das prefeituras*. Campinas: Autores Associados, 1996.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. *Pedagogia da animação*. Campinas: Papyrus, 1990.

MARCELLINO, Nelson Carvalho *et al.* *Espaços e equipamentos de lazer em região metropolitana: o caso da RMC – Região Metropolitana de Campinas*. Curitiba: Opus, 2007.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. *Estudos do lazer: uma introdução*. 5.ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2012. (Coleção Educação Física e Esportes).

MELO, Victor Andrade. *Lazer: olhares multidisciplinares*. Campinas: Átomo e Alínea, 2010. (Coleção estudos do lazer).

MESSY, Jack. *A pessoa idosa não existe*. São Paulo: Cidade Aleph, 1993.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; COIMBRA JÚNIOR, Carlos E. A. *Antropologia, saúde e envelhecimento*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2002.

MONTEIRO, Pedro Paulo. *Envelhecer: histórias, encontros, transformações*. 3.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

NERI, Anita Liberalesso. *Idosos no Brasil: vivências, desafios e expectativas na terceira idade*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, Edições SESCSP, 2007.

NERI, Anita Liberalesso. *Qualidade de vida na velhice: enfoque multidisciplinar*. Campinas: Átomo e Alínea, 2011.

NERI, Anita Liberalesso. *Palavras-chave em Gerontologia*. 4. ed. Campinas: Átomo e Alínea, 2014. (Coleção Velhice e Sociedade).

OKUMA, Silene Sumire. *O idoso e a atividade física: fundamentos e pesquisa*. 3.ed. Campinas: Papyrus, 1998.

ONU. *Plan de acción internacional de Viena sobre el envejecimiento*. Disponível em: <http://www.msal.gov.ar/ent/images/stories/programas/pdf/2013-08_plan-accion-envejecimiento-viena-1982.pdf> Acesso em: 14 dez. 2014.

ONU. *Resolução 46/92 aprovada na Assembleia Geral das Nações Unidas em 16/12/1991*. Disponível em: <http://www.rnpd.org.br/download/pdf/idoso_onu.pdf> Acesso em: 14 dez. 2014. (Também disponível em: <<http://www.ufrgs.br/bioetica/onuido.htm>>).

PACHECO, Reinaldo Tadeu Boscolo; RAIMUNDO, Sidnei. *Parques urbanos e o campo de estudos do lazer: propostas para uma agenda de pesquisa*. Revista Brasileira de Estudos do Lazer. Belo Horizonte, v. 1, nº 3, p. 43-66, set./dez. 2014.

PAPALÉO NETTO, Matheus; VIANA de Freitas, Elizabete [et al] in *Tratado de Geriatria e Gerontologia*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2013. 3ª ed. Revista e ampliada.

PAPALÉO NETTO, Matheus. *Tratado de Gerontologia*. São Paulo: Editora Atheneu, 2007. 2ª ed. Revista e ampliada.

ROSA, Tereza Etsuko da Costa; BARROSO, Áurea Eleotério Soares; LOUVISON, Marília Cristina Prado. *Velhices: experiências e desafios nas políticas do envelhecimento ativo*. São Paulo: Instituto de Saúde, 2013. (Temas em Saúde Coletiva).

REQUIXA, Renato. *O lazer no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1977.

REQUIXA, Renato. *Sugestão de diretrizes para uma política nacional de lazer*. São Paulo: Editora do SESC, 1980. (Série Lazer nº 2).

SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes Von; NERI, Anita Liberalesso; CACHIONI, Meire. *As múltiplas faces da velhice no Brasil*. São Paulo: Átomo e Alínea. 2006. (Coleção Velhice e Sociedade).

SOUZA, Solange Bertozzi de. Lazer, terceira idade e sua mútua relação. *Conexões: revista da Faculdade de Educação Física da UNICAMP*, Campinas, v. 1, n. 1, p. 39-48, jul/dez. 1998. ISSN: 1983 – 9030 Disponível em <<http://fefnet178.fef.unicamp.br/ojs/index.php/fef/article/viewFile/22/12>> Acesso em: 11 mai. 2015.

STOPPA, Edmur *et al*. *Gestão de esporte e lazer*. São Paulo: Plêiade, 2011.

TRENCH, Belkis; ROSA, Tereza Etsuko da Costa. *Nós e o outro: envelhecimento, reflexões, práticas e pesquisa*. São Paulo: Instituto de Saúde, 2011. (Temas em Saúde Coletiva).

VEAL, A. J. *Metodologia de pesquisa em lazer e turismo*. São Paulo: Aleph. 2011.

WITTER, Geraldina Porto. *Envelhecimento: referenciais teóricos e pesquisas*. 2. ed. Campinas: Alínea. 2010. (Coleção Velhice e Sociedade).

VELLAS, Pierre. *As oportunidades da terceira idade*. Maringá: Eduem, 2009.

ZIMERMAN, Guite I. *Velhice: aspectos biopsicossociais*. Porto Alegre: Artmed, 2000.

Apêndice A – Solicitação inicial para realização da pesquisa, visita inicial e aplicação de pré-teste (outubro de 2015)

Att. Ilma. Sra. Martha Moutinho da Costa Cruz

Diretora Presidente da Fundação de Apoio ao Idoso Dr. Thomas

Venho mui respeitosamente por meio desta, primeiramente, cumprimenta-la pelo excelente trabalho que vem desempenhando à frente da Fundação Dr. Thomas assim como pelos anos de dedicação à causa da pessoa idosa.

Em seguida, apresento-me como pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Turismo – PPTUR, nível mestrado, da Escola de Artes, Ciências e Humanidades – EACH da Universidade de São Paulo – USP, conforme documento comprobatório em anexo, cujo projeto recebe apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Amazonas – FAPEAM e está intitulado “Políticas públicas de lazer para idosos em Manaus: percepções e práticas no Parque Municipal do Idoso”, cuja proposta também segue em anexo para sua apreciação e conhecimento.

Minha solicitação consiste em vossa autorização para sondagem através de questionários, registros fotográficos, observação e entrevistas com os idosos que aceitarem participar voluntariamente da coleta de dados no Parque Municipal do Idoso e comprometo-me em disponibilizar uma via digital da minha dissertação tão logo seja concluída e apresentada. Aproveito também para agradecer a gentileza com que fui recebida pela Sra. Charmênia Sahdo que me orientou a respeito dos trâmites legais e, à Vossa Senhoria, antecipadamente por colaborar como a pesquisa científica. Coloco-me à disposição para esclarecimentos, sugestões e críticas.

Atenciosamente;

Ticiania Pereira de Oliveira

Mestranda em Turismo

E-mail: ticiania12@hotmail.com Fone: 99256-4539

Apêndice B – Solicitação para sondagem por questionário (fevereiro2016)

Att. Ilma. Sra. Martha Moutinho da Costa Cruz

Diretora Presidente da Fundação de Apoio ao Idoso Dr. Thomas

Venho mui respeitosamente por meio desta, primeiramente, cumprimenta-la pelo excelente trabalho que vem desempenhando à frente da Fundação Dr. Thomas assim como pelos anos de dedicação à causa da pessoa idosa.

Em seguida, apresento-me como pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Turismo – PPTUR, nível mestrado, da Escola de Artes, Ciências e Humanidades – EACH da Universidade de São Paulo – USP, conforme documento comprobatório em anexo, cujo projeto recebe apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Amazonas – FAPEAM e está intitulado “Políticas públicas de lazer para idosos em Manaus: percepções e práticas no Parque Municipal do Idoso”, cuja proposta também segue em anexo para sua apreciação e conhecimento.

Minha solicitação consiste em vossa autorização para a realização da segunda rodada de sondagem através de questionários, registros fotográficos, observação e entrevistas com os idosos que aceitarem participar voluntariamente da coleta de dados no Parque Municipal do Idoso e comprometo-me em disponibilizar uma via digital da minha dissertação tão logo seja concluída e apresentada. Coloco-me à disposição para esclarecimentos, sugestões e críticas.

Atenciosamente;

Ticiania Pereira de Oliveira

Mestranda em Turismo

E-mail: ticiania12@hotmail.com Fone: 99256-4539

Apêndice C – Termo de compromisso

TERMO DE COMPROMISSO PARA A REALIZAÇÃO DE PESQUISA E/OU ESTÁGIO NAS DEPENDÊNCIAS DA FUNDAÇÃO DE APOIO AO IDOSO DR THOMAS

A – CONCEDENTE

NOME: FUNDAÇÃO DE APOIO AO IDOSO DR THOMAS
CNPJ: 15.798.622.0001-84
ENDEREÇO: Rua Dr. Thomas, 798
BAIRRO: Bairro Nossa Senhora das Graças
CIDADE: Manaus
ESTADO: Amazonas
CEP: 69053-035
FONE: (92) 3622-2834 FAX: (92) 3632-2024
REPRESENTANTE LEGAL: Martha Moutinho da Costa Cruz
CARGO: Diretora-Presidente da Fundação de Apoio ao Idoso Dr. Thomas
CPF: 618.274.602-53
RG: 12544919-3
ENDEREÇO: Parque Samambaia, 50
BAIRRO: Parque Dez de Novembro
CIDADE: Manaus

B – PESQUISADOR OU ORIENTADOR DA PESQUISA OU DO ESTÁGIO

NOME: TICIANA PEREIRA DE OLIVEIRA
CPF: 708720402-59
RG: 1522300-0
DATA DE NASCIMENTO: 08/07/1982
NATURALIDADE: MANAUS ESTADO: AM
ESTADO CIVIL: SOLTEIRA
FILIAÇÃO: FABIANO PAIVA DE OLIVEIRA E ANA OTÍLIA DUARTE PEREIRA
ENDEREÇO: AV. PROF. MELLO DE MORAES, 1235. BL. G, APT. 306. CIDADE UNIVERSITÁRIA.
BAIRRO: BUTANTÃ
CIDADE: SÃO PAULO
ESTADO: SP
CEP: 05508-030
FONE: (11) 96428-5857
TITULAÇÃO: BACHAREL EM TURISMO
CATEGORIA: ESTUDANTE
INSTITUIÇÃO: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO – USP
CURSO: MESTRADO EM TURISMO

Pesquisadores ou Estagiários

NOME	ENDEREÇO/FONE	PERÍODO	CURSO

CLÁUSULAS

O Contrato que entre si celebram a Fundação de Apoio ao Idoso Dr. Thomas (Instituição Concedente) e o Pesquisador acima identificado para realizar estudos/pesquisas/estágios, conforme a autorização Nº 0001/2014 de 25/02/2014, é celebrado mediante as seguintes Cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Do Objeto

O presente Termo de Compromisso de Pesquisa/Estágio (TCPE) tem por objeto a normatização da realização de pesquisa e estudos com idosos residentes na Fundação de Apoio ao Idoso Dr. Thomas, bem como a qualquer setor da referida Instituição, possibilitando a aquisição de experiência prática, aperfeiçoamento técnico de estudantes e pesquisadores de diversos cursos de ensino, graduação, pós-graduação, mestrado e doutorado para a execução de projetos de levantamento, pesquisa, sondagem e gestão.

CLÁUSULA SEGUNDA – Da Vinculação

Este Termo de Compromisso de Pesquisa/Estágio firmado entre a Concedente e o Pesquisador, constitui comprovante de inexistência de vínculo empregatício.

CLÁUSULA TERCEIRA – Das Condições da Pesquisa/estágio

Fica firmado entre as Partes as seguintes condições para a realização da pesquisa/estágio:

Parágrafo Primeiro – Da parte do Pesquisador/Orientador do estágio:

- a) Realizar o cadastro de pesquisador ou dos estagiários junto ao Núcleo de Estudo e Pesquisa sobre Envelhecimento em Manaus - NEPEM, na Fundação de Apoio ao Idoso Dr. Thomas.
- b) Cumprir o período e os horários da pesquisa e/ou estágio informados no cadastro de pesquisador;
- c) Apresentar-se (entrada e saída) ao setor responsável pela área de atuação da pesquisa (Saúde, Serviço Social, Psicologia etc.) pegando e/ou deixando a credencial de pesquisador.
- d) Zelar pelos equipamentos existentes no local da pesquisa;
- e) Obedecer à hierarquia da Instituição Concedente;
- f) Responsabilizar-se por danos e prejuízos causados em decorrência de inobservância das normas internas, dolo, má-fé e descumprimento das cláusulas e condições estabelecidas neste TCP;
- g) Manter sigilo sobre informações, dados ou documentos reservados da Instituição Concedente;
- h) Providenciar seu material de manipulação pessoal como luvas, toucas e máscaras quando necessário;
- i) Responsabilizar-se pela segurança do idoso no momento da pesquisa, inclusive providenciando a emergência médica, se necessário;
- j) Fazer referência obrigatória nas publicações, nos trabalhos apresentados em eventos de qualquer natureza e em qualquer meio de divulgação do campo de pesquisa (Instituição concedente);

l) Apresentar relatório final da pesquisa ou estágio, no caso de pesquisa deixar uma cópia do trabalho final em cd e em PDF para compor o acervo do NEPEM e disponibilizar no site da Fundação de Apoio ao Idoso Dr. Thomas;

m) Preencher avaliação sobre o campo de pesquisa/estágio na Instituição concedente (FDT);

Parágrafo Segundo – Da parte da Concedente:

O descumprimento de qualquer dos itens relacionados no Parágrafo Primeiro desta Cláusula implicará a interrupção da pesquisa, ou do estágio e comunicação ao orientador responsável.

Parágrafo Terceiro – Da parte da Concedente:

- a) Fazer o cadastramento do pesquisador ou estagiários junto ao Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Envelhecimento em Manaus – NEPEM;
- b) Encaminhar o pesquisador ao setor responsável pela área de atuação da pesquisa ou do estágio;
- d) Observar a existência de credencial do pesquisador/estagiário;
- e) Oferecer apoio técnico e orientação para o trabalho de pesquisa quando necessário;
- f) Avaliar e monitorar a execução da pesquisa;
- g) Ter ciência do relatório final da pesquisa e encaminhar relatório ao NEPEM;

CLÁUSULA QUARTA – Da Vigência

O presente Termo vigorará até a data final da pesquisa ou do estágio informada pelo pesquisador/orientador no cadastramento, podendo ser prorrogado ou rescindido, se necessário, por ambas as partes, sem prejuízo.

CONSENTIMENTO:

Eu **TICIANA PEREIRA DE OLIVEIRA**, fui informado das cláusulas descritas no Termo de Compromisso no qual a Instituição Concedente (Fundação de Apoio ao Idoso Dr. Thomas) determina suas normas internas, logo, concordo em cumprir com todas as determinações do referido Termo de Compromisso, sabendo que não serei remunerado e que posso sair quando quiser, informando a Instituição no setor responsável pelo acompanhamento da pesquisa ou do estágio. Por fim, esta Fundação de Apoio ao Idoso Dr. Thomas está ciente de sua co-responsabilidade como instituição co-participante do presente projeto de pesquisa/estágio e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos sujeitos de pesquisa/estudo e dos residentes no Programa de Longa Permanência e demais programas desta Fundação.

Manaus, ____ de _____ de 2015.

Assinatura do Pesquisador

Charmênia Sahdo
Gerência do Parque Municipal do Idoso

Maria da Luz R. Abreu
Gerente da Melhor Idade nos Bairros

Martha Moutinho da Costa Cruz
Diretora-Presidente da Fundação de Apoio ao Idoso Dr. Thomas

Apêndice D - Pré-teste utilizado

QUESTIONÁRIO				
NOME	_____			
DT. NASC.	____/____/____			
SEXO	<input type="checkbox"/> F	<input type="checkbox"/> M		
NATURALIDADE	_____			UF: _____
ESTADO CIVIL	<input type="checkbox"/> CASADO	<input type="checkbox"/> VIÚVO	<input type="checkbox"/> U. ESTÁVEL	<input type="checkbox"/> SOLTEIRO <input type="checkbox"/> DIVORCIADO
PROFISSÃO	<input type="checkbox"/> APOSENTADO	<input type="checkbox"/> OUTRA _____		
INSTRUÇÃO	<input type="checkbox"/> NÃO ALFABETIZADO	<input type="checkbox"/> ALFABETIZADO	<input type="checkbox"/> ENS. FUNDAMENTAL	<input type="checkbox"/> ENS. MÉDIO <input type="checkbox"/> SUPERIOR <input type="checkbox"/> PÓS GRADUAÇÃO
MORA COM QUEM?	<input type="checkbox"/> SOZINHO	<input type="checkbox"/> COM CÔNJUGE		<input type="checkbox"/> FILHOS <input type="checkbox"/> OUTROS _____
RENDA MENSAL	<input type="checkbox"/> 1 A 3 S. M.	<input type="checkbox"/> 3 A 6 S. M.	<input type="checkbox"/> ACIMA DE 6 S. M.	
ENDEREÇO	_____			
FREQUENTA O PARQUE HÁ QUANTO TEMPO?	<input type="checkbox"/> MENOS DE 1 ANO		<input type="checkbox"/> 1 A 3 ANOS	<input type="checkbox"/> MAIS DE 3 ANOS
ATIVIDADES QUE PARTICIPA:	_____			
FREQUÊNCIA:	<input type="checkbox"/> 1 VEZ/SEMANA	<input type="checkbox"/> 2 VEZES/SEMANA	<input type="checkbox"/> 3 VEZ/SEMANA	<input type="checkbox"/> 4 VEZES/SEMANA <input type="checkbox"/> 5 VEZES/SEMANA
ATIVIDADES CULTURAIS DE LAZER QUE PRÁTICA:	_____			
<input type="checkbox"/> ARTÍSTICA	<input type="checkbox"/> QUAL/QUAIS?	_____		
<input type="checkbox"/> MANUAL	<input type="checkbox"/> QUAL/QUAIS?	_____		
<input type="checkbox"/> INTELLECTUAL	<input type="checkbox"/> QUAL/QUAIS?	_____		
<input type="checkbox"/> FÍSICAS	<input type="checkbox"/> QUAL/QUAIS?	_____		
<input type="checkbox"/> SOCIAIS	<input type="checkbox"/> QUAL/QUAIS?	_____		
<input type="checkbox"/> TURÍSTICAS	<input type="checkbox"/> QUAL/QUAIS?	_____		

Manaus, _____ de _____ de 2015	_____			

Apêndice E – Questionário aplicado



PPTUR – Programa de Pós-Graduação em Turismo
Escola de Artes, Ciências e Humanidades
Universidade de São Paulo

QUESTIONARIO

NOME _____

DT. NASC. ____/____/____ SEXO ()F ()M

NATURALIDADE _____ UF _____

ESTADO CIVIL ()CASADO ()SOLTEIRO ()VIÚVO ()DIVORCIADO ()U. ESTÁVEL ()SEPARADO

OCUPAÇÃO ()APOSENTADO ()OUTRA _____ ()SUPERIOR

INSTRUÇÃO ()NÃO ALFABETIZADO ()ALFABETIZADO ()ENS. FUNDAMENTAL ()ENS. MÉDIO ()OUTROS

MORADIA ()PRÓPRIA ()ALUGADA ()COM CÔNJUGE ()FILHOS _____

RENDA MENSAL ()1 A 3 S. M. ()4 A 6 S. M. ()ACIMA DE 6 S. M.

ENDEREÇO _____

FREQUENTA O PQ. HÁ QUANTO TEMPO? _____

ATIVIDADES QUE PARTICIPA: _____

FREQUÊNCIA: 1 - 3 VEZES/SEMANA OUTRA _____

HORÁRIO: () MANHÃ () TARDE () INTEGRAL

SE SENTE ATENDIDO EM SEU DIREITO DE ACESSO AO LAZER PELA PREFEITURA DE MANAUS? ()SIM ()NÃO

SUGESTÕES _____

CONCEITO SOBRE O PARQUE: ()RUIM ()REGULAR ()BOM ()ÓTIMO ()EXCELENTE

Manaus, _____ de _____ de 2016